

Francisco Julião

CAMBÃO

A FACE OCULTA DO BRASIL

Recife, 2013

Edições  Bagaço

Copyright© by Francisco Julião

Revisão

Anatilde de Paula Crêspo

Ilustrações

A capa e demais ilustrações deste livro, são fotografias de esculturas do artista plástico Abelardo da Hora, que, com sua autorização, foram feitas especialmente para esta edição, em 12/04/2007.

Fotografias

Z.diZain Comunicação

zdz@brturbo.com.br

Fone: 81 3222 7087

Produção Gráfica

Edições Bagaço

Rua Luiz Guimarães, 263 • Poço da Panela

Recife/PE • CEP 52061-160

Telefax: (81) 3205.0132 / 3205.0133

email: bagaco@bagaco.com.br

www.bagaco.com.br

J94c Julião, Francisco, 1915-1999

Cambão: a face oculta do Brasil / Francisco Julião.

– Recife : Bagaço, 2013. (2ª tiragem / 1ª tiragem 2009)

269p. : il.

Inclui caderno de imagens

1. JULIÃO, FRANCISCO, 1915-1999 – AUTOBIOGRAFIA. 2. LIGAS CAMPONESAS – BRASIL (NORDESTE) – ASPECTOS SOCIAIS. 3. CAMPONESES – PERNAMBUCO – VIDA E COSTUMES SOCIAIS. 4. BRASIL – POLÍTICA E GOVERNO. I. Título.

CDU 92JULIÃO,F.

CDD 920

PeR – BPE 09-0320

ISBN: 978-85-373-0577-5

Impresso no Brasil – 2013

DEDICATÓRIA

A Anatilde de Paula Crêspo, *in memoriam*, filha do autor, falecida em 20 de abril de 2006.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
UMA PALAVRA	15
1. O ENCONTRO COM A VIDA	21
1.1 As raízes	21
1.2 A infância e a paisagem	35
1.3 O nordeste e a paixão	43
1.4 Os caminhos	52
2. O ENCONTRO COM O CAMPONÊS	65
2.1 O camponês e a humanidade	65
2.2 O mundo do camponês	67
2.3 A filosofia do camponês	72
2.4 Religião, cachaça e capanga	78
2.5 O camponês do nordeste	87
2.6 Uma palavra ideológica	92
2.7 O campesinato brasileiro	96

3. O ENCONTRO COM A LIGA	113
3.1 O nordeste e a liga	113
3.2 A liga e a morte	125
3.3 A liga e a lei	136
3.4 O começo da resistência	150
3.5 A resistência coletiva	164
3.6 A liga e o exército	179
3.7 A liga e a igreja	195
3.8 A liga e o sindicato	204
4. O ENCONTRO COM A AMÉRICA	227
4.1 A imagem e a projeção	227
4.2 Uma mirada pelo horizonte	233
4.3 Ontem e hoje	240
4.4 Che	244
CADERNO DE IMAGENS	251

APRESENTAÇÃO

A publicação, pela primeira vez no Brasil, de **Cambão: A face oculta do Brasil**, livro traduzido para 16 idiomas e lançado em número bem maior de países, de todos os continentes, inclusive na Suécia sob o título de "Oket..."¹, palavra que no idioma nórdico significa o jugo, ou canga, utilizado em carroças rudimentares de tração animal, vem preencher uma lacuna histórica.

Não quis o autor que o livro fosse publicado logo após a anistia, e o seu retorno ao Brasil, em 1979, por entender que o texto pouco contribuiria para o delicado momento político de distensão e abertura vivido, à época, pelo País. E tinha razão.

¹ O título completo do livro em sueco é: "Oket: Brasiliens dolda ansikte". N.E.

A decisão de adiar, por tanto tempo, a publicação no Brasil de **Cambão...**, foi tomada levando-se em consideração a assincronia existente entre os fatos relatados no texto e a realidade vivida pela sociedade brasileira daquele momento, de retomada gradual do convívio democrático e do restabelecimento do estado de direito pleno, ainda com etapas substanciais a serem vencidas, como a implantação do pluripartidarismo, das eleições diretas em todos os níveis e da convocação de uma assembléia nacional constituinte, para citar apenas as mais importantes, momento aquele que não comportava solavancos, que o livro, por seu conteúdo radical e revolucionário, certamente, poderia provocar. A sua leitura, mantendo sempre em mente o contexto histórico em que foi escrito - fins da década de 60 -, dará ao leitor, qualquer que seja o seu viés ideológico, a oportunidade de melhor usufruir do seu conteúdo.

Até porque, à margem de alguns desacertos que o processo histórico impôs ao **Cambão...**, não poderiam ser desperdiçados os riquíssimos elementos sócio-antropológicos e políticos da época contidos no mesmo. Elementos que foram resgatados na tentativa de compor o cenário sobre o qual se desenrolou a epopéia social e política do surgimento das Ligas Camponesas. A maior parte deles resultado não apenas da interpretação teórica da realidade descrita, mas da vivência do autor como menino de engenho, neto de senhor de escravos, que cresceu pisando na bagaceira do *bangüê*, ouvindo o farfalhar dos canaviais, sentindo o cheiro do mel e da rapadura, o pão de açúcar nascendo à sua vista; e sentiu na própria pele

a desagregação desse seu mundo anunciado pelo apito das usinas centrais, de caldeiras endiabradas e moendas pantagruélicas.

Mais do que isso, o autor descreve com maestria o impacto que a mudança nas relações de produção no campo causou sobre a vida das pessoas, com ênfase sobre a vida dos trabalhadores, identificando as heranças medievais prevaletentes nessas relações quando a nossa incipiente agroindústria canavieira tornava-se hegemônica.

Mais importante ainda: consegue desvendar ao longo dos capítulos mais densos, a consciência camponesa, esse poço de mistérios que guarda, como águas profundas, o imaginário do trabalhador rural; sua visão de mundo; seu individualismo; sua relação com a terra, de que parece planta; sua religiosidade messiânica; sua timidez, muitas vezes confundida com medo, quando no seu interior dormita impávido um Cid Campeador; seu apego à legalidade; sua relação com os astros e as estrelas; sua capacidade de ir da mais pesada inércia à luta destemida e feroz, quando tocado nessa sua consciência.

Os desdobramentos políticos resultantes dessa análise, assim como alguns arroubos panfletários contidos nas páginas deste livro, devem ser tomados *cum granum salis*, e entendidos no seu devido contexto histórico, não porque que o autor os renegaria, não! Mas, porque ele próprio, ancorado na mente dialética de que era dotado, foi capaz de revê-los criticamente, à luz da nova realidade em que se inseria nos anos pós-exílio.

É que a realidade coletiva, histórica, é qualitativamente diferente das nossas posturas individuais. Aí está o Brasil, diante do enorme desafio de fazer uma reforma agrária que de fato atenda aos camponeses brasileiros. Aí estão os enfrentamentos armados e a luta de classes no campo, registrados diariamente nos jornais e noutros meios de comunicação. Independentemente de suas eventuais distorções e erros na atualidade, a luta pela terra não pode ser ignorada, até porque ela continuará acontecendo até que o último dos camponeses tenha acesso à terra.

Dos textos originais de documentos produzidos pelo autor durante a sua luta, transcritos neste livro, como o **Bença, Mãe!**, e da exposição de sua concepção geral da estratégia de luta definida pelas Ligas Camponesas, emergem também dois aspectos essenciais: de um lado, o fato incontestável de que as atuais organizações camponesas que lutam pela reforma agrária, como o MST, beberam na fonte daquele movimento, tornando-se suas herdeiras naturais; de outro lado, a certeza de que diferenças abissais separam essas organizações, e suas práxis, do enorme movimento de massas, com objetivos claramente revolucionários, que foram as Ligas Camponesas.

Finalmente, o **Cambão: A face oculta do Brasil** nos traz a saga pessoal do cidadão, pernambucano de Bom Jardim, Francisco Julião Arruda de Paula, advogado, franzino, cabeleira alvoroçada, bem-nascido, pai de família - Dona Alexina e filhos -, que renunciou a tudo, absolutamente tudo, para, com a teimosia dos iluminados, lutar por uma causa cuja grandeza era maior que a

sua própria, conquistando um lugar definitivo na História do Brasil, ao lado dos nossos grandes próceres nas lutas contra a escravidão, pela justiça social e a soberania nacional.

Anatólio Julião

Recife, abril de 2009

Detalhe interessante:

Sempre que falava sobre este livro, o autor fazia questão de lembrar que ele só foi possível graças a um belo gesto de solidariedade do inesquecível Presidente do Chile, Salvador Allende, à época ainda senador, que, de passagem pelo México, fez questão de visitá-lo na cidade de Cuernavaca, onde, exilado, residia numa modesta casa de periferia.

Allende, de quem era amigo fraterno, foi apresentarlhe desculpas em virtude do Chile, assim como a então Iugoslávia e a Bulgária, terem-lhe negado o asilo político, logo após ter deixado a prisão onde, por alguns meses, dividiu a mesma cela com o Governador Miguel Arraes de Alencar. Allende, indignado com a negativa do asilo político a Julião, proferiu, no Senado do Chile, veemente discurso de protesto contra o governo do então presidente Jorge Alessandri.

Ao sair, o senador deixou, discretamente, no bolso de um surrado paletó, dependurado na sala, a quantia de U\$ 1.000, com os quais o autor pode sustentar-se, enquanto escrevia, e custear a impressão do livro no México, país que o acolheu sem hesitações.

Nota:

A presente edição é fruto do trabalho conjunto de três filhos do autor: Anatólio, responsável pela organização do volume e a apresentação da obra; Anatailde, que se encarregou da revisão conforme o que estabelece o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, já em vigor; e Anacleto Julião, que um amigo apelidou de “guardião da memória do pai”, que, ao longo de anos, recolheu e preservou com zelo materiais relacionados à vida, à obra e à atuação política de Francisco Julião, reunindo um considerável acervo documental e iconográfico, doado pela família à Fundação Joaquim Nabuco, no Recife, para sua conservação e consulta pública.

UMA PALAVRA

CAMBÃO! Chispa que incendeia o campo, espoleta que faz explodir a carga, a velha carga, tão velha quanto o camponês, o servo, é também o sinal de partida para uma longa e dura caminhada. Tem muitos nomes, bem mais do que os idiomas existentes, e dentro de cada um, muitos apelidos, querendo dizer sempre uma só coisa: servidão! Não vamos investigar sua procedência exata e muito menos seguir sua trajetória pelo tempo e pelo espaço. Só isso daria um volume. Nem sequer nos seduz a idéia de acompanhar seus passos na região onde tem esse apelido, o Nordeste do Brasil, e pelos sem-fins deste País sem fim, mudando de nome de um lugar para outro, e até de latifúndio em latifúndio, como faz o delinquente, porque delinquente sempre foi e segue sendo.

No Nordeste de que falo, na zona da cana e da mandioca, é vulgar e corrente, vulgaríssimo e correntíssimo, chamar de cambão a haste ou o talo do milho seco, sem espiga e sem palha. Cambão é, ali, também o pau que se prende ao pescoço de uma rês, e que ela arrasta entre as patas e lhe manietta os passos. É ainda o que atrela com correias de couro cru a canga ao cabeçalho do carro-de-bois. Boi-de-cambão é o que puxa esse pau na dianteira. Boi-de-coice o que sustenta, atrás, o cabeçalho. Cambão, finalmente, é o dia de trabalho que o dono da terra exige do camponês, cada semana, pelo sítio que ocupa, um miserável sítio de um ou dois hectares, quando muito, se é condiceiro, assalariado agrícola, trabalhador braçal, jornaleiro ou eiteiro. Mas se se trata de foreiro, arrendatário ou parceiro, é o que cada um desses entrega ao latifundiário, sem remuneração, durante certa época do ano, além da renda paga em dinheiro ou em produto.

Se foi o cambão, a haste de milho seco, sem palha e sem espiga, sem préstimo para nada a não ser para o fogo, que deu nome ao dia inútil oferecido, ou antes, arrancado do camponês, como holocausto à fome insaciável dos deuses deste mundo; ou se essa servidão se origina do pau que o boi arrasta entre as patas ou o prende ao cabeçalho, como o camponês arrasta a enxada e por ela fica preso, a vida inteira, à terra que não é dele, porque dele é a maldição; ou ainda, se tudo sucede contrariando a ordem natural das coisas, nada disso deve causar assombro. De toda sorte, pondo o milho de um lado, para só falar do semovente, tanto o boi-de-cambão como o camponês sem terra vivem o mesmo destino, jungidos, encangados, gemendo

de esgotamento na faina que só acaba quando um some pelo matadouro e o outro, de chão adentro.

Cambão, cambaio, cambeta, cambado, cambo, cambembe, cambito ou cambada, quem quiser que consulte os léxicos e verá que tudo é uma só desgraça, da cambada ao cambão, em que se fala de corja, de torto, de pau-de-nora, de perna fina ou de troncha ou de muitas outras coisas, além do que já disse, menos do principal: o trabalho gratuito, nem sequer a pão e água, triste sintoma de que até os léxicos se omitem, por convivência ou por temor ao latifúndio, que tem a idade da servidão humana.

O cambão é o começo de tudo. O fim será a morte definitiva, irremediável, total e absoluta do latifúndio, de modo que não reste uma raiz, uma batata, uma rama, um nódulo, uma semente, senão brota de novo, se alastra e restaura o seu reinado.

Porque assim tem sido.

A Liga Camponesa extraiu do cambão a sua chispa, a que lhe acendeu o entusiasmo e lhe deu vida, precisamente no Nordeste brasileiro, em que ele, como uma planta carnívora, fincou sua raiz dura, junto com o primeiro rebole de cana que o colonizador português levou para lá.

Daí, o nome de CAMBÃO, dado a este livro que não pretende teorizar sobre a terra, o homem e todas as outras coisas de que se trata, mas, se tanto, revelar a face de uma sociedade em decadência, sufocada pelo peso de um sistema: o que engendra o latifúndio, tolerado e até cultivado pelo capitalismo, com a ajuda e a bênção que vem de fora, sistema que permanece à margem da História, como um

corpo estranho, um tumor enorme e feio reclamando bisturi; sistema que ofende como uma bofetada, que insulta as consciências projetadas para o mundo como uma flor que se abre para o sol.

É que ali onde medra o cambão, também vegeta o homem, entre a orla marítima, onde se entulha e morre quase mais do que vive, e o Sertão de caatingas ralas e áridos chapadões, numa luta tenaz e desigual que é menos com a terra do que com o dono dela, esse dono que já não se define como uma pessoa física, porque se dilui cada vez mais na pessoa jurídica da sociedade anônima, essa invenção genial e diabólica do Capitalismo.

Este quadro, de resto, não é “privilégio” do Nordeste brasileiro, mas um esboço em miniatura da América Latina, com seus contrastes violentos, em que a geratriz é uma só: a detenção, pela minoria, das fontes naturais de riquezas e dos instrumentos de sua transformação, mantida com tal rigidez que resiste a todos os apelos e desafia todas as violências.

Sim, a América Latina, projeção continental do Nordeste brasileiro, continua sofrendo, como o boi jungido à canga e o camponês escravizado à terra, o peso que vem de longe.

Muda de nome o patrão, mas o feitor – o latifúndio – permanece, e o regime é o mesmo: a servidão, o saque, o roubo. Numa palavra, o CAMBÃO!



O ENCONTRO COM A VIDA

1.1 AS RAÍZES

Nascido e criado na tradição católica, vi no Cristianismo a orientação da vida, mas na minha região sou tido pelos latifundiários como o Anti-Cristo, a Besta do Apocalipse. Minha mãe, católica fervorosa, devota daqueles místicos que a Igreja canoniza e manda adorar, deu a seus oito filhos nomes de santos, sendo que as três mulheres foram levadas à pia batismal com o de Maria. Não satisfeita ainda, pôs entre o nome e o sobrenome de cada filho varão o do santo do dia. A mim coube o de Juliano. Embora conste no meu registro civil esse segundo nome – Juliano –, nunca o grafiei assim, mas sempre adotei o de Julião, desde a escola primária, quando ignorava que Juliano, o mais famoso e conhecido, é o apóstata, o imperador romano. Desconheço a data do seu nascimento, mas é certo que

não foi a 16 de fevereiro. A hagiografia fala de outro Julian, o Hospitaleiro, mas não Juliano, como estava grafado na folhinha, segundo o testemunho tranquilo, tantas vezes repetido pela minha mãe, sempre que se levantava dúvida sobre isso. A festa de Julian, o Hospitaleiro, venerado na Espanha, se comemora a 12 e não a 16 de fevereiro. Não há de ser por uma questão de grafia, Juliano para Julian, nem por uma diferença de data, 12 para 16 de fevereiro, que eu vá me deter aqui até que deixe esse assunto suficientemente esclarecido. Um padre católico, professor de teologia, a quem perguntei sobre a questão, limitou-se a dizer que o dia 16 de fevereiro é consagrado a São Julião e aos cinco mil mártires.

Os camponeses do Nordeste brasileiro, com quem convivi desde a primeira infância, nunca se preocuparam com essa distinção. Os latifundiários tampouco. Também não trago a curiosidade espicaçada por isso. No fundo de tudo, o que me sobra é a lembrança de minha mãe, daquela doçura mística na escolha dos nomes ungidos pela Igreja para os filhos por quem a sua vigilância cristã e o sentimento maternal zelavam, esperançosa de que o caminho de todos eles fosse uma alameda florida. Bem sei que as lágrimas vertidas em silêncio, com aquele estoicismo que a vida exige de uma mãe, mais que de outras criaturas, seriam resgatadas se ela pudesse ter sentido na hora extrema, os olhos cerrados pelas mãos de um filho padre ou de uma filha freira. Não alcançou essa consolação, pois a única das três Marias que poderia fazê-lo partiu muito antes dela, com a sua coroa de virgem e todos os seus sonhos místicos. Dos filhos, os que não se rebelaram

contra a ordem social e econômica vigente, permanecem inconformados.

Do meu pai, que não sobreviveu à notícia divulgada pela imprensa sobre meu “assassinato”, guardo a imperecível lembrança do caráter reto e da firmeza de princípios. Eis uma das lições que nos ministrava, quando ainda nos tinha a todos pequenos em volta da mesa larga do chalé: “Se um de vocês encontrar no seu caminho uma carteira de dinheiro, não deve sequer apanhá-la, porque esse gesto pode acender a cobiça de ficar com ela. Passe adiante”. Aos oito anos de idade, quando se é como argila dócil, o bom modelador pode imprimir-lhe as formas mais delicadas e definitivas. Hoje, quando recordo essa lição da carteira, pergunto a mim mesmo, com justificada razão, se ela não contribuiu decisivamente para ter, como sempre tive, tanto desprezo pelo dinheiro.

Como advogado, sustentei, gratuitamente em sua quase totalidade, as causas que abraçava, e uma vez em que firmei um contrato, o único em 25 anos de profissão, rompi-o dias depois, diante do constituinte, só porque ele o invocara fora de propósito. De outra feita, uma senhora a quem defendera com sucesso deixou de vir trazer os honorários que, espontaneamente, estipulara. Fez mais. Passou a esquivar-se de mim na rua, dobrando esquinas ou metendo-se pelo primeiro pé da escada que encontrava. Um dia, não resisti. Acelerei o passo, pus-me diante dela e disse-lhe: “Senhora, não se vexa por causa dos honorários. O dinheiro é a única coisa que não me fará jamais ter um inimigo. A injustiça sim”.

Aquelas e outras lições de meu pai, lições radicais, em que o meio termo, a meia medida, a atitude equívoca, o claro-escuro sempre foram repelidos com intransigência, devem ter influído para que eu me tornasse um radical. Sublinho: um radical, nunca um sectário. A distinção é clara, mas há quem, por ignorância ou, intencionalmente, para confundir, tome os dois termos como sinônimos.

O radicalismo tem uma dimensão: o homem. Um horizonte: a História. Um objetivo: a liberdade. O sectarismo não. É que o sectarismo se encerra dentro de si mesmo e se comporta como um ouriço. O radicalismo busca a essência, o âmago, o cerne, a raiz das coisas. Tem uma filosofia. É dialético. Quer o encontro, aceita o diálogo, participa. O sectarismo, ao contrário, é o monólogo, o desencontro, a exclusão, a intolerância, o tudo ou nada. O radicalismo ama e vê. O sectarismo se apaixona e cega. O radicalismo descobre o homem e o identifica como a raiz dele próprio. É para salvá-lo que não concilia. O sectarismo só vê a si mesmo. É imediatista. É inconsequente. A ideologia proletária é radical. A pequeno-burguesa, sectária.

O Cristianismo, na sua essência, é radical, mas a Inquisição é sectária. A Revolução Francesa é radical, mas o terror é sectário. O Marxismo é radical, mas o esquerdismo, que Lênin diagnosticou como doença infantil do Comunismo, é sectário.

Sócrates é radical porque não transige com a cicuta. Como Cristo diante da cruz. Radical é São Paulo frente à prepotência de César, ou Joana d'Arc, devorada pelo fogo. Se Francisco de Assis despreza a riqueza e Antão do Egito dá tudo o que é seu aos pobres, ambos são radicais. Radi-

cais são Frei Caneca diante do pelotão de fuzilamento, Tiradentes subindo ao patíbulo ou Cuahutémoc no seu "leito de rosas". Quando o povo norte-americano se bate pela sua independência, essa sua decisão é radical. George Washington surge então como um símbolo do radicalismo porque não transige com a Inglaterra. Bolívar, San Martín, Sucre, Morelos, Martí, Bonifácio, Artigas, O'Higgins, ao se baterem com a pena e com as armas pela emancipação política da América Latina, têm, todos eles, um comportamento radical porque não transigem com a Metrópole.

Desde que se tem na consciência uma raiz bem plantada, a vida se encarrega de aprofundá-la cada vez mais, na ânsia de encontrar seiva. Outros fatores, além das lições do meu pai, se congregaram para fortalecer, enquanto se robustecia, o meu radicalismo. Mencionarei os mais decisivos. Antes, porém, falarei sobre os meus avós para completar, numa ampla pincelada, o quadro que me propus a traçar neste capítulo, isto é, a minha qualificação como testemunha da cena que este livro pretende revelar.

Do meu avô paterno, falecido no mesmo ano em que nasci, herdei o nome e os sonhos. Entre os homens que tenho como paradigma, elegeria tranquilamente esse obscuro capitão, senhor de largas terras e de mais de uma centena de escravos. Ouvia contar a seu respeito cenas e fatos que contribuiriam, como as lições do meu pai, para a formação do meu caráter e a eleição dos caminhos que me levariam inevitavelmente ao Socialismo.

Senhor de engenho – um dos engenhos mais bem montados da região, com a sua caldeira de 60 tubos, im-

portada da Inglaterra, e o seu bueiro de 80 palmos, o Boa Esperança, de terras excelentes pelas matas, as fontes e a fecundidade –, esse meu avô saía, uma vez ou outra, a percorrer os seus domínios numa boa montaria. Ocorria-lhe frequentemente descobrir um sítio com a casa de taipa, fruteiras, roça de mandioca e de milho, e um negro ou mestiço tranquilamente curvado sobre a enxada trabalhando em companhia da mulher e dos filhos. Um desconhecido. O diálogo entre o senhor de engenho e o morador era sempre o mesmo:

– Meu amigo, como se chamam estas terras?

– São terras do engenho Espera.

Para o povo, não era “Boa Esperança”, mas “Espera”, nome tirado de uma lagoa sombreada de umaris, onde se tocava a caça mais arisca e cobiçada.

– E quem é o dono delas?

– O capitão Francisco de Paula.

– Pela casa, pelo sítio, pelas fruteiras, o senhor já mora aqui há muito tempo...

– Sim, senhor. Cinco anos.

– Paga foro?

– Ainda não.

– É morador do eito?

– Não, senhor.

– Mora de graça?

– Moro e não moro. É que ainda não fui acertar o foro com o Capitão.

– Há cinco anos sem pagar o foro?

– É verdade. Todo ano digo pra mim: “Este ano eu vou”. Mas deixo para o outro...

– E o Capitão?

– Ainda não conheço, mas todo o povo me diz que é um torrão de açúcar. Não faz mal aos pobres.

– E o senhor, como veio para aqui?

– Vim fugindo do engenho... Lá é no tranco, na sujeição.

– Bem, não leve mais cinco anos esperando para falar com o Capitão.

– Será que vosmecê é o Capitão?

– Quem sabe se não está falando com ele?...

Dava de rédeas ao cavalo e se ia. Como todo grande senhor de terras, fazia-se acompanhar de um pajem para lhe assegurar os estribos e executar outras tarefas que sua idade e sua condição social lhe proibiam. Um desses pajens, que lhe assistiu os últimos dias, e a quem conheci em seus 80 anos, de memória admirável, contava essa e outras singularidades de meu avô.

Numa dessas suas excursões, já de regresso à casa-grande, em um fim de tarde, viu esse pajem um homem cortando cana. Era fora de safra. Não teve tempo de esconder-se. O pajem o identificou e o denunciou ao amo que cavalgava adiante:

– Capitão, Fulano está roubando cana.

O Capitão, sem lhe virar o rosto nem alterar o passo do cavalo, disse-lhe à meia voz:

– Faça que não veja. Aquela cana foi ele mesmo quem plantou.

Ardente partidário de Joaquim Nabuco, o grande abolicionista, a quem recebeu uma vez, de passagem pelos seus domínios, quando os outros senhores de engenho lhe cerravam as portas e o apelidavam de agitador perigoso, petroleiro, carbonário, comunista, indigno de subir os batentes de casa decente, aconteceu com esse meu avô um caso único na região dominada pela monocultura da cana. Quando, pouco depois de 13 maio de 1888, circulou a notícia da proclamação da Lei Áurea, que, em dois artigos, aboliu a escravidão negra em todo o País, fruto de uma campanha que durara mais de um século, meu avô, tendo nas mãos o telegrama confirmativo, fez reunir os escravos no pátio da casa-grande e anunciou-lhes a boa nova:

– Vocês agora são livres. Poderão ir aonde quiserem, com as mulheres e os filhos.

Um dos escravos mais velhos adiantou-se e perguntou:

– E se a gente quiser ficar, também pode?

– Pode, mas não como escravos.

– Ora, Capitão, seja como for. Aqui não há tronco, não se açoita. E como negro não pode carregar luxo...

– Agora não. Cada qual trabalha para quem quiser, e pode atravessar o País de um lado para o outro.

Na manhã seguinte, veio o mesmo preto que interpelara o meu avô e disse-lhe:

– Capitão, toda a gente quer ficar.

– Então, disse meu avô, é só escolher um canto e montar sítio. Terra não falta.

E assim foi.

Enquanto isso se passava com o meu avô, os senhores de engenho da região, em sua maioria, viram-se despojados dos seus escravos negros da noite para o dia. Muitos se arruinaram e houve os que recorreram ao suicídio, desesperados ante a perda desse capital inestimável. Conheci alguns desses escravos de carapinha branca. “Negro quanto pinta tem três vezes trinta”, diz o adágio popular. Falavam de meu avô com os olhos cheios d’água. Uma neta de um desses escravos, Bernardina, foi minha mãe de leite. Alta, esguia, dócil, trago comigo sempre a sua imagem, a tranquilidade dos seus olhos e da sua voz e os seus gestos lentos, o seu andar apumado, que vim surpreender, muitos anos depois da sua morte, no Senegal, entre os negros e negras que avistei ao pisar pela primeira vez as terras da África e receber na frente o hálito quente do Saara.

Foi ela, essa senegalesa, quem me contou como se finara aquele meu avô. Nas vésperas da sua morte, levaram-no, a seu pedido, para a moita do engenho. Do sobradinho pôde ele contemplar, esquelético, sem articular mais uma palavra, a moagem da última safra de sua vida. A notícia de que chegara o Capitão para se despedir do engenho, das moendas, da caldeira, das tachas, do paiol de caldo, dos trabalhadores de torso bronzeado e reluzente, caíra como uma sombra triste. Todos os homens suspenderam o trabalho e se postaram silenciosos diante dele. O maquinista interrompeu a corrente do vapor-d’água, e as moendas pararam. O silêncio cresceu ainda mais. Meu avô, então, se pôs a chorar, e com ele, os filhos e netos dos velhos escravos. Deixou-se depois conduzir para a casa-grande e ali morreu tranquilamente. “Como um

pássaro morre na gaiola, de tristeza”, rematava minha mãe de leite. Três dias depois, descobriram um fila de formigas caminhando para seu quarto. Tinham sido atraídas pelo boné de pano que o suor do diabético adocicara. “O Capitão era um torrão de açúcar. Até as formigas gostavam dele”...

Meu avô materno chamava-se Manoel Tertuliano Travassos de Arruda. Era baixo, corado, de calva fugindo da frente para trás, o cavanhaque branco e pontiagudo. Fora magistrado. Tinha fama como advogado e gostava de política. Só falava gritando. Senhor de muitas terras – mais do que o meu outro avô –, vivia numa casa-grande, no alto de uma colina, com varanda e escada de madeira, casa antiquíssima, onde podia abrigar os vinte e seis filhos de dois leitos legais. Na frente do sobrado do Passassunga, como ainda hoje é chamado, levantava-se a moita do engenho, a almanjarra, e do lado esquerdo, no ponto mais alto da colina, a igreja onde se celebravam os ofícios religiosos da família, e ao lado dela, o cemitério que nivelava os senhores aos escravos. No pátio da igreja, todos os anos, em janeiro, durante dez dias seguidos, tinha lugar a festa de São Sebastião, que atraía milhares de pessoas.

Minha mãe reunia os filhos, mandava aprontar o melhor carro de bois, com a mesa amaciada pelos colchões de pendão de cana e travesseiros de macela, uma tolda de esteiras de peri-peri presas aos frieiros e, por cima dela, uma vistosa cobertura de fina fazenda. Nessa condução que um carreiro guiava pacientemente com a sua vara comprida, de ferrão refulgindo ao sol, que nunca tocava o lombo dos animais, vencíamos a distância de duas léguas entre Espera e Passassunga. Meu pai acompanhava a família montado no seu cavalo alazão. O carro cantava pelo caminho e levava

uma eternidade para chegar ao seu destino. Esse meu avô, protótipo do barão feudal, gostava de falar do alto do seu sobrado para os servos, em baixo, de chapéu na mão, os olhos erguidos para ele. Dava-se ao luxo de ter uma orquestra de 24 músicos, composta pelos próprios filhos e moradores mais íntimos da casa-grande. Apesar de todo esse fausto e de ser ele um magistrado, só o filho mais velho formou-se, como ele, em Direito, indo viver no extremo norte do País, no Estado do Pará, onde fez carreira, constituiu família e se aposentou como desembargador. Lembro-me bem do tio Abdias, baixinho, corado, franzino, voltando a Pernambuco, com mais de oitenta anos, para se ajoelhar sobre a terra onde nascera, inclinándose para beijá-la enquanto os soluços lhe arrebetavam do peito. “Como a ave que volta ao ninho antigo”, justificava-se, recitando os conhecidos versos.

Os outros filhos viveram à sombra do patriarca, casando-se e montando engenhos nos seus próprios domínios, até que ele morreu, após o que dispersou-se a família, arruinando-se muitos deles. Com o dinheiro da venda dos quinhões de terra esbanjado inutilmente, a maioria deles foi para as cidades à cata de profissões de motorista, padeiro, vendedor de títulos de companhia de seguros, ou engajando-se como marinha e soldados. As filhas casaram-se quase todas, pois, não obstante mal soletrarem o nome, como era comum no caso das mulheres, no começo deste século, eram excelentes donas-de-casa, grandes quituteiras, dominando perfeitamente todos os afazeres domésticos, as rédeas de um ginete, um violão ou entoando uma valsa vienense.

Quando Floriano Peixoto, proclamado, com justa razão, o Marechal de Ferro e Consolidador da República Brasileira,

tomou o poder das mãos vacilantes do Marechal Deodoro da Fonseca, fez nomear como governador de Pernambuco o Capitão Barbosa Lima, outra figura marcante daqueles tempos de sedições, de revoltas e guerra civil. Aconteceu, justamente no governo de Barbosa Lima, um episódio que por pouco não levava esse meu avô ao cárcere. Um bando de ladrões roubou doze dos seus melhores cavalos de montaria. Presos, foram trazidos ao engenho Passassunga, permanecendo no pátio da antiga senzala de escravos. Aí, enquanto meu avô preparava o expediente para remetê-los às autoridades, os filhos, jovens todos eles, com a cumplicidade dos vigias, tomaram um ferro de gado e, depois de levá-lo ao fogo, marcaram a face dos ladrões com um "L". O último desses desgraçados deu tamanho urro de dor que despertou a atenção da casa-grande, constatando, então, meu avô o delito que acabara de ser cometido pelos próprios filhos. Resolveu ele assumir a responsabilidade do fato e remeter os ladrões à Justiça. A notícia espalhou-se e os inimigos políticos moveram-lhe uma campanha tenaz pela imprensa. Barbosa Lima, de quem meu avô era correligionário político, não teve outra saída senão destacar um oficial e 50 praças para mandar buscar, preso, o poderoso senhor de engenho nos seus próprios domínios. Mas fizera-o com tanto aparato e publicidade que sobrou tempo para o meu avô escapar ao cerco.

Seu prestígio como ex-magistrado, advogado, político e dono de um imenso feudo, ainda assim, não bastou para poupá-lo de um processo ruidoso. Teve de gastar para se defender nada menos que 50 contos de réis, numa época em que com um conto de réis se comprava uma boiada e muita terra. Salvou-se do cárcere, mas ficou-lhe a fama de ferrador

de ladrões, injusta fama, que não teria adquirido se houvesse seguido o conselho do próprio Governador Barbosa Lima: "O erro do Dr. Arruda foi não fazer o que todo fazendeiro faz quando ferra o gado: soltá-lo".

Narro esse episódio a fim de mostrar que algo começava a mudar para os grandes senhores de terra, como o meu avô, com a emancipação do escravo negro e o advento da República. Sim, porque antes nada teria acontecido, mesmo que o delito não fosse cometido por um grupo de jovens irresponsáveis, mas, tranquilamente, pelos capatazes, vigias e os próprios senhores de engenho.

O cavalo, que, como mercadoria, equiparava-se ao negro quando este ainda era escravo, tornou-se, depois da Abolição, mais importante do que ele, até que os caminhos se alargaram em estradas para dar passagem aos primeiros automóveis. Nada podia ser feito sem o cavalo ou o burro, que traziam o algodão, a mamona e os couros do Sertão, para levarem, em troca, o tecido, a rapadura, o açúcar e outras manufaturas do brejo. Sobre o seu dorso descansava tanto a sela do fazendeiro e do senhor de engenho como o silhão da matrona e da sinhá. Com o seu peito arrastava as almanjarras de moer cana e fazia rodar os cabriolés. Nos dias de festa, ia às apostas, aos torneios e às cavalhadas. Na guerra era mais importante do que o canhão. Patrulhava e ainda patrulha as cidades. Que teria sido de Gengis Kan sem o cavalo? E Napoleão? E Cortez? E Pancho Villa?

Ninguém, exceto o escravo e o servo, que só tinham a roupa do couro e os braços para o trabalho, movia uma perna que não fosse para montar sobre o seu lombo ou subir numa

carruagem, que ele conduzia, a trote ou disparada, conforme o gosto e as necessidades do passageiro. Descia-se para a refeição, o amor e o repouso. E quando nele se montava, era para o trabalho, a viagem, o noivado, o casamento, o negócio, o encontro, a vaquejada, a festa, a caça, o funeral e a guerra.

Pois bem, não obstante isso, o ladrão de cavalos tinha o seu coiteiro que tanto podia ser um cidadão pacífico, de vida aparentemente normal, como um grande senhor de terras, um soba local. Na minha região, o mais célebre coiteiro de ladrão de cavalos foi, durante largos anos, um chefe político, um português astuto, que governava de barão e cutelo. Mesmo assim, se um desses ladrões caía em flagrante delito, passava pela pena capital. Os vigias e capatazes dos senhores de engenho se encarregavam de executá-la com o punhal ou o bacamarte. Um desses senhores, assassinado, já velho, pelo próprio filho numa disputa de herança, guarda fama sinistra na região pela selvageria para com aquele tipo de criminoso, de quem diz o nordestino com ironia que dá tudo por um cabresto e nada por um cavalo. Esse senhor, que ainda pôde desfrutar da época do “quero, mando e posso”, em que uma porteira de engenho bem fincada tinha mais força para um delegado de polícia do que um *habeas-corpus* expedido por um juiz facilmente removível, justificava assim o ladrão que lhe caísse entre as garras: fazia aquecer um ferro até torná-lo incandescente e introduzia ele próprio no ânus da sua presa, varando-lhe e cozinhando-lhes as entranhas. Nenhuma delas jamais escapou a tão bárbaro e frio suplício. Esse e outros crimes monstruosos permaneceram impunes porque o roubo de um cavalo era tido como uma ofensa maior, uma lesão mais grave àquela sociedade do que o homicídio.

É que a propriedade, desde que o homem, por causa dela, se fez lobo do homem, vale mais do que a vida, o sangue, a família, a comunidade, a Pátria.

1.2 A INFÂNCIA E A PAISAGEM

As histórias sobre os antepassados deixam na alma da criança um traço indelével. Não há um neto que não sinta o desejo de representar o papel do avô a quem admira pela imagem romanesca que conserva dele. Essa imagem aumenta na mesma proporção em que se distancia no tempo a figura daquele que o menino chega a confundir com os heróis dos contos maravilhosos. Quanto ao parente mais próximo, o pai ou o avô ainda vivo, a realidade faz com que a sua imagem diminua de proporção. A criança sente os seus defeitos e os exagera do mesmo modo que o faz em relação às qualidades decantadas do parente já morto, que ela só conhece de retrato ou referência.

Dentro de cada um de nós há sempre um lugar carinhosamente reservado para o pai, o avô ou bisavô que se destacou por uma ou muitas virtudes, qualidades e ações exaltadas pela imaginação.

Na alma de todo menino de engenho mora um senhor de engenho. Eu não podia escapar à regra. E quando, falando sobre meu avô paterno, elegi-o entre os homens que gostaria de ter como paradigma, creio haver confirmado um princípio.

A vida, porém, costuma contrariar os princípios, abrindo a cada um de nós caminhos capazes de nos distanciarem e

até de nos colocarem em posição contrária àqueles que idealizamos. Uma coisa confesso como provável quando me apalpo por dentro e toco, por assim dizer, cada fibra do próprio coração: teria sido como meu avô paterno se tivesse vivido como ele, limitado pelos seus domínios, pela sua condição, pelos costumes, hábitos e relações da época em que viveu.

A minha infância eu a vivi à sombra do bueiro levantado por aquele avô. Já então a imensa propriedade fora dividida em nove partes iguais da metade que ficara, tocando uma delas ao meu pai. Com a herança de minha mãe e economias próprias, pôde ele adquirir de uma das irmãs outro quinhão. Tempo depois, tornou-se rendeiro do engenho que coubera ao irmão mais moço. Manteve esse contrato durante 20 anos.

A terra ainda era boa para toda sorte de cultivo. Meu pai teve, porém, de recorrer a outros meios para não faltar com a renda, pois o preço do açúcar caía rapidamente de ano para ano. Lembro-me de uma ocasião em que mandara vender uma partida e os cargueiros voltaram de mãos vazias e lhe comunicaram que o apurado não dera sequer para pagar o frete.

Assim, exatamente quando essa decadência se acentuava com o apogeu das usinas, eu nasci em um engenho de açúcar de Pernambuco. Seria preciso escrever todo um livro somente para narrar essa minha vida de treze anos acompanhando de perto a faina de cada safra e entressafra, participando do plantio da cana demerara, da cristalina, da caiana, da flor-de-Cuba, entre dezenas de variedades com muito caldo e pouca sacarose, e também do corte, da condução e da moagem, além da fabricação do açúcar e da aguardente e de outras atividades próprias do engenho. Não é este, aqui, meu objetivo.

Impõe-se, no entanto, fixar desde logo a distância que separava o senhor do seu servo ou morador, aumentada com o passar dos tempos pela deterioração de suas relações econômicas. Essa distância, conservada pelos pais, era transmitida como uma herança aos filhos, que tratavam de mantê-la e de ampliá-la como se fosse um patrimônio, um negócio, uma renda, um dinheiro colocado a juros.

Enquanto o engenho era uma unidade forte pelo seu significado econômico, o senhor de engenho desempenhava um papel decisivo como a força política predominante. Constituíam o seu conjunto o centro por excelência das decisões e da condução dos negócios do Estado.

A ausência de boas estradas e a morosidade dos meios de condução – o homem a pé, o carro de bois, a rede, o cavalo – forçaram o senhor de engenho a morar na casa-grande com a família, a levantar a igreja ou a capela para os ofícios religiosos, a ter o cemitério próximo, a conviver com os próprios moradores, divididos em três categorias: os eiteiros ou trabalhadores alugados, os pequenos fornecedores de cana e os rendeiros ou foreiros. Como a faina diária de um engenho exige alguma especialização, existia um reduzido número de operários – nada mais que meia dúzia – constituído pelo maquinista, o mestre de açúcar, o carpinteiro, o ferreiro, o pedreiro e o destilador. Havia quem tomasse um professor ou uma professora para os filhos e até mesmo quem se desse ao luxo de ter um capelão celebrando missa e ensinando latim. Meu avô materno, como já referi, mantinha uma orquestra que o deleitava com dobrados e valsas.

Nessa sociedade quase fechada, nesse feudo em que a casa-grande se aproximava do castelo e o morador se com-

portava como um servo, tanto que não fazia nada sem consultar e obter o consentimento do senhor, a vida transcorria monótona e aparentemente harmoniosa. O camponês, termo que custou muito a se impor no Brasil e de cujo conteúdo ideológico e significação política falarei em outro capítulo deste livro, via no senhor de engenho o pai que, a um só tempo, o castigava e o protegia. Castigava-o, impondo-lhe condições como os dias de serviço, que podiam absorver toda a semana, e mesmo o domingo, se necessário, no plantio de cana, na limpa e na moagem, com as horas de trabalho fixadas pelo olho do sol, das 6 às 6, isso em se tratando do trabalhador braçal, do eiteiro. E se arrendatário ou foreiro, exigia o cambão, o dia de trabalho gratuito que correspondia à corvéia da Idade Média, além do pagamento da renda ou foro, estipulado pelo contrato verbal, que, no Nordeste brasileiro, é fixado para dezembro, mais precisamente o dia 8 de dezembro, data dedicada a Nossa Senhora da Conceição. E protegia-o, desde que lhe dedicasse obediência, que não o contrariasse, defendendo-o da perseguição policial e da barra da justiça, se autor de uma lesão corporal, de um assassinato ou de outro qualquer delito que não desonrasse o bom nome do senhor. Se não se sentia suficientemente seguro de manter nos seus domínios o morador procurado pelas autoridades, o que ocorria quando o seu dono militava no partido de oposição ao governo, nunca lhe faltava, de outro lado, um parente ou amigo capaz de socorrê-lo e de, à raiz de um favor como esse, ganhar até mesmo a sua adesão política. Uma coisa, porém, sempre foi constante: o morador, ainda que tivesse, durante anos, cumprido os seus deveres, dificilmente encontraria sítio em outro engenho da região sem um atestado do seu último

senhor, onde ficasse bem claro que pagara pontualmente o foro e deixara a propriedade de comum acordo com o dono. Essa era a regra. A exceção se verificaria em caso de intriga entre dois senhores, decorrente de interesses contrariados por questões de terra e de família ou de acirrada divergência política. A abolição da escravatura fez estremecer de leve os alicerces dessa sociedade. A República deu-lhe outro abalo. No entanto, o que realmente contribuiu para atingi-la em cheio foi o surgimento da usina, com o seu equipamento moderno e sua capacidade de consumir em poucas horas a cana que um daqueles antigos engenhos levava meses para reduzir a caldo. Havia mais: o açúcar da usina era branco, cristalino, refinado, gozava de proteção do governo e se vendia para fora conforme as convenções e acordos estabelecidos entre os países produtores e os consumidores. Era fonte de divisas indispensáveis à criação de novas riquezas e à satisfação dos compromissos decorrentes de empréstimos externos. O açúcar de engenho, preto, mascavo, levava dias, e até mesmo semanas, para se cristalizar nos pães cônicos de madeira ou de zinco de onde era “vetado” para ser vendido à porta dos encaixamentos e das casas de purgar. Nunca ia além das feiras locais. Passara a ser açúcar de gente pobre, da cocada e do arroz doce das festas populares. A central açucareira liquidou com esses engenhos, tornou-os antiquados e desnecessários. Um a um, foram sendo reduzidos ao silêncio, deixando de acender as caldeiras e de sacudir as madrugadas com os seus apitos de locomotiva. Ficaram de fogo morto. Pejaram. Ninguém melhor do que o romancista brasileiro José Lins do Rego retrata esse quadro melancólico da decadência dos engenhos e da aristocracia dos canaviais. Foi testemunha de vista, como

eu, como todos os meninos de sua geração e da minha, que se lhe seguiu, desse cair de tarde dos *bangüês* do Nordeste enquanto as usinas, com sua fome insaciável de terras, acelerava a ruína das antigas famílias patriarcais, submetia-as ao seu domínio econômico, imobilizava-as dentro das casas-grandes, onde os velhos vagavam como sombras do passado e de onde fugiram os jovens em busca da cidade e de outros meios de vida. Os usineiros, astutos, implacáveis, frios, calculistas, como é da essência do capitalismo, com o olho crescido nas várzeas de massapê e nos sopés de ladeira, ainda fecundos, facilitavam empréstimos para socorrer necessidades prementes dos antigos senhores de engenho, mas se cobriam com as garantias hipotecárias, os contratos de promessa de compra e venda, de retrovenda ou de venda definitiva de parte ou de toda a propriedade, e as notas promissórias, que acabavam nos cartórios de protesto se não eram renovadas com juros sobre juros ou iam, pressurosas, para os inventários onde se impunham definitivamente perante os herdeiros. Era comum a luta entre estes últimos, que os usineiros habilmente fomentavam tomando o partido dos mais submissos às suas ambições, dos mais convictos de sua "generosidade", dos menos apegados à terra e às glórias antepassadas, dos mais gulosos de prazeres citadinos, dos mulherengos, dos pródigos, dos que se divertiam jogando fortunas janela afora. Advogados astutos, de forte cabedal, catedráticos da Faculdade de Direito do Recife, não só aceleravam a ruína desses senhores de engenho, defendendo os usineiros, mas lesavam o fisco em milhões e milhões através de artifícios juridicamente perfeitos. Um desses mestres de advocacia adquiriu tanta fama que não tardou em deixar o Nordeste brasileiro para viver pelo mundo

servindo ao formidável império constituído pelas companhias monopolistas centralizadas em Nova Iorque. Consigo arrastou muitos da mesma estirpe. Dispunham, assim, os usineiros de dois recursos seguros para aumentar facilmente o seu patrimônio: a ruína dos senhores de engenho e a lesão ao fisco. Além disso, gozavam de proteção do Governo Federal.

Restavam poucos dos antigos senhores apegados com unhas e dentes às terras que herdaram ou foram alargando, nos bons tempos da escravaria e da fartura, quando as vacas eram gordas, mediante os mesmos processos a que agora se viam submetidos. Desses, a maioria se tornou fornecedora de cana às usinas e o restante mudou de cultura e arrendou suas terras. De qualquer forma, um retrocesso. As casas-grandes foram fechando porque o engenho já não era o centro da vida econômica, social e política. Seus donos sentiam-se, agora, como vassalos. Preferiam ir viver na cidade mais próxima, onde podiam educar, sem muito sacrifício, os filhos e travar novos tipos de relações necessárias à sua sobrevivência. Enquanto isso se passava, o resto das matas era devastado para dar lugar aos canaviais, e com essa devastação, as terras perdiam a sua fecundidade, a erosão se acelerava, as queimadas se repetiam, os rios se tornavam rasos, as chuvas já não eram certas e abundantes, a caça desaparecia, a natureza se transformava.

Entre os senhores de engenho em ruína e o morador também havia mudanças, que, igualmente, testemunhei.

O camponês que conheci quando tinha 10 anos de idade, não é o mesmo que, 30 anos depois, viria incorporar-se à Liga Camponesa. Naquele tempo, os sítios ainda não se

mediam, não se fiscalizava o plantio das fruteiras nem a edificação de outras benfeitorias. Com as suas condições limitadas ao ambiente do município, muitos senhores de engenho se mantinham ainda nas suas casas-grandes. Para sustentar os filhos nos colégios, alguns foram ao extremo de sacrificar boa parte do patrimônio enquanto as suas relações com os moradores endureciam. A renda das terras sofria bruscas elevações de preço de um ano para o outro. Os sítios, por sua vez, minguavam em tamanho e fecundidade. Os velhos foreiros vinham de mãos trêmulas pagar a renda na data estipulada e nunca voltavam tranquilos para casa, porque uma ou duas coisas, ou ambas, sempre lhe eram impostas: o foro duplicado e o sítio mutilado. Muitos se desgostavam e iam embora, mas quantos não voltavam arrependidos, de cabeça baixa, pedindo outro sítio e sujeitando-se às novas condições sempre mais duras! Entre o dono da terra e o morador já se interpunha outra figura, a do administrador, tirado do meio deles, um pau-mandado, subserviente, sempre pronto a cumprir as ordens emanadas do alto e mais intransigente com os antigos companheiros que os próprios senhores. Vez por outra estalavam conflitos entre administradores e eiteiros ou foreiros por questões de trabalho ou de renda. Havia o rendeiro que buscava proteção fora do engenho, usando um capital muito cobiçado, que ele, a mulher e os filhos conseguiam amealhar com grande sacrifício: o título de eleitor. Através desse recurso, podia chegar ao chefe político local, um senhor de terras, invariavelmente o mais rico, ou o grande comerciante e proprietário de prédios da sede do município, sempre repleto de notas promissórias e letras hipotecárias, e solicitar de

qualquer um deles a interferência no sentido de lhe amenizar o foro ou impedir o parcelamento do sítio.

Uma exceção, porque a regra era não ter título de eleitor.

De modo geral, assinalamos que o foreiro de 50 e de 30 anos passados tinha uma vida menos insegura do que aquele que ainda permanece no Nordeste brasileiro, resistindo à pressão dos donos de terras. A população era menos densa, menos concentrada; os sítios, maiores; as terras, mais férteis; e os latifundiários, menos rapaces e mais limitados em suas ambições. Esse fato, pelo que tenho observado, não é uma característica daquela Região. Registra-se por toda parte, no Brasil, na América Latina e no mundo, sempre que uma força econômica nova se impõe a uma velha, travando-se a disputa pela conquista da terra, dos meios de produção e da mão de obra.

1.3 O NORDESTE E A PAIXÃO

O Nordeste brasileiro despertou, desde os primórdios da colonização portuguesa, o mais vivo interesse dos cronistas nacionais e estrangeiros, destes sobretudo, todos eles frequentemente citados pelos estudiosos da História, dos costumes e da economia regional.

Como não penso em escrever História, e tampouco narrar, através dos cronistas, como se comportavam os antepassados remotos, deixarei sossegados os Gabriel Soares, os Gandavo, os Antonil, os Koster, os Saint-Hilaire, os

Marcus, os Lery, os Rocha Pitta, os Sauth, as Graham e uma dezena de outros filões de ouro que enriqueceram os mais recentes, como Abreu e Lima, Pereira da Costa, Oliveira Lima, Mário Melo, Gilberto Freyre, Câmara Cascudo, e os recentíssimos, entre os quais se destacaram Amaro Quintas, José Antônio de Melo Neto, Aderbal Jurema, Flávio Guerra, Costa Porto, Correia de Andrade, Mauro Mota, Diegues Júnior, Josué de Castro, Rui Facó e Paulo Cavalcanti, para só mencionar os que nasceram no Nordeste brasileiro, ali formaram o seu espírito e continuaram pesquisando sobre aquela região.

Posso bem imaginar o encantamento de um estudioso que, no silêncio do seu gabinete, se inclina perante os velhos textos e se deixa conduzir por aqueles viajantes mais bem dotados de talento e de curiosidade, como um Alexander Humboldt, ou tomam em suas mãos uma causa, por ela se apaixonam e lhe oferecem toda uma longa existência, a exemplo de Frei Bartolomeu de las Casas!

Cheguei a ser tentado por esse desejo de percorrer aqueles caminhos, indo de fonte em fonte, saciando minha sede de curiosidade, sem a preocupação que José Honório Rodrigues, mestre por excelência de Filosofia da História, recomenda ao pesquisador quando diz que este “deve traçar uma linha divisória entre as fontes históricas e as legendárias, poéticas e míticas”. Mas assim como não me fiz romancista, também deixei de lado a sedução que nos oferece a História. Elegi, ao contrário, o caminho mais áspero, preferindo apalpar a realidade com as próprias mãos, vê-la palpitando, deixar-me envolver por ela, convencido de que aí está a melhor forma de encontrar a verdade.

Essa não podia ser, evidentemente, minha convicção aos 13 anos de idade, quando meu pai me fez montar a cavalo, a mim e ao meu irmão mais velho, e ele próprio no seu bonito alazão, nos conduziu à cidade de Limoeiro, e dali, de automóvel, ao Recife, para o internato de quatro anos em um colégio. Eu me achava, então, ligado totalmente à infância meio selvagem de menino de engenho. Acostumara-me à vida dura do campo e disputava com os filhos dos rendeiros e assalariados os mesmos jogos e as mesmas fainas, tais como subir a uma árvore para derrubar um arapuá com um facho aceso em uma das mãos e a foice na outra, tombar canas para as moendas ou deixar-nos conduzir a toda velocidade pelos cavalos sem sela e sem cabresto até precipitar-nos das barrancas do açude sobre as águas.

Meu primeiro impulso ao chegar ao colégio foi o da fuga. Só desisti porque me faltou um parceiro, mas durante um ano vivi como um pássaro engaiolado, de uma grade para outra, buscando a liberdade. Custou-me a adaptação a essa nova vida de que não guardo lembrança grata, pois foi naquela prisão onde, paradoxalmente, o meu espírito se munuiu das asas necessárias para voar mais longe, que eu conheci certas formas de torpeza e de egoísmo.

Não me surpreendeu, portanto, o quadro que Raul Pompéia traça em *O Ateneu*, quadro a que teria eu de acrescentar mais agravantes se devesse fazer aqui o retrato de tantos jovens já recalçados, os primeiros que conheci na convivência forçada do internato. Vinte anos mais tarde, iria encontrar muitos deles em cargos como os de delegado de polícia, de promotor e até de juiz, descarregando seus recalques contra o povo.

O colégio tinha como diretor um desses bacharéis inconformados com a decadência da família, toda composta de senhores de engenho arruinados. Viera das várzeas da Paraíba trazendo no subconsciente um feitor sempre predisposto a romper o verniz acadêmico para mostrar a sua cólera. Por sua vez, os alunos internos, filhos, na sua maioria, de donos de terras, sentiam necessidade de desafiar aquele bacharel e levá-lo ao paroxismo da violência. Esta se manifestava em gritos, insultos, bofetões e noites inteiras de vigília. Viveu pouco esse diretor. A cólera arreventou-lhe o coração.

Narrarei aqui um episódio – apenas um – para definir melhor o que foi, para mim, a passagem por aquele internato.

Sempre que, pelas sete horas da manhã, a sineta anunciava o café, os alunos, como se fossem movidos por uma só mola, levantavam-se de súbito de suas bancas de estudo e partiam, todos de uma vez, em direção às portas e janelas do amplo salão que se comunicava com o refeitório. Esse reflexo pavloviano tinha um único objetivo: a escolha da melhor xícara e do melhor pedaço de pão previamente dispostos em duas extensas mesas. Restavam no salão três ou quatro internos que se dirigiam tranquilamente à sala de comida. Eu estava entre eles. A nós, portanto, tocava a xícara menor, às vezes de beijo partido, rachada de cima abaixo, sem asa, e, naturalmente, o pior pedaço de pão, mirrado, mole ou queimado. Tinha vergonha de uma disputa tão mesquinha, mas não podia me conformar com essa desigualdade de tratamento. Pus, então, a cabeça para funcionar, e concebi um plano que executei com obstinada paciência: todas as manhãs recolhia duas a três xícaras e atirava-as para o quintal vizinho. Quando vieram a dar pelo desfalque, não restavam senão as grandes.

Então, o diretor foi notificado da sabotagem, e como ninguém pôde denunciá-la, mandou substituir todas as xícaras por outras ainda maiores, mas o café que se passou a servir era uma água rala e morna. Acabou-se assim o arranco da boiada, pois tanto fazia um bom pão, como um ruim para aquele péssimo café. Disse a mim mesmo: “Pelo menos há igualdade de tratamento”. O sentimento de justiça, nada mais, foi o que me moveu naquele episódio, como em tudo o mais que me trouxe, afinal, ao encontro dos humildes, desviando-me das rotas tranquilas e seguras para me arremessar no oceano convulso dos embates sociais.

Veio, depois, a universidade. Não era um estudante assíduo porque, aos 18 anos, quando tive de ingressar na Faculdade de Direito do Recife, tomara a deliberação de não mais ser pesado à bolsa paterna. Para tanto, adquiri, mediante pequena quantia, um modesto colégio de meninos e fiz-me professor primário em Olinda, a antiga capital de Pernambuco, de sociedade com um colega, Antônio Almeida, de quem guardo imperecível lembrança, arrebatado que foi, prematuramente, pela morte, quando, como médico, combatia em Pombal, nos sertões da Paraíba, um surto de tifo.

Queria ser cirurgião e saí bacharel porque o estudante pobre, tendo de trabalhar, nem sempre pode, no regime capitalista, escolher a carreira de sua preferência. Hoje estou tranquilamente convencido de que, se fosse médico, viria, do mesmo modo, parar no cárcere ou no exílio, como tantos outros, pois o interesse pela causa que me despojou de tudo, até do direito de viver em minha Pátria, chumbando-me a vida para sempre à sorte dos camponeses, não deixaria igualmente de existir. Muito pelo contrário. Contam-se nos dedos os

advogados que defendem camponeses, movidos simplesmente por amor à justiça. O número de médicos que se converte ao marxismo, ao socialismo e ao comunismo, em decorrência do contato permanente e direto com a miséria dos humildes, cresce, por isso mesmo, mais depressa do que o de advogados. Se tivesse sido médico, sobretudo no Nordeste brasileiro, experimentaria, apalpando a pele e os ossos dos párias da cana, da mandioca e do cambão, uma revolta ainda maior contra aquele sistema do que a que sinto como advogado.

Para aquela chaga crônica, maligna, humilhante, que sempre resistiu aos paliativos, só havia e só há uma especialidade de medicina: a cirurgia. Vozes potentíssimas, claras, eloquentes, generosas, nunca faltam para denunciar a existência dessa chaga que pestilencia o Nordeste brasileiro, do litoral, povoado pelos pescadores miseráveis, ao alto Sertão com os seus fanáticos e cangaceiros capitaneando a violência desordenada e inconsequente. Vozes como as de Antônio Pedro de Figueiredo, o Cousin Fusco brasileiro, de Frei Caneca, mártir do radicalismo nacional, de Cipriano Barata, que, pelas suas idéias e pela sua firmeza ao defendê-las, padeceu durante muitos anos a dureza das mais célebres masmorras do País, se ergueram, no século passado, denunciando os crimes dos potentados contra os humildes. Mas não se limitaram a denunciar. Conspiraram também, tomando parte ativa nos levantes que, em Pernambuco e na Bahia, abalaram os alicerces da sociedade egoísta, fechada, feudal, que se nutria do sangue dos escravos.

Entre os que acusavam e os que iam além, participando das revoltas populares, sempre me inclinei para os últimos, convencido do que o mais correto, humano e justo é viver e

conviver com o povo e com a massa, como um ser ativo, que faz, que age, e não apenas denuncia e clama.

Entre o passado mais remoto e os dias atuais, nunca se apagou o eco das vozes nem se interrompeu a sucessão dos homens que souberam e sabem encarnar sempre as aspirações mais sentidas dos humildes. Sobretudo no Nordeste brasileiro. Particularmente em Pernambuco.

Poderia mencionar uma centena deles no exercício das mais diversas atividades, como as de político, professor, jornalista, poeta, médico, advogado, sacerdote, engenheiro, juiz, economista, administrador, todos profundamente ligados às lutas populares, participando das barricadas, dos levantes e fracassos, jogando a sua sorte com a do povo e por este derramando, generosamente, o sangue. Se o fizesse, deixaria de ser este livro um testemunho vivo para obedecer àquela tentação de que me livre quando tinha alguma intimidade com as fontes da História. Se algum leitor se sentir espicaçado pela curiosidade de conhecer esse passado, pode dirigir-se, por exemplo, ao Prof. Amaro Quintas, que leciona História no Recife, ou ao escritor Mauro Mota, que dirige o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, também no Recife, e terá em qualquer um deles um informante de capacidade indiscutível. Verá então que aquela lenda do conformismo, do espírito de conciliação do povo brasileiro é uma falsidade, uma invenção de historiadores comprometidos com os interesses da classe dominante, em que sempre predominaram, e ainda predominam, os grandes senhores de terra, que formam a mais reacionária casta do País.

A conciliação no Brasil sempre foi feita pela própria classe dominante dividida em dois partidos, nada mais que dois

partidos, iguais na essência, como o Conservador e o Liberal, por exemplo, que mantiveram o Segundo Reinado, o de Pedro II, o mais longo e morno de todos os impérios de que se tem notícia, conduzido, como foi, desde o berço até o túmulo, durante 50 anos, pelo braço do escravo africano e do servo da gleba. O povo, esse sempre permaneceu fora da conciliação, discriminado, marginalizado, como se não existisse, como se não fosse o sustentáculo, o nervo, a vida da Nação.

As incursões que fiz pelos domínios da História, particularmente a do Nordeste brasileiro, desde a luta épica contra os holandeses, em se distinguiram como guerrilheiros extraordinários um Felipe Camarão, um Henrique Dias, um Vidal de Negreiros, até os nossos dias, convenceram-me de que a boa causa, a causa justa, aquela que nos atinge de frente a consciência, é a do povo, da gente humilde que oferece tudo à Pátria em troca de nada, porque não tem direito à vida, ao trabalho, à instrução, à segurança, à liberdade. E quem assume um compromisso com o povo não deve fazê-lo pela metade; quem toma o seu partido não pode limitar os passos, fixar condições, restringir a ação, parar no meio do caminho. Quem, finalmente, se decide a abraçar a sua causa, ou o faz de maneira radical, ou finda por atraí-la, cedendo ao inimigo, conciliando com ele, transigindo, pactuando, numa palavra, capitulando.

Não precisaria sequer louvar-me no exemplo dos lutadores de nossos dias, cristãos e não cristãos, para justificar essa posição radical. Bastaria seguir os passos de Frei Caneca, já que falo de História – e História nordestina, pernambucana –, quando, pouco antes de enfrentar o pelotão de fuzilamento, firmara, há 150 anos, este princípio: “Governe quem gover-

nar, seja nobre ou mecânico, rico ou pobre, sábio ou ignorante, da praça ou do mato, branco ou preto, pardo ou caboclo, só há um partido, que é o da liberdade civil e da felicidade do povo, e tudo o que não for isso, há de ser repulsado a ferro e a fogo”.

Estas e outras razões, já expostas e por expor, teriam de fazer do menino de engenho inquieto, depois estudante silencioso, e, afinal, advogado dos humildes, um agitador social. Agitador social, sim! Com muito orgulho. Com muita honra. Com toda a dignidade. Com o mais ardoroso patriotismo. Sem tirar proveito de ordem pessoal. Sem acumular riqueza. Sem buscar honrarias. Sem curvar a espinha. Sem pedir recompensa. Sem cortejar a glória. Sem esperar gratidão. Nada, absolutamente. Mas de consciência tranquila, o coração em paz, ofertando-me, dando-me, na tentativa obstinada de avançar pelos caminhos ásperos dos restauradores pernambucanos, dos inconfidentes mineiros, dos revolucionários de 1817, dos abolicionistas de 1888, tomando a bandeira que eles empunharam com o pensamento no povo, na Pátria e no futuro.

Agitador, sim! Como é possível conceber a vida sem agitação? Porque o vento agita a planta, o pólen se une ao pólen, de onde nasce o fruto e se abotoa a espiga que amadurece nas searas. O gameto masculino busca o óvulo porque há uma cauda que o agita. Se o coração não se agita, o sangue não circula e a vida se apaga. Que dizer da bandeira que se hasteia ao mastro e não se agita? É uma bandeira morta. Qual é, por excelência, o mérito tão grande de Bartolomeu de las Casas? Haver agitado de maneira extraordinária o problema do índio durante sua longa e fecunda existência. É agitando que se transforma a vida, o homem, a sociedade,

o mundo. Quem nega a agitação, nega as leis da natureza, a dialética, a ciência, a justiça, a verdade, a si próprio. Sabe o físico que para manter a água cristalina, tem de agitá-la antes de lhe derramar o sulfato de alumínio que toma as partículas de impureza e desce com elas para o fundo. Manda o médico que se agite certos remédios no momento de tomá-los, e o farmacêutico chega a escrever nas bulas este aviso: "Agite antes de usar".

O crime não está em agitar, mas em permanecer imóvel. Uma sociedade que não se agita é como um charco: suas instituições se estagnam e apodrecem. Inútil, portanto, é tentar reprimir a agitação, envolvendo-a nas malhas do libelo acusatório. Tudo passa sobre a face da terra e debaixo das estrelas: os impérios, as tiranias, os carrascos. Mas a agitação nunca passará. Nem que haja a consumação dos séculos de que falam os profetas bíblicos.

É que ela, a agitação, se nutre de uma paixão. A paixão da verdade.

1.4 OS CAMINHOS

O dia 16 de dezembro de 1939 assinala o de minha formatura em Direito. Comigo, deixavam a mais famosa e antiga Escola de Ciências Jurídicas e Sociais do País, outros 119 jovens, na sua quase totalidade nordestinos e filhos de donos de terras da Região. Cumpria-se, assim, uma tradição que se iniciara, há mais de dois séculos, quando os abastados senhores de engenho, os grandes fazendeiros de

gado, e prósperos comerciantes atacadistas davam-se ao luxo de enviar os filhos mais bem dotados de inteligência e menos afeiçoados à vida do campo à Metrópole, para estudar em Coimbra, de onde voltavam com o seu pergaminho de bacharel arrotando em latim o *corpus juri civili*, o *digesto* e o velho Lobão.

Não obstante, a conflagração que avançava rapidamente pela Europa e que veio, logo mais, incendiar o mundo e alterar radicalmente o curso da História da humanidade, todos nós, bacharéis de 1939, descemos as escadarias da velha Faculdade de Direito, pensando na melhor forma de nos afirmar na vida. O Brasil estava, então, sob a ditadura de Vargas, que só cairia em 1945, com o fim da Grande Guerra, mas os tribunais civis funcionavam normalmente, efetivando-se, aliás, naquele mesmo ano de 1939, a unificação e simplificação do processo civil e comercial, até então da competência de cada unidade da Federação.

Muitos daqueles meus colegas de turma tinham a situação definida. Uns já contavam com as gordas sinecuras e os bons partidos que os bancos, as usinas e as sociedades comerciais reservavam para os filhos dos seus próprios sócios e melhores clientes. Outros tinham um cargo de promotor assegurado ou se adestrariam para a judicatura. Uns poucos, os que armazenavam muita teoria e punham uma crença quase religiosa na solidez das instituições jurídicas burguesas, especialmente na sacralidade da propriedade privada, continuariam os seus estudos até a consubstanciação de uma tese e a conquista de uma docência livre ou mesmo de uma cátedra.

Uma boa parte continuaria simplesmente exibindo o bigode bem cuidado, as unhas bem feitas, as roupas impecáveis e os sapatos da última moda, realçando ainda mais o seu chuveiro de bacharel, formado por um largo anel de ouro do melhor quilate e um rubi saliente e coroado de brilhantes verdadeiros, tudo muito polido e coruscante. Assim equipado, esperaria pelo bom partido, uma jovem da alta sociedade, bem melhor que a cátedra, a sinecura ou a assessoria jurídica no banco ou no escritório da usina. Outros, finalmente, se alimentavam de ambições políticas e já tinham, à sombra dos parentes, o seu eleitorado pronto para sufragar-lhes os nomes quando a democracia florescesse, porque naqueles anos da ditadura getulista, a democracia era um pau seco, conforme sentenciara Agamenon Magalhães. Como, agora, sob a ditadura militar, é planta subterrânea.

Restavam bem poucos dispostos a não se deixar prender pelos fios de ouro do sistema, que se mantinha o mesmo apesar dos abalos causados pelas revoltas populares e as guerras civis. Eu me achava entre estes.

O exame das doutrinas políticas e sociais encontrava nos corredores da Faculdade de Direito um campo fértil para o debate que levava à formação de partidos e grupos irreconciliáveis. Como o clima ditatorial não permitia a ampliação desse debate, uma vez que os meios de difusão das idéias eram controlados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda – o famoso DIP –, e a Polícia Política, sobretudo em Pernambuco, exercia uma vigilância ativa contra os estudantes, o povo só escutava o eco distante, o rumor quase apagado das vagas que se erguiam e arrebentavam no interior da velha Faculdade.

Entre as duas correntes bem definidas – a direita, capitaneada pelos integralistas, partidários de Plínio Salgado, os “camisas verdes” ou “galinhas verdes”, como eram popularmente conhecidos, e a esquerda, pelos adeptos incondicionais de Luiz Carlos Prestes, do Partido Comunista, e outras correntes revolucionárias – colocavam-se os neutros, os indiferentes, os espectadores, sempre dispostos a concordar com os dois grupos, em busca da conciliação, do entendimento, da soma dos contrários.

Quando entrei para a Faculdade aos 18 anos, já era um jovem de esquerda, iniciado nas primeiras leituras marxistas, mas ainda não convencido de que achara o caminho certo e o mais seguro para o meu encontro com a Humanidade.

Dois anos antes de me diplomar, sofrera a minha primeira prisão. Um colega, que veio a ser orador da turma, me endereçara, da cidade onde fora gozar férias, uma longa carta defendendo e exaltando Marx com todo o ardor de sua juventude e de sua inteligência bem dotada. Interceptada a carta pela Polícia Política foi conduzido entre dois agentes, depois de ter a casa varejada e a modesta biblioteca desfalcada, à presença do delegado de Ordem Pública e Social. Era um bacharel, formado pela mesma gloriosa Faculdade de Direito, que haveria de dar um exame desses doutores, muitos deles notabilizando-se como torturadores de presos políticos e beneficiários do jogo, do lenocínio, da extorsão e do roubo, tanto que enriqueciam de um ano para o outro, e ainda eram premiados com cadeiras de deputados, rendosos cartórios, gordas procuradorias e outras sinecuras que os donos do poder, nos regimes antipopu-

lares e antinacionais costumam oferecer aos seus esbirros mais fiéis. Não sei se deva chamar a essa primeira prisão política, que não durou mais do que um dia e uma noite, de batismo de fogo. Foi, pelo menos, um prenúncio das que viriam mais tarde.

O certo é que ao descer as escadarias da velha Escola com o meu canudo de bacharel nas mãos, dias depois de ouvir a oração do paraninfo, Prof. Soriano Neto, naquele tempo, um ídolo dos estudantes, já tinha uma resolução: advogar. Restava, no entanto, definir se defenderia os interesses dos banqueiros ou dos bancários, dos latifundiários ou dos camponeses, numa palavra, dos empregadores ou dos empregados. Optei sem vacilação, desde a primeira hora, pelos últimos. Não havia nisso nenhum sectarismo. Era uma questão de princípios. De coerência política. De adesão à causa dos espoliados e oprimidos. Foi com esse propósito que tomei o caminho do Palácio da Justiça, um edifício sólido e suntuoso, que se atinge sempre pelas laterais, porque os fundos são tapados, e a frente, com a sua imensa escadaria de granito e o frontispício de um incrível mal gosto, não convida ninguém a entrar. Muito pelo contrário, repele.

Sabe o Foro de Pernambuco, onde durante mais de 20 anos militei como advogado, que a minha resolução importaria, por um lado, em não permitir que a fortuna me entrasse de casa adentro, e, por outro, em acumular a prevenção e o ódio dos poderosos. Sim, porque nunca me limitei à defesa pura e simples do direito, precário direito dos deserdados, mas aproveitava o ensejo para vergastar nos arrazoados, nos recursos e nas defesas orais, a iniquidade das instituições.

A imagem conservada dos mestres que falavam sobre o Direito e a Justiça com beatitude não correspondia àquela que, na arena judiciária, se despia de toda a solenidade para exhibir as rasteiras, chicanas, cutiladas e golpes dados de surpresa, dentro e fora dos processos, na defesa de interesses quando estes eram ilegítimos e até criminosos. A causa não valia por si mesma, mas pela polpuda soma que renderia em honorários. Um desses mestres, aliás, um dos mais hábeis e temidos causídicos que conheci, escrevera um imenso tomo sobre o papel do advogado, sua ética, suas relações com os juízes e os clientes, seu comportamento através da História. Pois bem, esse mestre admirado pelos seus discípulos, quando tinha um adversário pela frente, não escolhia as armas para derrotá-lo. Não ficava aí. Prevenia-se contra os próprios clientes, exigindo deles não só o contrato de honorários revestido das necessárias garantias legais, mas também uma nota promissória em branco que trancava no cofre para a execução fácil, direta, violenta, sem apelo, no momento oportuno. E era dos mais respeitáveis. Pode-se bem imaginar a terrível decepção de um discípulo que, de um momento para outro, ao ter de postular numa causa em que o seu adversário é o ex-mestre, descobre, de repente, que o ídolo tem pés de barro.

Compreende-se, por isso, a emoção que me tomara – a mim e a muitos dos meus colegas, já advogados militantes e desencantados com os seus mestres – ao testemunhar, uma tarde, a visita, a última que fizera à Faculdade de Direito do Recife, pouco antes de morrer, o maior de seus mestres: Clóvis Beviláqua. Seu projeto de Código Civil Brasileiro, obra sem dúvida válida dentro dos limites do Direito

burguês, após uma batalha que durara um século, é posto em vigor precisamente às vésperas da grande Revolução de Outubro de 1917, que viria negar pela base aquele Direito, o burguês, para erigir um novo código, o do proletariado, subvertendo radicalmente a ordem econômica, social e política até então vigente entre os povos. O velho jurista morreu sem deixar nada, e dele não consta, como de outros de sua estatura, a exemplo de Rui Barbosa ou Epitácio Pessoa, uma anedota sequer que o coloque em posição equívoca diante dos seus discípulos e dos próprios adversários com quem terçou armas com uma ética e uma lealdade a toda prova.

Os anos que se seguiram, de intensa atividade como advogado, iriam revelar-me outros aspectos ainda mais sutis e difíceis do exercício dessa profissão, quando já se tem, como eu tinha, desde o começo, o caminho definido pela filosofia política que abraçara. Intransigente na defesa dos princípios, sentia, a cada passo, erguer-se um obstáculo que não estava somente nos códigos, mas na atitude dos juízes comprometidos com a estrutura sustentada pela classe a que conscientemente serviam. Por isso, tinha que atuar em mais de uma frente, preferindo, antes, perder as questões a sucumbir com os princípios. Girando na órbita da sociedade capitalista, esses juízes procedem conforme os interesses dela, pois as leis que aplicam não são mais do que o reflexo desses interesses. A História, porém, se encarregará de condená-los, como tantas vezes já o tem feito. Foram juízes, e não o povo, os que ditaram e assinaram a monstruosa sentença contra Tiradentes, e com tanto ódio que a fizeram recair sobre os descendentes de

várias gerações. E não ficaram aí. Condenaram também a casa do alferes, mandando-a demolir e depois salgar o chão para que não medrasse nem sequer a relva. São os juízes, e não o povo, os que, em nome de normas para eles sagradas, eternas e intocáveis, fazem despejar os camponeses das terras em que vivem, contrariando um princípio que, um dia, prevalecerá para todos os juízes: "A terra deve pertencer àquele que nela vive e trabalha".

Noutra parte deste livro, ilustrarei com alguns exemplos mais claros o comportamento desses juízes, sem dúvida, coerente, coerentíssimo com os seus princípios, do mesmo modo que sempre busquei manter os meus, na tranquila certeza de que eram e são justos e humanos, já que têm por objetivo alcançar o bem-estar e a segurança para todos, e não para uma minoria distanciada do povo pela odiosa barreira dos privilégios. Destaco; no entanto, desde agora, o papel daqueles magistrados que, a despeito de tudo, lutam corajosamente em defesa dos ofendidos e humilhados, atenuando os efeitos da lei, quebrando-lhe a rigidez, denunciando nas próprias sentenças os obstáculos levantados contra a justiça plena, fruto da compreensão humana e da equidade. É que esses juízes, ao contrário da esmagadora maioria dos seus pares, sentem a incompatibilidade existente entre a lei e a vida, ao verificar que não é da lei que se nutre a vida, mas é da vida que se gera a lei. E não só gera, como condiciona. Quando a lei não disciplina os interesses da maioria ou de toda a sociedade, já não serve senão como escudo odioso a um grupo, a uma casta, à minoria que dela se vale para deter a marcha da sociedade e sufocar-lhe a vida.

Impõe-se, então, a sua reforma, a sua abolição. Mas como alcançá-la? Como, por exemplo, obter uma norma capaz de assegurar a posse mansa e pacífica, pelos camponeses, das terras por eles trabalhadas, geração após geração, se nunca têm recursos para comprá-las? Se a simples idéia de permanecer nessas terras sem entregar aos seus proprietários a metade ou a terça parte do fruto do seu trabalho, ou de não se sujeitar mais à renda estipulada arbitrariamente, além de outras exigências, como a dos dias gratuitos, por semana ou por mês, ou de uma taxa extra para possuir, nas próprias terras arrendadas, um cavalo, uma vaca ou uma cabra, se a simples idéia de se opor a essas práticas feudais, constitui no consenso da minoria de que o juiz é a expressão viva, concreta e onipresente, uma violação às leis e aos costumes, um atentado contra a ordem vigente, um crime contra a segurança do Estado?

Foi partindo de indagações como essas e constatando na prática a impossibilidade de alcançar a verdadeira justiça para esses servos da terra, que formam, com seu irmão operário, o grande sustentáculo da sociedade, que evolui da advocacia para a agitação social, do processo judicial para o processo da sociedade, da tribuna do foro para a tribuna política.

Dei o que, em dialética, se chama o salto de qualidade. Mas isso só não bastava. Era preciso mais e muito mais. É que, mesmo dispondo de uma tribuna política para denunciar a violência sistemática contra os humildes, a minha palavra morria sem eco no recinto da Assembleia, composta, em sua quase totalidade, de grandes proprietários de terras, entre usineiros, senhores de engenho, fornecedores

de cana e fazendeiros, além dos aliados incondicionais: os comerciantes, os banqueiros e seus advogados. A imprensa falada e escrita, sob o controle dessas forças econômicas, não só reduzia ao mínimo as minhas denúncias como as deturpava. Dispondo, como dispunham, do aparato de repressão policial, da cumplicidade de juizes – na sua maioria, comprometidos com a situação dominante –, dos meios de propaganda, e, por outro lado, contando ainda com o atraso secular das massas camponesas, isoladas e sem organização de espécie alguma, que os párocos conduziam como um dócil rebanho para o redil de uma Igreja alienada, percebi, desde logo, que tinha pela frente uma montanha difícil de escalar, pois cada uma de suas veredas era uma cilada.

Entre ficar na planície da demagogia populista e arrosar a perigosa escalada do radicalismo revolucionário, não vacilei um instante na escolha: preferi subir a montanha, pois pertencço à categoria daqueles homens para quem o risco é sempre menor do que a sedução que nos oferece um horizonte novo. Acumulara, durante anos, experiência suficiente para a marcha, de modo que as surpresas e as vicissitudes da viagem jamais me desalentariam, nem quando me senti distanciado dos companheiros que partiram comigo, sonhando mais do que vivendo, nem quando a inveja, a traição e a covardia se uniram contra mim nas horas mais difíceis.

Mesmo entre os que tinham uma visão segura dos problemas do povo e uma definição política e ideológica clara sobre a necessidade de transformações profundas, somente possíveis através de uma revolução social, mesmo entre

esses, sobravam muitos que não só se opunham à marcha, mas iam além, defendendo o retrocesso, sob o pretexto de que não convinha precipitar os acontecimentos nem arriscar a vida inutilmente.

A todos eles, sem exceção, respondi que se fôssemos calcular as vitórias alcançadas pelas revoluções, sobretudo neste século, que é, com justa razão, chamado o século das massas, segundo a matemática dos prudentes, e não a dos temerários, certamente nem uma só dessas revoluções teria se processado e atingido o seu termo.

Não há homens insubstituíveis. Nem as revoluções se perdem quando surge a caudal das oportunas energias, como disse Lênin. É preciso, porém, criá-las. Não se geram espontaneamente, como sonham os teóricos acomodados. São os homens que as criam. Os que amam o povo e têm o pensamento voltado para a realidade. Em síntese, os revolucionários.



O ENCONTRO COM O CAMPONÊS

2.1 O CAMPONÊS E A HUMANIDADE

Não cometeria um erro em afirmar que dentro de cada um de nós se esconde um camponês. O homem, viva ele em Nova Iorque, Londres ou Paris, sem que jamais tenha sequer ido ao campo, é tomado de uma súbita tristeza, uma vaga nostalgia ao avistar da janela de seu apartamento uma árvore recortando a paisagem monótona da imensa urbe ou a brutalidade dos arranha-céus.

Essa árvore evoca os ancestrais. E como esses ancestrais foram camponeses, não há ninguém que não se sinta, naquele instante, um desterrado. É que todos vieram da terra: os ricos, em busca de mais riqueza, e os pobres, de salvação. Basta uma árvore solitária entre blocos de cimento armado para despertar em qualquer um deles a lembrança viva da gleba que ficou para trás, perdida na penumbra do tempo. Podemos olvidar a infância, o amor, a alegria, o sofrimento – todas as coisas abstratas –, mas nunca a terra, mesmo quando não a temos sob nossos pés ou des-

cansamos à sombra de uma árvore. É que a terra tem mais força do que nosso sangue, circula dentro dele, dá-lhe a substância de que se nutre, e mais do que isso, a vida. Por isso, basta a simples visão de uma árvore solitária para despertar a nostalgia da terra. Da terra perdida.

O homem, antes de tudo, é a terra. Em todos os tempos, ela é para ele a sua encarnação, o seu sonho. Cada sulco que lhe abre é uma esperança, cada semente que lhe lança, um ato de amor, e cada colheita que lhe oferece, um canto de vitória. Ainda hoje é assim. E será sempre.

Mas há também o homem dono da terra. E a ambição o degrada se a toma para si como objeto de propriedade exclusiva, quando ela deve ser o princípio e o fim, o alfa e o ômega, o ponto de apoio, o centro e o eixo de toda a humanidade.

Gerard Winstanley, o místico inglês que viveu ali pelo ano de 1600, contemporâneo, portanto, de Cromwell, lembrado pelo marxista Paul Sweezy, contemporâneo de Roosevelt, e também seu amigo, já assinalava que em todo o curso da história, a guerra e as revoluções intestinas tiveram sua origem na divisão da sociedade com base na propriedade privada da terra. "A propriedade privada não apenas dividiu a sociedade em ricos e pobres, mas desumanizou o rico e degradou o pobre", sentencia Winstanley.

As torrentes de sangue derramadas pelos homens na luta pela posse da terra davam para formar um rio tão caudaloso como o Amazonas, e os cadáveres empilhados seriam mais altos que os Andes. A despeito disso, o que o gênio humano produziu, desde que foi capaz de cunhar na rocha a primeira

expressão do seu pensamento até os nossos dias, inventando milhares de sinais para centenas de idiomas, é consagrado à terra, à semente e ao fruto, mais do que a todas as outras coisas, bens e valores existentes. Se um conjunto de diligentes pesquisadores tentasse calcular a quantidade de poemas, ensaios, teses, sermões, hinos e cânticos inspirados e motivados pela terra, estaria diante de uma tarefa acima de suas possibilidades, ainda que para isso contasse com a ajuda eletrônica dos computadores. Não há uma seita religiosa, um livro sagrado, um código de leis, uma obra de arte – tudo o que é limitação e transcendência, essência e aspiração – que não reflita a ligação íntima, necessária e inevitável entre o homem e a terra.

Como a terra antecede ao homem, e nisso se harmonizam todas as cosmogonias, ela espera por ele, como a mãe pelo filho, para lhe oferecer a vida. E ele o que faz? Morre por ela. E por ela mata. Porque quer tê-la exclusivamente para si. Nisso consiste a sua tragédia. Que fazer, então, para evitá-la? Criar um novo homem. Sufocar dentro dele a inveja, o egoísmo, a avareza e todos os outros demônios que lhe dão sede de lucro e ânsia de domínio sobre a terra. Mudar de sistema, partindo do princípio de que a terra é um bem que deve pertencer à humanidade. O camponês é a humanidade.

2.2 O MUNDO DO CAMPONÊS

No curso de toda a história da civilização, o camponês sempre carregou o fardo mais pesado. Não há exagero

em afirmar que durante milênios, e até nossos dias, o camponês vem ocupando o espaço existente entre a besta de carga e o senhor de terras. Tratado como o boi ou o cavalo, chega a se identificar mais com esses dois animais do que com a sua própria espécie, pela soma de trabalho que lhe tem sido imposta e a vida rudimentar que leva. Servo da gleba, escravo, assalariado ou minifundiário, sob qualquer uma dessas condições, vêmo-lo dando o seu braço para as tarefas mais duras, quase sempre sem a esperança de recompensa. Voltado permanentemente para a terra, dia e noite, ano após ano, orienta-se pela posição do sol e das estrelas, espera pelas estações, e de cada uma delas se despede como os fenômenos com que mais se identifica, porque sabe que da boa ou má colheita depende a sua vida. E se se perguntar a qualquer um deles o que significa a vida, sua resposta é uma única, em todas as línguas e sob qualquer seita religiosa ou sistema político que adote ou o submeta: a terra.

A convivência íntima com ela, que só a morte interrompe, sedimenta na sua consciência um sentimento, uma concepção do mundo, uma forma de pensar, de reagir, que exige um tratamento especial de quem se acerca dele em busca de ganhar a sua confiança.

O camponês tem uma filosofia própria. Uma filosofia que diverge radicalmente daquela que segue o homem da cidade, até mesmo a de seu irmão mais próximo, seu aliado por excelência: o operário. Não raciocina como este, embora com ele se identifique pelo esforço físico que depende para edificar a riqueza. O camponês tem a isocronia dos astros e sua aparente lentidão. A lua, por ser o mais

próximo, goza de sua intimidade, brinca no seu terreiro, ilumina as suas festas, povoa-lhe a vida de sonhos e ilusões, abre-lhe o peito em trovas e cânticos de amor e de nostalgia, ensina-lhe em que época do ano e dia da semana deve lançar a semente à terra. O sol, que tanto faz germinar essa semente e multiplicá-la em espigas como sufocá-la debaixo da terra, antes, durante ou depois da floração, é o senhor absoluto do seu destino. Quando ele se levanta no horizonte, o camponês já está de pé para receber o seu primeiro banho de luz, e no momento exato em que se deita sob um lençol de púrpura, larga os instrumentos de trabalho e se recolhe dentro de si, ora em silêncio, enquanto caminha para casa, com o passo tardo do boi desatrelado do cambão, os músculos entorpecidos pelo dispêndio de energia, levando a esperança da boa colheita, se lhe pertence a terra; humilhado e triste, se lavra a gleba alheia. As estrelas são seus guias silenciosos. Procura decifrá-las desde que se acende a primeira nas agonias da tarde, até que a última desmaia, lívida, sob a luz da alvorada. Dá-lhes nomes carinhosos – as Três Marias, a Papa-Ceia – sem lhes apontar jamais o dedo, temeroso de que seu corpo se cubra de verrugas. Persigna-se e diz, contrito, “Deus te leve para o mar” cada vez que o seu olhar agudo surpreende nas noites limpas e mais povoadas de estrelas, uma delas, supõe, a estrela cadente, a zelação, como prefere chamar, fugindo pelo céu como um risco de prata de um brilho incomparável. O Carreiro de Santiago é o seu horóscopo. Por meio dele prediz se o tempo será bom ou não, se vai chover ou fazer sol. Completa a sua predição anotando os crepúsculos vespertinos mais longos e afogueados, o halo

empalidecido em volta da lua, os relâmpagos, abrindo-se para o norte na linha do horizonte ou distinguindo o canto de certas aves no silêncio profundo das noites de estio.

Os sentidos, principalmente o visual e o auditivo, se adestram e se aguçam a ponto de atingir a perfeição. A visão, acostumada com o horizonte e com os astros, adquire, por assim dizer, a sua dimensão, bebendo a luz mais pura, a luz infinita, sem jogo de artifício. Quando baixa os olhos é para a terra sobre a qual se inclina com os seus instrumentos de trabalho, e enquanto os braços e as pernas se movimentam e o corpo se lava de suor, esses olhos repousam nos sulcos que ele vai cavando, nas sementes que vai plantando, nas espigas que vai colhendo. Seu espetáculo, quando regressa à casa, é o da luz cambiante do crepúsculo da tarde; depois, o das estrelas ou o da luz, luz suave, que se acende e se apaga lentamente. Dorme cedo.

Euclides da Cunha e Sarmiento, ao estudar e definir, em páginas geniais, o sertanejo do Nordeste e o gaúcho do Pampa, assombram-se diante do rastejador, capaz de perseguir uma presa, homem ou animal, durante dias e a grande distancias, através de atalhos e escarpas, pelo cerrado adentro e pela savana silenciosa, no inverno ou no estio, até descobrir o seu último refúgio. Essa façanha extraordinária, que faria inveja ao talento engenhoso de Conan Doyle, deve-se ao olhar de águia do camponês, capaz de decifrar os mínimos detalhes do roteiro seguido pelo ente que persegue, revelados por um minúsculo talo seco ou uma pedra quase microscópica que a planta do pé do homem mais astuto ou a leve pata do felino muda de posição, revelando a face menos exposta ao sol.

Os grandes cangaceiros do Nordeste, Antônio Silvino e Virgulino Lampião, foram rastejadores habilíssimos. Usavam, entre outros truques para despistar e confundir a polícia, o de calçar as alpercatas ao revés, de modo que, ao tomarem um rumo, faziam os seus perseguidores marchar no sentido contrário.

Mas se a vista do camponês se embebe sempre naquela luz pura que vem do horizonte, do céu e dos astros, o seu ouvido não se separa do silêncio. Esse silêncio é o amigo fiel de todas as horas e mestre inigualável. Esse amigo e esse mestre ensinam-lhe a perceber os ruídos mais sutis e a distinguir uns dos outros. O rumor da folhagem, a marulho das águas, o canto das aves, o balido das ovelhas, o mugido dos bois, o tinir distante de um chocalho, todos esses sons doces têm a propriedade de afinar seu ouvido, de aguçá-lo dia após dia, educando-o e preparando-o para perceber outros sons ainda mais delicados, sobretudo durante a noite, quando cresce o silêncio. Por isso, quando caminha em plena escuridão, é capaz de mencionar, ao longo do seu trajeto, que tipo de animal foge à sua aproximação. Não precisa de olhar para dizer se o passo do cavalo que ouve na estrada é de um conhecido ou de um estranho, do mesmo modo que ao esperar a caça, oculto no girau de paus trançados, calcula pelo ouvido não só a direção que segue e a distância em que ela se encontra, como a sua espécie.

Nisso distingue-se do homem da cidade cuja vista é limitada pelas ruas e pelos altos edifícios, onde luzem as lâmpadas a gás néon, como estrelas artificiais e medíocres que se apagam e se acendem de repente. Não é só. Há ainda o livro, o jornal, a televisão, o cinema e as poucas

horas de sono, trabalhando conjugadamente para amortecer a luz desses olhos. O ouvido, por outro lado, se embota sob o impacto dos ruídos mais violentos e inesperados.

Dotado, assim, de vista e ouvido aperfeiçoados pela própria natureza, o camponês é capaz de proezas inconcebíveis para o homem da grande cidade. Aquele olhar agudo não erra na pontaria, e o seu ouvido atento nunca se confunde. Senhor absoluto desses dois sentidos, consegue realizar façanhas admiráveis como rastejador, vaqueiro, caçador ou guerrilheiro. Comprovam-no os ensaios, as monografias, os poemas, contos e novelas que o pensamento, a sensibilidade e a imaginação dos escritores de talento e de gênio já compuseram sobre ele. E mais do que isso, os feitos de que sempre participaram com a contribuição maior, o sangue mais puro, através da história, em todas as guerras civis e grandes revoluções dos povos.

Porque o camponês é a humanidade. É a sua imagem mais perfeita. É a sua visão mais límpida.

2.3 A FILOSOFIA DO CAMPONÊS

O camponês tem uma filosofia própria. O meio ambiente no qual se movimenta, o atraso em que vive, as condições a que é submetido, as tarefas que executa, o contato permanente com a terra, uma geração atrás da outra, o pai servindo de espelho para o filho, e o avô para o neto, numa repetição monótona, cada um deles voltado para o mesmo princípio e o mesmo fim, sujeito às mesmas osci-

lações dos astros e definições ou indefinições da natureza, dão a todos eles uma fisionomia, um caráter, uma estrutura que, ao primeiro golpe de vista, mostra a sua identidade e semelhança.

A sua maneira de viver se reflete com tanta evidência na forma de pensar e de agir que o encontro com ele é fácil e cômodo, desde que se atente para o seu mundo. Jamais ganhará a sua confiança aquele que se atire de frente contra esse mundo. É um erro tratá-lo como ao operário, ao estudante, ao intelectual, que vivem em condições bem diferentes das suas. Um adepto de Freud sofreria o maior dos desencantos ao constatar, por exemplo, a inexistência de pederastia no campesinato, mas um discípulo de Marx, se ortodoxo, também voltaria desiludido de seu encontro com ele pela dificuldade de se ajustar à idéia que faz de si mesmo.

Não basta pensar no camponês e oferecer a solução correta para libertá-lo. É preciso, antes de tudo, conviver com ele, participar intimamente de sua existência, aceitá-lo exatamente como ele é, com o seu individualismo, o seu imediatismo e o seu misticismo, como condição indispensável para conquistar a sua adesão. Falo com conhecimento de causa. A convivência com ele, desde a infância, romântica e sentimental, a princípio, depois política e revolucionária, ensinou-me o tratamento adequado e a linguagem própria que se tem de usar para que ele saia do seu confinamento e adote uma posição audaciosa e conseqüente.

O camponês pensa de maneira diferente do operário. O seu mecanismo de ação se ajusta à sua maneira de viver.

Isolado com a mulher e os filhos, traz o pensamento voltado para a terra que absorve as suas energias, limita os seus passos e dita a sua conduta. Se a terra lhes pertence, luta desesperadamente para não perdê-la, e, em caso contrário, sempre alimenta a esperança de chegar um dia a possuí-la. É que a terra é a sua vida. O operário, diferentemente, trabalha ao lado de dezenas e centenas de companheiros de igual categoria. A fábrica não é o seu objetivo imediato, mas o salário e outros direitos, como o horário de trabalho, o repouso semanal remunerado, as férias, a estabilidade e a aposentadoria. Seu pensamento está dirigido para os seus iguais, com quem convive diariamente e de cuja solidariedade necessita para não perder os direitos que ganharam juntos. Vê na greve uma forma de luta, e sabe que não pode fazê-la só. Assim, por necessidade e convivência, o operário é coletivista. Quando luta pelo salário, tem a consciência exata e segura de que não se trata de uma conquista pessoal. Perde, por isso, o sentimento individualista para integrar-se na comunidade formada pelos seus companheiros de trabalho.

Trata-se, portanto, de dois mundos diferentes – o do camponês e o do operário –, duas realidades distintas, que geram condições também diversas como diversas são as suas reações psicológicas. O camponês se aproxima mais do artesão, pois, assim como este, dispõe dos meios de produção, e aquele tem a posse da terra, quando não trabalha na de outro. Ambos se tornam, em virtude dessa circunstância, individualistas, ao contrário do operário, que não é o senhor dos meios de produção. Daí, o erro em se transplantar mecanicamente determinados métodos de trabalho da classe operária, já provados em sua eficiência,

para o âmbito da organização camponesa, sem a prévia e paciente educação política dos seus membros.

O individualismo do camponês, fruto do seu isolamento e do contacto direto e permanente com a terra, faz dele um ente desconfiado e retraído. Para amortecer esse individualismo, não basta o contato superficial e ligeiro que muitos têm com ele, por exemplo, nos fins de semana, numa espécie de *weekend* revolucionário, muito em voga entre jovens estudantes românticos e sectários, ainda que as suas ambições sejam puras e os seus objetivos, legítimos. Tornam-se indispensáveis uma convivência continuada e uma participação estreita com o seu mundo. Descobre-se, então, que ele não é somente individualista, mas imediatista, como resultado do estado em que vive, isolado e inseguro, pois o seu destino não lhe pertence, mas aos dias incertos, às safras pendentes, aos caprichos e às sentenças do latifundiário. Com esse individualismo e esse imediatismo, ele pode ir de um extremo ao outro, passando do conformismo à revolta sem qualquer estágio intermediário.

Atrasado e jungido à terra, numa sujeição que não se altera, o camponês é como a dinamite que se atira contra a rocha e não explode. Se, porém, se coloca um estopim dentro dessa dinamite e se lhe chega a mecha, então ela explode e arrebenta a rocha. Esta operação, porém, não é fácil, porque exige paciência. É que não se vence o mutismo do camponês, a sua desconfiança, apenas com palavras. Se às palavras e às promessas não se seguem os atos e as ações, ele permanece retraído, distante, imóvel, esperando, como espera pela chuva, pelo sol, pela colheita. Enquanto assim vive, sonha. Sonha com a terra. Sonha com a liberdade.

Apertado entre as tenazes de uma sociedade insensível à sua miséria, ele transfere as aspirações mais acalentadas para o outro mundo, o mundo do seu sonho, e espera que o milagre aconteça enquanto se aferra ao pedaço de terra que aluga por certa quantidade de dinheiro, uma parte da colheita ou alguns dias de trabalho em cada semana. Porque a terra é o seu estômago, a sua vida. E a liberdade é como o vento que sacode as árvores e leva as folhas secas para longe. A terra está debaixo dos seus pés, ele pode feri-la com a enxada e tomá-la em suas mãos. É sangue circulando em suas veias. É carne de sua carne. A liberdade ele sente como o vento que não apalpa, mas sabe que existe. Sua comunicação com Deus se processa através dessas imagens que ele faz da terra e da liberdade. Ele sofre pela terra. É como se se sacrificasse pelo seu Deus. Ele espera a liberdade. É como se quisesse ganhar a outra vida.

A união desses símbolos significa a paz, o fim do sofrimento e da humilhação, a eternidade. Daí sua resignação, seu conformismo, seu budismo, seu cristianismo, seu catolicismo. Não é uma coisa pura, abstrata, inconsútil. É uma mescla do real com o irreal, do concreto com o abstrato, de Deus com o mundo, da Terra com a liberdade. Seu misticismo é a soma dessas unidades, o fruto desse conúbio. É um misticismo sincrético. Mas enquanto não chega o dia do encontro entre símbolos tão distantes, o camponês se deixa conduzir docilmente pelos caminhos que levam sempre ao seu sacrifício inevitável. Vai anestesiado. Há os que desertam no meio da jornada. E lutam. Sua bravura chega a ser épica, mas logo são isolados e vencidos. Quando muito, formam um grupo e realizam, por algum tempo, façanhas admirá-

veis, mas desarticuladas, inseqüentes, que não conduzem a nada. Enquanto isso, a imensa massa dos sacrificados espera, criando ou repetindo estórias e canções que se espalham entre eles como a chama da vida. São os relâmpagos que se abrem no horizonte anunciando a tempestade que não chega ou se retarda. Seu símbolo, por excelência, no Nordeste, tem um nome que por si só deslumbra: Lampião.

Quando não é o cangaceiro, é o beato, o visionário, o taumaturgo, que povoam a sua vida de temores e esperanças com suas ameaças contra o mundo, suas promessas através de uma pregação fanática e confusa que, a exemplo do que acontece com o cangaceiro, também não leva a nada. O seu protótipo mais bem acabado é o Conselheiro. Esses fenômenos se repetem como as crises cíclicas da febre intermitente. No Nordeste brasileiro, eles têm a periodicidade das secas, mas não se geram em suas entranhas. Contudo, recebem dela o hábito medonho, o impulso desordenado. Sua matriz é a miséria, que o latifúndio fecunda e sustenta. Essas manifestações não são acidentais. Figuram uma torrente que explode, de súbito, em boqueirão, e depois de revolver a superfície da terra, solapando-a, devastando-a com toda a fúria, mergulha debaixo dela, afunda-se chão adentro, com o seu rumor abafado, distante, misterioso. Compreende-se por que ele exalta e respeita a figura do cangaceiro tanto quanto a do beato, pois se este anuncia o fim do mundo sempre pelo fogo, como está no Apocalipse, imagem correta para o Nordeste, sob o flagelo do sol inclemente, aquele é o braço que vinga, o punhal que sangra e a bala que acerta esse outro flagelo, o soldado, imagem concreta da sociedade que o esmaga.

Desgarra-se por um ou pelo outro, quando vence a força da inércia que o prende à terra como se fosse uma árvore, ou a sua fé chega ao paroxismo, atingindo as raias do fanatismo. Como nunca deixa de haver em cada cangaceiro a marca do beato – e vice-versa: em cada beato, a marca do cangaceiro –, torna-se, por isso, menos difícil segui-los, de perto ou a distância, se presente, vivo, se ausente, ativo, com aquela vivacidade que não mede sacrifício e aquela atividade que nunca se acomoda. A morte de cada um deles só faz aumentar a frustração. É que a esperança não se apaga, mas se transfere para o milagre da ressurreição. No consenso da massa camponesa mais ingênua e desesperada, Lampião não está morto. Foi chamado pelo Padre Cícero do Juazeiro. Para uma massa ainda mais vasta, o Padre Cícero do Juazeiro voltará.

No fundo de todo esse drama em que o sublime e o ridículo se revezam e se confundem, permanece latente, como fogo nas entranhas da terra, as imagens da vingança e da Justiça. Esse fenômeno não é local. É universal. Não é contemporâneo. É histórico. Repete-se por toda parte, em todos os tempos, e quando se criem as condições.

2.4 RELIGIÃO, CACHAÇA E CAPANGA

Dissemos, em linhas anteriores, que o camponês é como a dinamite que se atira contra a rocha e não explode. É preciso colocar um estopim dentro dessa dinamite e atear-lhe fogo para que ela arrebente a rocha com sua ex-

plosão. À primeira vista, parece simples a operação. Mas, na realidade, não é. Por quê? Porque o fabricante dessa dinamite, o latifúndio, dispõe de muitos recursos, eficientes, seguros, bem pensados, para evitar o seu contato com o estopim e o do estopim com a mecha. Que recursos são esses? Mencionaremos os principais.

Um deles é a religião. Aquela famosa frase de Marx – “a religião é o ópio do povo” – ajusta-se muito bem ao camponês sem terra e sem liberdade. Não estaríamos longe da verdade se afirmássemos que, ao concebê-la, o maior dos pensadores revolucionários teria sua atenção voltada para o camponês. Toda religião busca, fundamentalmente, salvar o homem, elevá-lo, aperfeiçoá-lo de tal forma que venha a cair na graça de Deus e merecer a eternidade. Acontece, porém, que esse ideal encontra no próprio homem o seu obstáculo por excelência. É que o homem não pode fugir à realidade, à contingência, à raiz das coisas, que o prende ao mundo e lhe condiciona o modo de pensar e de viver.

O Cristianismo, por exemplo, que é a religião dos oprimidos da Judéia e dos escravos de Roma, passa, na Idade Média, deformado e absorvido, como foi, pelo Estado Feudal, a ser um instrumento dos opressores, os barões feudais. Em seu nome fez-se guerra e ainda se faz. Ganhou bandeiras, brasões, armas, soldados nas Cruzadas. E à sombra da Inquisição, humilhou, martirizou, assassinou, como humilhado, martirizado, assassinado fora Cristo, que lhe deu o nome e a doutrina. A resistência oferecida pelos poucos que tinham a missão de defender e propagar os seus princípios, exatamente como foram vividos pelos primeiros apóstolos, era a exceção quando devia ser a regra.

O campesinato do Ocidente aceitou o Cristianismo conforme lhe pintaram, geração após geração, como a crença capaz de salvá-lo do pecado original e do fogo eterno, desde que observasse esta condição: obedecer. Essa obediência deve ser total e absoluta a Deus, à Igreja, ao barão feudal, à autoridade. Apesar disso, sempre estalam revoltas entre os camponeses contra seus opressores, revoltas debeladas a ferro e fogo. As guerras camponesas na Europa Central, sobretudo na Alemanha, durante os séculos XV e XVI, atestam a magnitude dessas revoltas e, igualmente, de sua repressão. E o mais curioso é que essas revoltas, ditadas pela fome e a carga insuportável do trabalho e dos tributos, encontram sua justificativa, aparentemente, no próprio Cristianismo. Sinal de que a religião, sobretudo a cristã, cujos preceitos são um dos melhores patrimônios da humanidade, também conduz o sacrificado à rebelião. Os opressores sabem disso, mas levam sobre os oprimidos muitos séculos de experiência, usam de uma religião que, devendo ser dos pobres, foi usurpada pelos ricos.

A despeito dos exemplos oferecidos por figuras verdadeiramente extraordinárias, como um João Huss, um Bartolomeu de las Casas, ou um Frei Caneca, a Igreja não só contribuiu para amortecer a marcha do campesinato no sentido de conquistar a terra e alcançar a liberdade, como o fez parar e retroceder, pondo-se, assim, de acordo com os poderosos do momento. Fez pior ao defender e justificar a repressão, a violência e a guerra em nome de dogmas imutáveis. Como assevera Winstanley, que citamos de propósito: “os governos foram estabelecidos e mantidos para proteger os interesses dos proprietários, e a religião orga-

nizada surgiu para encorajar a submissão dos pobres ao atribuir aprovação divina à ordem social. Como a ordem social fora concebida e era mantida no interesse dos ricos, seguia-se que eles e seus representantes na Igreja e no Estado não poderiam simpatizar com a abolição dessa ordem”. Isso, que já era uma verdade dolorosa, conforme sustentava Winstanley há três séculos, permanece latente como um espinho cravado na alma do povo e, mais profundamente, na do camponês. O esforço tenaz e heroico desenvolvido por um ou outro sacerdote, destinado a sublevar os humildes contra os poderosos, é denunciado como rebeldia, defecção e loucura, e punido com as penas mais cruéis. Esses sacrificados passam, depois, a servir paradoxalmente de ópio, para anestesiarem de novo a rebelião que o estômago provoca quando atinge a consciência com a fome.

Diante daquele sacerdote, o mais puro, o mais ingênuo, o mais explorado dos mortais – o camponês – permanece numa posição mística, numa beatitude estática, vendo na rebelião e no sacrifício deles a sua própria rebelião e o seu próprio sacrifício. E com isso, aquietam-se e adormecem. Noutra parte deste livro, mostraremos, no entanto, como é possível subverter a ordem das coisas, fazer o feitiço voltar-se contra o feiticeiro, convocando para uma operação oposta os mesmos símbolos adotados com a finalidade de amortecer no camponês o sentimento de rebeldia contra a sociedade que o oprime.

Outra forma pacífica de anestesiarem o camponês reside na aguardente. No Brasil, desde os primórdios da colonização, o seu uso se difundiu por toda parte, a despeito das sanções impostas pelas autoridades, que chegaram a

proibir o seu fabrico para não prejudicar o do açúcar. É que a aguardente, a princípio, era fabricada por pequenos produtores, em modestas engenhocas, desviando, assim, parte da cana que os grandes senhores de engenho queriam que fosse destinada exclusivamente à extração do açúcar. Razões de ordem econômica, portanto. No momento, porém, em que esses mesmos senhores perceberam que a aguardente era um produto de colocação fácil e rápida pelo seu uso generalizado, passaram a destinar boa quantidade de matéria prima ao seu fabrico. A aguardente chegou, em determinados momentos, a dar mais lucro do que o açúcar. O certo é que os recalitrantes terminaram adquirindo alambiques de cobre, de tal maneira que era raríssimo, depois de certo tempo, o engenho que não fabricasse os dois produtos – o açúcar e o aguardente. Isso, sem contar aqueles que se dedicavam exclusivamente a destilar cachaça, nome que, no Nordeste brasileiro, o povo prefere dar à aguardente de cana. Nas épocas das grandes baixas, quando o preço de um carregamento de açúcar não chegava sequer para pagar o frete, transformava-se aquele em aguardente, fugindo por essa porta os mais sabidos à ruína financeira.

Do mesmo modo que o senhor de engenho, aristocrata, se amasiava com a mucama, a escrava negra, descendo o batente da casa-grande para o fundo da senzala, o açúcar, produto nobre, unia-se à cachaça plebeia, a princípio com reserva, depois, escandalosamente, nos barracões das usinas, nas bodegas das estradas e das pontas de rua. Por ser um produto nobre, sobretudo depois que de bruto passou a ser refinado, e de mascavo, a branco, o açúcar

rareia na casa do camponês, mas a cachaça sobra. Ele tem necessidade dessa droga para poder viver. E precisamente por causa dela, morre mais depressa ou perde o resto da liberdade, do mesmo modo que a razão. Quando não se degrada totalmente. Os hospitais, os hospícios e as cadeias recebem essas vítimas cujo número aumenta de ano para ano. As estatísticas, até mesmo aquelas mais discretas, quando se voltam para esse terreno, são forçadas a caminhar em curvas ascendentes.

A cachaça não só degrada o camponês. Ela própria se degrada. A princípio, extraída de alambique de barro ou de cobre com muito zelo e critério, para colocação no mercado externo, relaxaram depois o seu fabrico. O consumo em grande escala exigia sempre que a quantidade aumentasse enquanto diminuía a qualidade. Recentemente, passou-se a falsificá-la, misturando-a com os ingredientes mais nocivos sob nomes e rótulos atraentes, para favorecer a saída, já que a ânsia de lucro abafa todos os escrúpulos. Sua vítima, por excelência, é o camponês, que tem a bolsa magra, e necessita dessa droga envenenada para esquecer a vida, fugir do seu mundo miserável e mergulhar no outro, o dos sonhos impossíveis. No fundo de tudo, busca enganar a fome.

A cachaça faz, assim, a fortuna permanente de quem especula com ela, no grosso e no varejo, e alimenta no camponês a ilusão fugaz de que também é rico, poderoso e livre. Apenas se põe de pé, o dia amanhecendo, quebra o jejum com um trago antes de tomar a enxada e caminhar para o eito do patrão. Ali também ela o espera, o alenta, o anima... e o rebaixa. Como os ricos também bebem e se embriagam, justifica-se à sua maneira, narrando fábulas e

improvisando rimas que correm de boca em boca. Alguém inventa um mote, como, por exemplo:

Em certo divino estado
Não é defeito beber

E um outro glosa:

De primeiro, só bebia
negro, caboclo e mulato.
Hoje, até os homens altos
vivem “bebos” todo dia.
Até Vossa Senhoria,
tenho visto acontecer
dar os seus passos errados,
tombar na rua e pender.
Em certo divino estado,
não é defeito beber.

Atraído pelo seu cheiro, ao destampar cada botijão, e fascinado pela sua transparência cristalina, ao espumar rapidamente no copo, o desgraçado, de mãos trêmulas, acende os olhos no momento de tragá-la de uma só vez, como não é capaz de fazer com o pedaço de carne quando a fortuna lhe favorece.

A cachaça o acompanha por toda parte, preside os atos de sua vida, domina-o, como não faz a sua crença em Deus, pois é voz corrente no campo esta sentença: “Ca-

chaça tem mais força do que Deus. Porque Deus dá o juízo e ela tira”. As autoridades a perseguem não pelos males que acarreta, pela devastação que faz, pelo pesado tributo que lhe paga o camponês, mas por ser ela, entre as mercadorias, a que mais se contrabandeia, a que mais foge ao fiscal, a que lesa a lei com mais frequência. Vende-a o que a destila sem pagar o imposto, e o que a compra, o aguardenteiro, para a revenda nas bodegas, também não paga, cortando pelos atalhos e veredas ou se valendo da escuridão e da cumplicidade de toda uma complicada rede de beneficiários que se estende do produtor ao viciado.

A cachaça é uma criminosa, uma delinquente, uma fora da lei, desde que deixa as serpentinas dos alambiques, já impregnada de sais de chumbo, até que desmoraliza, encarcera, enlouquece e mata a sua vítima. Seu conluio com o latifúndio é tão estreito, sua ajuda tão necessária à manutenção e à continuidade dele, que, no dia em que venha a ser desfeito esse conluio, ter-se-á desferido sobre ele um golpe violento, capaz de socavá-lo em seus alicerces mais profundos.

Compreendemos a necessidade que sente o camponês de afogar-se na cachaça. Não a justificamos. Já o encontramos assim por toda parte. Como se a cachaça fosse a sua segunda natureza. Preso a ela, deixa-se conduzir docilmente por quem o explora, sente-se sem energia moral para se rebelar e curva-se sobre a sua enxada resignado, sem a mínima resistência. Entrega o corpo à cachaça como oferece a alma a Deus.

Essas são formas suaves, sutis, pacíficas de anestesiá-lo o camponês, de contê-lo, de dominá-lo, de mantê-lo em um

estado permanente de embriaguês, sem dispor de si mesmo, sequer para raciocinar. Mas há também as formas violentas e ostensivas. Há o capanga. Há o soldado de polícia. O capanga é a lei dentro do latifúndio. O soldado de polícia, fora dele. Quando se livra de um, cai nas garras do outro. O soldado não é mais do que o capanga fardado, em dimensão maior. É a sua projeção no mundo, no seu mundo real, estreito e limitado, reduzido ao latifúndio em que vive e a que serve, à vila mais próxima ou à sede do município que frequenta quando vai à feira, à igreja, ao enterro, à festa. Tem mais temor ao soldado do que ao capanga porque este tem atribuições mais restritas, convive com ele quase em pé de igualdade, sujeito também a deixar a terra e a perder o privilégio de conduzir uma arma e executar as ordens do seu amo. O soldado vai muito além porque pode desarmá-lo, prendê-lo e até matá-lo impunemente, “no cumprimento do dever”, “em legítima defesa da sociedade”. Acima do soldado, estão o comissário e o delegado de polícia, o promotor e o juiz, as encarnações vivas da lei, da ordem, da segurança, da propriedade. Como nunca tem de procurar essas encarnações para defender um direito que não lhe compete porque não o possui – o direito de propriedade –, restringe-se aos demais, não como um sujeito ativo, mas passivo, ou antes, como um simples objeto. Em nome dessas encarnações, o soldado pode, na feira, na festa, na estrada, tomar a arma que sempre leva na cintura, a faca inseparável ou a pistola de dois canos, a combleia¹, oculta no saco que conduz às

¹ Pistola de carregar pela boca; garrucha. (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 1ª. Edição, Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2001). N.E.

costas ou na cangalha do cavalo, de que desmonta sem uma palavra de protesto nem o mais leve gesto de reação.

Sim, porque, relembramos, o camponês é como a dinamite que se atira contra rocha e não explode. Quando, porém, se coloca um estopim e se lhe ateia fogo, pode passar de um a outro extremo, com a religião – ou apesar dela –, a cachaça, o capanga, o soldado, e todas as encarnações da lei, da ordem, da segurança e da propriedade.

2.5 O CAMPONÊS DO NORDESTE

Circunstâncias históricas ditadas pela ambição de domínio e pela sede de lucro concorreram, desde o primeiro século de nossa descoberta, para concentrar no Nordeste brasileiro, mais do que em outras regiões do País, uma densa massa de escravos negros apresados nas costas e no coração da África.

A cana é responsável por essa concentração, como o massapê das várzeas, pela sua adaptação e rápido florescimento. O açúcar, doce para os senhores, amargo para os negros, ditaria o destino de uns e de outros. Uma linguagem típica haveria de nascer dessa união que é um desencontro, com os símbolos religiosos misturando-se e confundindo-se com os sensuais, anímicos, mitológicos e afrodisíacos. Essa linguagem se refletiria na sua poesia popular e na sua literatura com uma força extraordinária. Do litoral, ela se derramaria pelo Agreste e atingiria o Sertão, de onde refluiria com novos acentos, formando uma corrente contí-

nua. Nenhum dos grandes escritores e poetas eruditos do Nordeste pôde jamais se libertar dela. Nem mesmo os seus sociólogos e políticos. Linguagem saborosa, macia, doce como o caldo de cana, que haveria de revelar, entretanto, no fogo das imagens, a ironia, o azedume e o sofrimento. É que a mesma cana que dava o açúcar dava a cachaça, e o mesmo escravo que dava o escravo dava o mulato. A cachaça com pretensão a senhora, o mulato com pretensão a senhor. Uma e outro degradados, porém ativos e cada dia mais presentes. O camponês nordestino é a soma de tudo isso, com uma parcela a mais: a desconfiança do índio. Empurrado com violência do litoral para o Sertão, esse índio se mistura muito com o branco e pouco com o negro, pois só o negro fujão atinge as plagas sertanejas, gerando tipos magníficos, como o vaqueiro, o jagunço, o cangaceiro, o beato, que são um e o mesmo tipo, conforme as circunstâncias.

O Nordeste brasileiro, como sabe todo mundo, pela importância que lhe deu a imprensa internacional, sobretudo a norte-americana, nos últimos anos, compreende três regiões – a Zona da Mata, o Agreste e o Sertão. A rigor, podem-se mencionar quatro, pois entre a Mata e o Agreste, há uma faixa reduzida que reúne as características das duas que a comprimem. É uma zona intermediária, oscilante, indefinida. Apertada pelo Sertão adusto e pela Mata verde, regiões de imensos latifúndios, aquele suportando a duras penas a criação de gado e o cultivo do algodão, e a segunda avassalada pelos canaviais, o Agreste é a área em que predominam a pequena e a média propriedade, bem como a policultura de cereais. As três zonas formam um verdadeiro sistema de

vasos comunicantes, o Sertão fornecendo gado e algodão à Mata, e esta mandando para o Sertão o açúcar, a rapadura, a cachaça, o tecido e as frutas. O Agreste entra com a farinha, o milho, o feijão, além de outros produtos próprios das outras zonas. Sendo a Zona da Mata de terras mais fecundas e melhor irrigadas pelas chuvas e os cursos d'água, a população é mais concentrada, do mesmo modo que o latifúndio. O assalariado aí forma com o arrendatário as faces de uma só moeda, manipulada pelo usineiro e pelo absenteísta senhor de terras. O usineiro conta com mão de obra ociosa e baratíssima. O absenteísta encarece a renda e exige outros tributos.

Da zona intermediária e do Agreste se deslocam também o rendeiro e o minifundiário em direção à Mata para agravar a miséria crescente, e, nas grandes estiagens, quando só lhe resta a retirada, o sertanejo. O homem do Agreste, porém, só se detém o tempo suficiente para “inteirar” o foro e “descansar” o minifúndio, enquanto o sertanejo espera apenas pelas primeiras chuvas em sua região. Seu retorno é inevitável. Não há força capaz de contê-lo. Nem interesse que o detenha. Veio devagar, tangido pela seca. Volta ligeiro para o reencontro amoroso e apaixonado com a terra molhada, o umbuzeiro florido, o bode gordo e o jumento inalterável. É uma fuga.

Com a abertura das grandes vias de acesso para o sul do País e a notícia de “trabalho fácil” nas fábricas de São Paulo e nos cafezais, tanto o sertanejo como o agreste vêm diminuindo, de ano para ano, o seu afluxo para o litoral. A corrente migratória que, a princípio, se faz do leste para o oeste, depois, em sentido contrário, e na idade

de ouro da borracha, do centro para o norte, agora se faz do norte para o sul. Essa corrente é tão forte que chegou a gerar o “pau de arara”, uma espécie de navio negreiro que trocou as velas pelas rodas e a rota marítima pela estrada de chão batido e de cimento.

O homem da Zona da Mata, o brejeiro, que Euclides da Cunha chama de “mestiço neurastênico do litoral”, também faz a sua migração. É curta e trágica, pois se espreme entre as várzeas dos canaviais e as cidades litorâneas. Chega a avançar mais um pouco para deter-se, finalmente, diante do mar. A rigor não se detém, pois vai à mata mais próxima, corta o pau-de-jangada, rejunta os troncos, finca a vela, pendura o samburá, toma a rede e o anzol e, sobre essa coisa rude e frágil, avança mar adentro. Leva agora uma vida de anfíbio. Homem da terra, dela arranca a mandioca, homem do mar, arranca dele o peixe, mistura os dois, base de sua alimentação, com uma pimenta malagueta e um trago de cachaça. Embriagado, sonha. O rumor do mar é como o dos canaviais. E dos canaviais guarda o verde da folhagem e a espuma branca dos pendões.

A desgraça, porém, é uma só. Camponês ou pescador, com a foice cortando cana, com a vela cortando água, não adianta a fuga. No mocambo do Recife, à beira do mangue podre, é ainda pior. Porque aí ele afoga na lama pegajosa e assassina o resto das esperanças. É que a sonhada Terra da Promissão não passa, agora, de um inferno de lama onde escasseiam o caranguejo, o siri, o marisco e a unha de velho, dos “bons tempos de Josué de Castro”.

O camponês nordestino, angustiado pela falta de terra, perseguido pelo latifúndio, flagelado pela seca, é o que mais se movimenta e o que menos se fixa no País. Vive por toda parte, mas para onde vai leva a visão do seu mundo, a sua vivacidade, a sua iniciativa e a sua valentia. Temos de imaginá-lo dentro de um ângulo aberto sobre a terra. Cada lado desse ângulo tem um significado, é um símbolo, uma representação das coisas a que ele mais aspira. Por exemplo: a terra se associa à liberdade; a água, à abundância; o cavalo, ao mercado; e assim por diante. Sendo a terra a geratriz de todas as coisas, ela permanece como o eixo principal, o símbolo mais forte. A vida não pode ser concebida sem a terra, mas para ter a terra, é preciso conquistar a liberdade. Por isso, ele foge sonhando com a terra, a “sua terra”, em busca da liberdade. Fuga inútil. Tudo em vão. Por toda parte o regime é o mesmo. Ou pior. Nos seringais do Amazonas. Nos arrozais do São Francisco. Nos cafezais do Paraná. Uns poucos retrocedem. A maioria já não pode vir mais. Vendeu tudo. Levou consigo o que ainda lhe restava. O desespero se apodera dessa maioria, mas há os que resistem, lutam e se afirmam. São os valentões. Vamos encontrá-los em Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Paraná, como chefes, de armas nas mãos, em luta com o “grileiro” e com a polícia, matando e morrendo. Leva também os hábitos. E a linguagem, típica, própria, feita, paradoxalmente, de silêncio. Quando se comunica, é por imagens e através de símbolos. Quem se interessar pela saída do seu mutismo, tecido pelos séculos de opressão e de miséria, tem que compreender essa linguagem e recriá-la. Colhê-la, mais do que propriamente recriá-la, para que seja divulgada en-

tre eles próprios, com sistematização e ordenamento, com objetivos claros e precisos. Nisso consiste a tarefa do doutrinador político. Como o número de palavras que o camponês usa para se comunicar com o mundo em que vive é limitado, tanto quanto os seus passos, os seus recursos, as suas ambições e a sua existência, tendo de medir cada palavra, como mede a ação, termina valendo-se daquela linguagem pobre na quantidade das expressões, mas rica em qualidade, se assim podemos denominar as comparações, as imagens e os símbolos que a caracterizam.

Foi o que fizemos, para chegar até ele, em forma de cartilhas espalhadas, a princípio, pelo Nordeste, depois, por outras regiões do País, e, finalmente, pela América Latina. O seu êxito não nos pertence, do mesmo modo que nunca disputamos a glória de haver fundado a primeira Liga Camponesa, mérito que cabe aos próprios camponeses conforme revela a história de sua existência através dos séculos e entre todos os povos. Esse êxito pertence a cada camponês anônimo, mestre inigualável na arte de dar às coisas o seu significado mais puro, através de imagens que o tempo e a sabedoria popular se encarregam de polir.

2.6 UMA PALAVRA IDEOLÓGICA

O Brasil tem uma população campesina calculada em cerca de cinquenta milhões. Nada menos de dezessete milhões se espalham pelo Nordeste, ou, melhor, concentram-se nas terras úmidas do litoral e semi-áridas da re-

gião Agreste. Dessa população total, quinze milhões, aproximadamente, são vendedores de força de trabalho, presos ao latifúndio como o escravo à galé perpétua, na imagem condoreira de Castro Alves. Toda essa imensa massa está dividida entre proletários, semi-proletários e camponeses. Os semi-proletários compreendem os colonos, os peões, os camaradas e os empreiteiros. Os camponeses abrangem os foreiros ou arrendatários, parceiros, posseiros, vaqueiros, condiceiros e sitiantes. Podemos aqui repetir sem exagero que a quase totalidade desses cinquenta milhões de brasileiros permanece manietada aos regimes do salário de fome, da servidão e do cambão, movimentando-se dentro do mesmo cenário trágico de onde só emerge para o mocambo, a favela, a maloca, o prostíbulo, o hospital, o cárcere, e, finalmente, o cemitério. Não conhece o berçário, a creche, a escola, a cultura, a saúde, a paz, numa palavra, a vida.

Deter-me-ei a discorrer sobre o camponês, o esteio da Liga, seu motor e sua força. Estive sempre junto com ele desde o primeiro encontro. A palavra camponês, que dá nome à camada mais numerosa e mais importante dos que vivem diretamente unidos à terra, apesar da sua pureza, da sua derivação simples – campo, camponês – não se pronunciava, a não ser entre os marxistas e progressistas, nem se escrevia, exceto nos jornais e revistas de esquerda. A grande imprensa, a “imprensa sadia” não a registrava, nem era articulada nas altas rodas, nos conclaves sobre agricultura, nas assembleias de deputados e senadores, e, sobretudo, entre os grandes senhores de terra ou no recinto de suas associações. Proscrita, como fora, outrora, a palavra abolição, que valeu a Joa-

quim Nabuco, o monarquista liberal apaixonado pela causa do escravo negro, os epítetos mais duros e ofensivos. Quem a pronunciasse ou a escrevesse, caía no índice, atraindo a ira dos poderosos, dos donos do País, do latifúndio sem fim, e o desprezo dos seus sequazes, corifeus, escribas e intransigentes defensores. A língua portuguesa, como a espanhola, filhas do mesmo tronco, tem, para o termo camponês, uma dezena de sinônimos, cada qual mais sonoro, educado, polido, como manda o bom tom, e, na hipótese contrária, outro tanto dos mais chulos e desprezíveis. Lavrador, rurícola, homem do campo, agricultor, foreiro, arrendatário, morador, sitiante, parceiro, condiceiro...

Quando passei a pronunciar-la na Assembleia Legislativa de Pernambuco, a partir de 1955, sentia o mal-estar que causava entre os demais deputados, na sua quase totalidade, senhores de grandes extensões de terra, a tal ponto que a única mulher eleita para a legislatura que se iniciara naquele ano, uma professora da rede pública de ensino, fez-me um apelo para que a substituísse por uma outra menos contundente. E como eu indagasse dela o sinônimo que julgava mais apropriado para o seu uso no recinto da Assembleia, animou-se a sugerir:

– Rurícola!

Respondi-lhe, então, que lamentava não poder adotar a sua idéia, não só porque o camponês desconhecia esse sinônimo, como porque, sendo palavra proparoxítona, era difícil de ser pronunciada.

– A sua sugestão, deputada, revela que a senhora nunca foi uma professora rurícola...

– Então, o senhor busque outra menos contundente. Estou vendo a hora em que lhe dão um tiro aqui dentro...

– Prefiro esse risco a abdicar de um princípio. Se a palavra camponês causa tanto mal-estar aos ouvidos desses senhores de terra, isso é bom sinal. É que ela já encerra um conteúdo político. Serve para definir uma linha, uma conduta, uma posição.

Pude, depois, verificar que a palavra camponês transportava uma carga ainda mais rica. Não era uma simples designação ou um tranquilo qualificativo, mas uma palavra ideológica. Sua menção, apenas, trazia a lembrança de associações, movimentos e lutas organizadas contra outros senhores de terras, em outros países e outras épocas. As Guerras Camponesas na Alemanha, por exemplo. A imprensa reacionária, na sua pressa em caracterizar como perigosa, subversiva, contrária à ordem de coisas vigente, batizara a associação dos foreiros de Pernambuco de “Liga Camponesa”, situando-a sempre nas páginas policiais dos órgãos de comunicação escrita. Buscou-se, assim, precipitar a Associação na ilegalidade, o que não foi alcançado porque ela tinha objetivos claros, precisos, definidos, concretos, circunscritos à legislação em vigor. Além disso, as circunstâncias históricas eram favoráveis ao florescimento desse tipo de entidade, como veremos em outra parte deste livro.

Por um desses paradoxos que, de vez em quando, a vida nos oferece, aquela palavra, que deveria permanecer na página policial, como atentatória aos bons costumes e à paz reinante, ganhou tamanha força e importância que saltou para a seção política, e, em seguida, para a interna-

cional. Não tardou para que todo o mundo a mencionasse por toda parte.

Vingara, finalmente, sem se deformar, sem nunca perder o seu significado político, o seu conteúdo ideológico, de tal forma que os próprios camponeses, para definir um deles como companheiro leal e corajoso diante de outro, vacilante, chamava o primeiro de “camponês” e o segundo de “latifundiário”. Assim, a palavra latifundiário também adquiriu o seu substrato ideológico, significando não apenas o senhor de vastos domínios, mas o minifundiário e o camponês sem terra que atraía os companheiros ou se retraía, evitando a Liga. Em certo momento, até mesmo o latifundiário não queria mais ser apelidado com esse nome. Repelia-o com veemência, sentia-se envergonhado dele, e, mais do que isso, ofendido, como o burguês, que de há muito prefere que se lhe chame de empresário, de industrial, de progressista.

Isso me fazia lembrar sempre a cólera que vi acender-se nos olhos de uma pobre negra que, de tanto ouvir falar com desprezo da escravidão dos seus antepassados, odiava a própria cor.

2.7 O CAMPESINATO BRASILEIRO

A maioria do campesinato brasileiro não se compõe de assalariados agrícolas, mas de camponeses. Foi o que afirmamos, contrariando a tese de Caio Prado Júnior. Para o admirável autor de “Formação do Brasil Contemporâneo”,

o que, no Brasil, se convencionou chamar de “camponês” não é mais do que um equívoco, decorrente da ausência de exame mais detido das relações de trabalho e produção aqui existentes desde os primeiros tempos da colonização até nossos dias. Em sua obra mais recente, sustenta, uma vez mais, o seu ponto de vista. Concordamos inteiramente com Caio Prado quando ele afirma que não se pode falar de feudalismo no Brasil, tal como existiu na Europa medieval e na Rússia czarista de fins do século passado e princípios do atual. Realmente, seria um erro. Partir, porém, desse conceito para sustentar que o grosso ou a quase totalidade da população rural brasileira não é constituída de camponeses, sob o argumento de que a parceria agrícola (meia, terça, etc.), por ser a forma mais comum e predominante de espoliação do campesinato, não passa de simples relação de emprego, com remuneração *in natura*, do trabalho, constitui, no nosso entender, outro erro. É forçar muito a mão.

As palavras, como mostra a semântica, variam de significado com o correr do tempo e a mudança de lugar. No capítulo anterior, indicamos um exemplo com a própria palavra camponês. Por isso mesmo, temos como certo que os estudiosos do problema agrário brasileiro, quando se referem às expressões “feudalismo”, “restos feudais”, nunca pensam em considerá-las ao pé da letra, no seu sentido puramente etimológico e literal, mais, sim, ideológico e político. Porque resultaria inconcebível que esses estudiosos, muitos deles realmente eruditos, admitissem sequer a hipótese de comparar situações econômicas e sociais cuja disparidade é evidente por si mesma. É com esse pensa-

mento que passamos ao exame de diversas modalidades de exploração e sujeição do campesinato brasileiro para caracterizá-lo como camponês propriamente dito. Naturalmente, não pretendemos percorrer toda a *via crucis* que “os senhores barões das terras” traçam para submeter, feudalizar e beber a última gota de suor dos seus servos e escravos.

Começamos pela parceria. Parceiro, como ninguém ignora, é o camponês que arrenda um pedaço de terra mediante a entrega obrigatória ao senhor de parte do que produz. O senhor é o proprietário, o dono das terras, o latifundiário, que, em várias regiões do Brasil, e no Nordeste, em particular, recebe a designação genérica de *coronel*. A parceria é uma modalidade de exploração do campesinato cuja origem se perde na noite dos tempos. Antecede ao feudalismo propriamente dito e lhe sucede. Convive com o escravismo. É aceito com muito gosto pelo capitalismo. No Brasil, ela assume as mais diversas modalidades e tonalidades, variando de uma região para outra e dentro de uma mesma região segundo o tipo de lavoura ou a dureza e resistência do proprietário. Começa com a meação, a forma predominante, e desce para a terça e a quarta, de onde não passa. A regra é o dono da terra fixar-se em um determinado tipo de lavoura, para, com ela, se pagar o preço da renda. Essa fixação, porém, depende, por sua vez, da melhor vocação da terra. Na zona intermediária e no Agreste, dominam o milho, o feijão e o algodão. Nas margens do São Francisco, o arroz e a cebola. E assim por diante. Com a rápida valorização das terras, nos últimos anos, decorrente da abertura das estradas de rodagem,

que facilitam os transportes e intensificam o comércio, bem como em consequência da explosão demográfica e de outros fatores alheios à região, os latifundiários mais espertos e vorazes vão inventando formas novas de espoliação dos camponeses. O caso do algodão é típico. No Agreste, já predomina um critério mais arbitrário, apesar da presença das modalidades clássicas, ou seja, a de se pagar o preço do arrendamento em quilos de algodão por hectares ou quadros de terra. Esse olho viu muitas safras, e por isso nunca se engana. Sempre leva vantagem sobre o camponês, que chega cansado de outras terras cansadas. Acontece muitas vezes que o algodão colhido só se aproxima da quantidade de quilos convencional para o pagamento da renda. Quando não atinge essa quantidade, o camponês é obrigado a adquirir a diferença para mais, a fim de completá-la, sob pena de perder o sítio. Se não dispõe de dinheiro proveniente da venda de um cevado ou meação de um garrote, e se o patrão é “humano”, concorda em deixar a dívida para o ano vindouro. E há mais. Seja com o pagamento da metade ou de terça parte da lavoura, e ainda mediante uma quantidade fixada em quilos, resta ao latifundiário o “direito” à forragem. Consiste esse “direito” em colocar o gado no sítio arrendado para devorar a palha seca de milho, a rama de fava, e as folhas e maçãs verdes do algodão herbáceo. Essas maçãs dariam alguns quilos ao camponês para uns punhados a mais de farinha e uns nacos de charque. O gado devora tudo. Deixa apenas o cambão do milho e o talo do algodão. O camponês assiste ao espetáculo com o coração partido. Sabe que a sua fome está engordando o gado do senhor. Salva, quando muito,

uma vasantezinha, que conserva, se pode, para o cavalo que não tem onde pastar. Se não pode, a vida se torna mais dura porque tem de levar tudo às costas ou alugar o cavalo do vizinho. Entra ano e sai ano. Assim vive. Assim morre. Se pula de um extremo a outro do País, digamos do Nordeste para o Rio Grande do Sul, o sistema adotado para saquear o camponês permanece o mesmo, embora adquira outros tons, mude a engrenagem, se enriqueça e se refine com novos artifícios. Tenha o nome que tiver, esse sistema, na essência, é um só: esfolar o camponês, detê-lo, subjugá-lo, espremê-lo até que não lhe reste mais uma gota de suor e uma migalha de esperança.

Exemplifiquemos. O Rio Grande do Sul não é só a terra das grandes estâncias, do gado, da charqueada e da uva. Foi, com destaque, a do trigo. Veio o truste e acabou com ele. Paralisou os moinhos. Estancou a produção. Matou o estímulo. E trouxe a praga, o gorgulho. Foi-se o trigo e ficou o joio. É também a terra do arroz. De muito arroz. Fiquemos no arroz. Como se arranca esse arroz da terra gaúcha? Mediante a parceria. O dono das terras baixas (e ali a maior parte é baixa) sustenta o seguinte "contrato" com o camponês: além da terra, da água, da semente, do adubo, fornece a máquina que prepara a área destinada ao cultivo. E algum crédito. Feita a colheita, o senhor recebe toda a produção e tira um tanto pela renda da terra, outro pelo rego, outro pela máquina, outro, ainda, pela debulha, desconta o dinheiro adiantado para que o seu servo ou escravo não morra de fome, e o que resta é dividido em partes irmãmente iguais. É a meação. O latifundiário detém, assim, um lucro fantástico. O que resta ao camponês é um punhado de arroz amargo.

No Estado de São Paulo, não obstante tratar-se de mais desenvolvido do País, ou por isso mesmo, a parceria se concerta mediante contrato escrito, revestido de todas as solenidades. Nele se inclui a obrigação dos dias gratuitos ou o cambão, sobre o qual falaremos mais adiante. Trata-se de uma herança feudal mantida sem o mínimo escrúpulo pelos cafeicultores paulistas, isto é, pela burguesia latifundiária mais rica e poderosa do Brasil.

São tantas as variantes e tais as modalidades de parceria existentes no País que a descrição de todas elas faria deste capítulo um livro. Basta que se tenha a certeza de uma coisa: não existe uma só variante ou modalidade que favoreça ou beneficie o camponês.

Mas a parceria não ocorre somente em relação à lavoura. Também atinge os animais. Os de consumo, como o boi, o porco, o bode e a galinha. Na Zona da Mata, na intermediária e no Agreste, a regra é a meação. Tudo é dado de meia. Dá-se a pinta e se recebe a franga ou a galinha, pela metade. Os ovos são igualmente divididos em partes iguais. Com o boi, o porco e o bode, a coisa é mais vantajosa para o que dá de meia. Se é um bezerro, volta garrote ou boiato. Calcula-se o seu valor (quem calcula é sempre o dono), a data em que foi entregue ao camponês e o que tem quando é devolvido, deduz-se um do outro e racha-se a diferença. O camponês receberia a sua parte em dinheiro. Nunca a recebe, porque está sempre endividado com o senhor. O trabalho de criar é do camponês. E cria no seu sítio. Tem de cuidar para que não roubem o animal ou este não adoeça. O risco é todo dele. O mesmo se verifica com o porco e o bode. No Sertão, entre o fazendeiro e o vaqueiro, a regra é outra.

Ou era, porque os tempos mudaram. O vaqueiro, depois de cuidar durante cinco anos do gado de seu amo, absorvendo com ele todo o tempo, porque ali tudo é difícil e incerto – a chuva, a água, o pasto –, recebia $\frac{1}{4}$ das crias. E se estabelecia por conta própria. Isso, nos bons tempos das terras sem fim. Já não pode mais dar-se esse luxo. Os negócios tomaram outro rumo. Os latifúndios ganharam outra dimensão. Parcelados ou não entre herdeiros, definiram-se, crescendo para uns e diminuindo para outros, em lutas cruéis, com o bacamarte estrondando nas emboscadas e o punhal reluzindo no meio das feiras das cidades e povoados sertanejos, de um só arruado, muito largo e poeirento, sob as vistas da matriz levantada em um dos extremos. O *travessão* veio liquidar as esperanças do camponês sertanejo. O *travessão* é a cerca de arame farpado, do pau-a-pique ou de pedra, limitando, definindo, pondo fim ao sem fim. Corresponde ao *cercamento*, com a diferença, porém, de que, neste caso, o que se tem em vista “quase sempre é a substituição da agricultura pela criação de carneiro, a fim de fornecer lã à indústria”, ao passo que o *travessão* visa impedir que o sertanejo pobre possa continuar desfrutando do pasto em comum para a criação do bode, seu alimento básico. Assim como o *cercamento* liquidou com a agricultura de subsistência do camponês europeu, particularmente na Inglaterra, forçando a sua fuga para os centros industriais nascentes, o *travessão* sacrificou o bode, a lavra do sertanejo, porque resiste à seca, como o jumento, o juá, o umbu ou o pau-santo, e, sem esse meio de vida, teve que fugir para o sul, para São Paulo.

Falemos agora sobre o arrendatário. No Nordeste, ele recebe o nome de foreiro. O foro corresponde à quantia em

dinheiro que o camponês paga pela renda do sítio. O arrendatário coexiste com o escravo negro e se multiplica extraordinariamente após a sua emancipação. Com a decadência dos engenhos de açúcar, os seus senhores foram cedendo mais terras aos camponeses, mediante a paga de uma renda anual. Os que puderam manter o fabrico de açúcar bruto ou da cachaça, arrendaram parte das terras, destinando o resto aos moradores de eito. Muitos não tinham sequer um assalariado ou eiteiro, como se chama no Nordeste, preferindo arrendar todas as terras e mudar-se para a sede do município e outras cidades mais distantes. Tornaram-se absenteeístas. O caso do engenho Galileia, a sessenta quilômetros do Recife, é típico. Todas as suas 140 famílias camponesas eram arrendatárias dos pequenos sítios, que somavam a superfície total de 500 hectares. Não havia ali um só assalariado quando se fundou a primeira Liga Camponesa. O próprio Zezé da Galileia, administrador do engenho até então, tornou-se o primeiro presidente da Liga.

A praxe era pagar a renda ou foro estipulado pelo dono das terras no dia 8 de dezembro de cada ano. Além disso, o foreiro era obrigado a dar certo número de dias gratuitos ao senhor, quando este o exigisse. O número de dias variava de acordo com a vontade de cada latifundiário. Nunca era menos de quatro nem mais de quinze naquela região. Esses dias sem remuneração de espécie alguma recebem, no Nordeste, o nome de *cambão*. O foreiro não estava obrigado a vir dar o cambão em pessoa, salvo quando o senhor, por simples capricho ou interesse de desgostar o morador e tirá-lo do sítio, o exigia. Podia mandar um filho ou pagar a um terceiro para cumprir essa obrigação odia-

da por todos. O dono das terras sustentava que o cambão era um tributo dado para o benefício geral, uma vez que se destinava a limpar os açudes e as nascentes ou conservar os caminhos e outras serventias da propriedade. Mas o que devia ser a regra tornou-se, com o correr do tempo, a exceção, uma vez que os foreiros findaram trabalhando junto com os eiteiros na preparação das terras, no plantio, na limpa e na colheita das lavouras. Dir-se-á que eram muito poucos os dias exigidos no curso de todo um ano. O problema não estava na quantidade desses dias, mas na humilhação e no vexame que consistia, para o camponês, em trabalhar contra a sua vontade, sem remuneração, e para o senhor, a quem pagava uma renda em dinheiro pelo sítio. No conjunto das exigências impostas ao campesinato nordestino, não temos dúvida em assegurar que o cambão é a que menos lhe pesa materialmente, mas é aquela que mais atinge o pundonor, a que mais envergonha e humilha. Foi percebendo isso que fiz do cambão a chispa para acender a consciência do camponês nordestino e transformá-lo em um animal político.

A renda das terras mediante pagamento em dinheiro também se faz na zona intermediária e no Agreste. No Sertão, domina a parceria, e na sua forma mais dura, que é a meação. É regra, todo fim de ano, no ato de receber a renda, o dono da terra aumentá-la sob toda sorte de pretexto: a carestia de vida, o tamanho do sítio, uma colheita feita melhor pelo foreiro. Outra medida que, nas últimas décadas que antecederam o nascimento da Liga, se tornou corriqueira: tomar uma parte do sítio – um terço ou a metade – para arrendar a outro camponês. Passou-se

também a controlar o cultivo das lavouras. Proibia-se terminantemente o plantio de fruteiras que formassem bens de raiz, como o cafeeiro, a laranjeira, a jaqueira e até a bananeira. Somente as de ciclo vegetativo curto passaram a ser permitidas, como o milho, o feijão, a mandioca, entre as principais. Mas tampouco se ficou aí. Inventou-se o sistema de medição dos sítios, de modo a arrendá-los segundo o número exato de hectares ou quadros, e, por esse meio, estipular um preço mais elevado para a renda de cada parcela. Deu-se mais outro passo: o de proibir a criação de animais de porte no sítio arrendado, como o cavalo e o boi, salvo se o morador se dispunha a pagar uma taxa, que variava de acordo com o tipo de animal. Por fim, nem a cabra de leite ou o porco escapava do censo. Ou seja, o foreiro, além do cambão, da renda paga pelo sítio, via-se forçado a uma taxa arbitrada pelo senhor da terra para ter, nos limites desse sítio, criado com o pasto que cultivava nele, o cavalo, indispensável para o transporte de suas mercadorias à feira, uma vaca de leite ou algumas cabras, necessárias ao sustento da numerosa prole.

A palavra cambão – voltemos a ela – tornou-se um termo genérico para expressar todo e qualquer dia de trabalho que o camponês dava ao proprietário, fosse ele foreiro ou não, sem receber a contraprestação em dinheiro. A rigor, como já vimos, o cambão só se refere àqueles dias, bem poucos, aliás, que o foreiro, em regra, e o parceiro, excepcionalmente, dá de graça ao dono do sítio, como uma velha praxe. Aquela generalização se deve à importância que adquiriu esse termo, após o surgimento da Liga, no meio rural nordestino, projetando-se para o resto do País. Tornou-se o

sinônimo de corvéia, própria da Idade Média, que os eruditos sempre preferiram grafar em francês, *corvée*, causando, assim, mais funda impressão e atraindo mais ódio contra o latifundiário. Um jornalista pernambucano que granjeou renome, antes de resvalar para a direita, colaborando com a ditadura militar que hoje domina o País, dedicou-lhe um lúcido artigo. Lúcido e oportuno para a época.

É que entre o camponês e o assalariado propriamente dito existe uma camada que paga a renda da terra mediante um ou dois dias de trabalho prestado por semana ao senhor ou patrão. Também aqui se assinala que essa forma de pagamento sofreu uma mudança para pior. Outrora, ela consistia em um dia sem remuneração em cada semana, de modo a somar 62 dias por ano, não importando o tamanho do sítio nem o tipo de lavoura cultivada. Depois, ela se degradou ao extremo de se medir o sítio, de se exigir um dia de trabalho por hectare ou quadro arrendado. Assim, o camponês, quando muito, ocupava dois hectares ou quadros de terra, dando isso ensejo a que o proprietário aumentasse o número de seus trabalhadores. Não contente com isso, fez-se mais: cada morador assim vinculado era obrigado, desde que o senhor decidisse, a trabalhar para ele um dia ou dois, e até o resto da semana, recebendo por esse "resto" o salário arbitrado pelos donos de terras da região. O morador não podia, sob penas severas, trabalhar para fora. Escravizava-se, assim, ao seu dono. Essa forma de pagamento da renda, é, entre todas, a mais cruel, a que mais sujeita o camponês. Por meio dela, ele perde toda a liberdade. Se se toma um lápis e se calcula, de acordo com o salário mínimo da região, o equivalente em dinheiro re-

lativo aos dias de trabalho que esse pária é obrigado a dar, durante o ano, pela renda do sítio, chega-se a um resultado suficiente para revoltar a mais estúpida das criaturas: com aquela quantia, se lhe fosse paga, o camponês ou o assalariado, como se prefira chamá-lo, compraria não só uma nem duas, mas muitas vezes o pedaço de terra a que se escraviza por toda uma vida. Isso no correr de um ano, apenas.

Outra categoria de camponês que, durante as últimas décadas, se destaca é o posseiro. Raro no Nordeste em virtude das terras terem sido ocupadas, desde a colonização, pelos senhores de engenho, no litoral, para o cultivo de cana, e pelos fazendeiros no Agreste e no Sertão, para o plantio de algodão e a criação de gado, surgiu e fixou-se no Maranhão, no Norte do País, da mesma maneira que no oeste do Estado do Paraná, no extremo oposto, e ainda em grandes áreas de Goiás e Mato Grosso que formam o Brasil Central. No Maranhão, por causa do arroz. Nas outras regiões, pelo arroz, o café e tudo o mais. Sobretudo no Paraná, de terras tão ricas que St. Hilaire chama de "paraíso terrestre no Brasil". Expulso pelo latifúndio e pela seca, o camponês nordestino, do Agreste e do Sertão, fugiu para os seringais do Amazonas, onde conheceu o inferno desconhecido de Dante. Passada a febre da borracha, do látex medonho, da miragem verde da floresta, tão cruel como a miragem seca do deserto, foi ficando abaixo da linha do equador, espalhando-se e perdendo-se pelas terras fecundas do Maranhão, vencendo a floresta com o fogo, levantando a choça, semeando o milho, a cana, o feijão e o arroz, sobretudo o arroz, em que se deteve por ser o

único que lhe dava lucro, o dinheiro indispensável ao sal, à quinina contra a maleita e aos tragos para o frio. Tomava, assim, expondo a vida às feras, ao mosquito e ao azar, posse da terra devoluta, até que um dia apareciam os “donos” com os rifles e os capangas para reclamar seus “direitos”, com títulos facilmente elaborados nos cartórios pelos rábulas e escrivães venais, sob a égide dos sobas maiores, que o bico-de-pena e a urna fantasma transformavam em senadores e deputados.

No Paraná, chamou-se “grileiro” ao que vinha com esses títulos, debaixo da proteção da justiça, da polícia e do jagunço, apoderar-se violentamente das terras que o posseiro desbravara e amainara com a sua foice e a sua enxada. Aí, a resistência oferecida ao ladrão titulado e protegido por um mandato judicial foi dramática. Travaram-se combates sangrentos que, durante anos seguidos, fizeram manchete na grande imprensa do País. Um governador dos mais corruptos e cínicos que o Paraná conheceu nos últimos tempos deu mão forte aos grileiros, ele próprio como cabeça de todos, nessa guerra sem quartel contra o posseiro.

Em Goiás e Mato Grosso, também houve lutas desse tipo em que o camponês foi massacrado pelo crime de se apossar e beneficiar a terra de ninguém. Em Goiás, na região de Formoso, granjeou fama José Porfírio, à frente dos posseiros, armando uma emboscada atrás da outra, até que desanimou a polícia embalada do governo e os jagunços a serviço dos grileiros na sua empresa de desalojar os camponeses e tomar-lhes as terras. Ao que nos consta, foi a única vitória real alcançada pelos posseiros, vitória de significado político, não econômico, pois as terras assim

conquistadas se perdem no coração do Brasil Central, mal servidas por uma precária estrada, que, no inverno, não dá acesso a nada. Eu estive lá e vi as choças humildes do arruado que José Porfírio fizera levantar depois de reconhecida a legitimidade de sua causa.

Tratemos, finalmente, do minifundiário, o camponês de pouca ou quase nenhuma terra, de menos de um hectare, tal como existe o de dois, de cinco, de dez. A maioria deles vive sob permanente ameaça de perder o punhado de terra a que se agarra como o náufrago toma um pedaço de pau. Nunca pode trabalhar exclusivamente para si. Parte-se em dois. Quase sempre arrenda outro sítio junto ao dele quando não é forçado a alugar o braço a um latifundiário, seu confinante. Essa é a regra. Transforma-se, assim, numa espécie de piolho de tubarão, girando sempre em torno de um rico senhor de terras, a quem toma por compadre, a quem pede dinheiro emprestado e a quem dá o voto infalível nos pleitos eleitorais. Raro aquele que se mantém por si, encerrado dentro da sua diminuta área, cuidando de cada palmo de terra, de cada fruteira, de cada criação, porque sente e sabe que é carne de sua carne, sangue do seu sangue, vida de sua vida. O latifúndio necessita do minifúndio, como o boi do anum para lhe tirar os carrapatos. Faz parte da reserva do grande exército dos explorados do campo. Entre os dois gera-se aquela interdependência que vincula as nações ricas às atrasadas. As ricas fornecem o capital e os produtos industrializados às pobres, que lhes dão as matérias primas e lhe devolvem o capital multiplicado. O dinheiro que o rico senhor de terras empresta ao pobre também se multiplica, e a força do trabalho é a matéria

prima inestimável que lhe entrega em troca de um salário de fome, cuidadosamente manipulado por quem o paga, como se fosse uma indústria, a mais rentável de todas. Pode-se enunciar, se não como uma lei, ao menos como uma regra, que onde há latifúndio há minifúndio. Mas o minifúndio se multiplica pela pulverização. É uma multiplicação que divide. Vale o paradoxo. O minifundiário faz parte assim da imensa coorte dos sacrificados. Leva, muitas vezes, vida mais dura e incerta que a do foreiro ou posseiro, pois a terra em que trabalha, a sua terra, se esgota, de ano para ano, por falta de adubo, de rotatividade de cultura e de repouso, e ele se esgota com ela. As razões do seu esgotamento são as mesmas em outras palavras, ou seja, a alimentação insuficiente, a monotonia e o excesso de trabalho. A possibilidade de vir, um dia, a perder o seu pedaço de terra o apavora bem mais do que a que ocorre com o foreiro ou parceiro. O sentimento da propriedade privada entranha-se nele com tanta força que o leva facilmente para o caminho da reação mais obscura. O latifundiário explora esse sentimento para se opor à idéia de qualquer reforma agrária. Por isso, fracassam sempre as primeiras tentativas no sentido de ganhar o minifundiário para a luta contra os grandes senhores de terra. Há que ir com muito jeito e devagar. Na terceira parte deste livro voltaremos a essa questão.



O ENCONTRO COM A LIGA

3.1 O NORDESTE E A LIGA

Em largos e ligeiros traços, buscarei definir o Nordeste brasileiro uma região que, fazendo parte de um continente, o Brasil, guarda características muito próprias.

Sabe-se, por exemplo, que durante o domínio holandês, que tomou todo o segundo quartel do século XVII, o seu desmembramento do resto do País esteve a ponto de se realizar. Em defesa dessa situação levantou-se uma voz potentíssima, a do padre Antônio Vieira, o maior orador sacro da língua portuguesa, esperançoso de poder solucionar problemas de ordem política existentes entre Portugal, Espanha e Holanda. Portugal chegou a concordar com a ideia e concretizá-la em um tratado, mas a guerra de guerrilhas dos nativos contra os holandeses, em que se destacaram como chefes o negro Henrique Dias, o índio Felipe Camarão e o mestiço Vidal de Negreiros, impediu a separação. Guerra, portanto, patriótica e uma das mais longas que se travaram em terras da nossa América com

esse sentimento. É por isso que se costuma dizer, com toda a razão, que as raízes da nacionalidade brasileira estão fincadas no Nordeste, tendo Pernambuco como o eixo, o centro, a matriz. Isso acontece precisamente quando aqui começa a florescer, como em nenhuma parte do continente latino-americano, a indústria da cana de açúcar, tão cobiçada pela Holanda. Desde então, um sentimento de rebeldia, que é muito do caráter nordestino, iria oferecer sangrentas e gloriosas páginas à História do Brasil, contribuindo, assim, para alargar e defender as fronteiras conquistadas muito antes dos acordos e tratados entre as nações que cobiçavam presa tão valiosa.

A idéia era entregar toda uma imensa região ao domínio absoluto de outro país, a Holanda, senhora da poderosíssima Companhia das Índias Ocidentais, servida pela maior frota mercante e o exército mais bem treinado e equipado da Europa do século XVII. Os separatistas tinham, naquela época, uma justificativa: entregar um pedaço do Brasil em troca de paz. Era a aliança forçada, fruto das circunstâncias. Uma corrente de historiadores defende a coroa lusitana e justifica a perda do Nordeste como uma saída estratégica de Portugal. O padre Vieira teria razão. Via o dia de amanhã. É matéria polêmica. São coisas do passado. Prefiro exaltar a memória dos três bravos nativos que, de garrucha, flecha e facão, derrotaram o invasor em combates desiguais, violentos e ferozes, em que a inferioridade em armas e homens era suprida pela audácia e a astúcia, nas sortidas características do sistema de guerrilhas.

O Nordeste começou assim, derramando o sangue dos nativos para não se separar do resto do País, resistindo de armas nas mãos ao imperialismo holandês, optando pelo domínio de Portugal, que tinha mais de um século de existência, falava a mesma língua, adotava a mesma religião, comia a mesma comida e conservava os mesmos hábitos. Dizem os servos da gleba que, senhor por senhor, é preferível o mais antigo. Um dia esse jugo haveria de cair. E novos jugos viriam, como vieram, mais inteligentes, mais sutis, mais poderosos, mais rapaces.

O estrangeiro que nunca viajou pelo Nordeste brasileiro nem teve a oportunidade de ler os livros sérios que tratam da região se deixará tomar de espanto, e até mesmo de incredulidade, ao ser informado de que para viver aqui, o homem não precisaria de ofertar, paradoxalmente, como tributo, a própria vida. A imagem que se guarda desse Nordeste é verdadeira e falsa, do mesmo modo que aquela que Euclides da Cunha traça do sertanejo que, sendo "antes de tudo um forte...", a sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário.

Creio, pelo que tenho observado diretamente que poucas regiões do mundo oferecem, como a minha, contrastes tão violentos e, ao mesmo tempo, condições tão extraordinárias, no seu conjunto, para a fixação do homem e o desenvolvimento harmônico de uma sociedade. O Nordeste brasileiro não é apenas o Sertão. Nem o Sertão significa o deserto, a ponto de haver quem tenha indicado o camelo como a solução para vencer as áridas distâncias, numa afronta ao jumento, de que se pode dizer que é o animal sagrado do Sertão, como se disse do umbuzeiro, a árvore

que resiste a todas as secas, alentando o sertanejo com os seus tubérculos cheios d'água, o seu fruto suculento e a sua sombra fresca. Não faltou mesmo quem aventasse a idéia, numa daquelas secas que se levantam como uma imensa coivara, de trasladar, de uma só vez e definitivamente, toda a população do famoso triângulo nordestino para o Sul. Como se a natureza fosse indomável, e o homem, incapaz de transformá-la. Não existe terra ingrata. Toda ela, ainda que seja seca, sem uma gota d'água nem um punhado de húmus, se não expõe na superfície, guarda sempre nas entranhas um tesouro para o homem. Alberto Torres, um dos mais sérios estudiosos das coisas do Brasil, escreveu páginas de um realismo e de uma lucidez admiráveis para o seu tempo, em que chama a atenção do homem para a vocação da terra.

O Nordeste brasileiro tem condições de oferecer tudo ao homem: as frutas mais suculentas e variadas, todos os cereais, todas as fibras, as mais longas e resistentes, e os minérios mais disputados pela indústria dos nossos dias e as exigências do futuro. E ali vive, ou antes, morre de inanição, de miséria, de fome, de doença, de angústia, o homem que não pôde ainda ser dono de tanta riqueza. O homem escravizado. Analfabeto. Enganado. Com medo. Sem terra. Sem trabalho. Sem dignidade. Sem horizonte. Sem Pátria. Sim, porque a Pátria deixa de existir para aquele que não pode formar, pela ignorância, uma idéia da sua potencialidade econômica, da sua extensão geográfica, da sua evolução histórica e social, em síntese, do que ela significa de positivo e edificante para cada cidadão, para cada comunidade, para todo o povo e as outras nações do mundo.

Pode-se dizer, sem erro de cálculo e para escândalo deste século, que mais da metade dos latino-americanos não tem Pátria, simplesmente porque vive como um conjunto de bestas de carga ou plantas que se movem. O Brasil não foge a essa regra. E em uma vasta extensão do seu território, que cobre metade da América do Sul, dois terços e até mais da metade de sua população levam uma vida tão primária e rudimentar como a do boi ou do cavalo com os quais se identificam mais do que com o homem civilizado.

Comer o mínimo e procriar o máximo é o lema que se pode inscrever para essa gente que habita o vasto *hinterland* brasileiro, povoa os seus campos confinados por imensos latifúndios, as suas vilas miseráveis e as suas cidades, as nordestinas principalmente, sufocadas pelos marginais, assim chamados porque formam a mão de obra rude, desclassificada, sem qualificação, eternamente ociosa, em busca de um mercado de trabalho que simplesmente não existe, e onde existe é insuficiente. Esse Brasil ou, mais acertadamente, este Nordeste, é a face verdadeira, porque a outra é falsa e engana como o doente de leucemia com o rosto tostado pelo sol. Faz pensar na Europa de duzentos anos atrás ou, mais ainda, como aquelas duas nações (de que falava Disraeli a propósito da sua Pátria) "entre as quais não há intercâmbio nem simpatia; [que] ignoram os hábitos, idéias e sentimentos uma da outra, como se habitassem zonas diferentes, têm maneiras diferentes e não são governadas pelas mesmas leis". Sim, duas nações: a nação dos poucos que têm tudo e a nação dos muitos que nada têm.

O Nordeste brasileiro configura bem esse dualismo, esse desencontro, essa heterogeneidade, onde o diálogo é

difícil, quando não impossível, porque o rico, na região, é rico demais em relação ao pobre. Uma barreira foi levantada contra o camponês pobre, sem terra, com a permanência das relações feudais e semif feudais entre ele e o senhor de engenho. Enquanto isso se perpetua, um verdadeiro sistema de vasos comunicantes se forma entre a cidade e o campo, em que o grande senhor de terras representa um deles, e o industrial e o comerciante, os outros, quando não se integram os três em um só corpo, movido pelos mesmos sentimentos e interesses. Não é fácil romper esse conúbio nascido de uma metamorfose, aparente mais do que real, uma vez que aqui a regra é o senhor de terras fazer-se industrial ou comerciante sem trocar a sua mentalidade feudalista ou semif feudalista pela capitalista. Imagine-se a distância que separa o terratenente propriamente dito do camponês sem terra, arrendatário ou trabalhador alugado! Essa distância não se mede apenas pela quantidade de terras que um concentra avidamente em seu poder, enquanto para o outro não sobra sequer uma cova para se enterrar, mas também pela soma de privilégios que os costumes e as leis asseguram àqueles senhores em proporção inversa aos seus servos disfarçados sob os nomes de moradores, foreiros, parceiros, vaqueiros e trabalhadores braçais.

Por que isso acontece? A resposta é simples. É que 80% das terras de lavoura e criação do País permanecem nas mãos de apenas 2% dos brasileiros. Falo das melhores terras, daquelas que têm vias de comunicação e acesso aos grandes centros industriais. Pior ainda. Dessas terras de lavoura e criação, menos de 10% são cultivadas, tanto que se todas as plantações de café, cana, cacau, milho, algodão,

arroz, trigo e outras lavouras do País fossem concentradas em uma mesma região, não dariam para cobrir, por exemplo, a superfície de um Estado da Federação: o Piauí. O Nordeste tem, de Sergipe ao Ceará, uma faixa úmida de 46.000 quilômetros. Dessa faixa, 4.000km estão ocupados com canaviais e outras lavouras. O restante é latifúndio improdutivo ou subutilizado, que se valoriza para a especulação imobiliária ou serve de garantia aos gordos empréstimos que o Banco do Brasil e outras instituições de crédito fazem aos latifundiários. Isso se passa numa região onde a densidade demográfica chega a ser mais alta do que a de muitos países da Europa. Essa tremenda concentração de terras nas mãos de um pequeno número de famílias tem crescido com o tempo, segundo revelam os próprios censos oficiais, a despeito da sucessão hereditária, em virtude daquele fenômeno a que nos referimos, decorrente da avidez dos usineiros, que não se libertaram ainda, salvo uma ou outra exceção, dos processos primitivos de cultura do solo: esgotam a terra de todos os seus elementos fundamentais e criadores, esterilizam-na com a repetição, ano após ano, da mesma lavoura, calcinam-na com o fogo. Quando já não resta mais que a erosão e a aridez, abandonam o esqueleto e passam adiante, conservando, intocável, o seu direito de propriedade. Enquanto isso ocorre, por outro lado, cresce desordenadamente a população pobre, que se marginaliza dentro e fora desses imensos feudos, sugada de maneira sistemática em sua forma de trabalho, com as resistências minadas pela fome e as moléstias endêmicas, de modo que o seu índice de vida cai assustadoramente, numa trágica simbiose com a terra.

Não é fácil configurar o espantoso quadro que resulta dessa simbiose. As cifras são inacreditáveis, mas reais. Elas existem. Podem ser palpadas. Datam de longe. Acumularam-se com o correr dos anos dentro de um dique até agora intransponível, o latifúndio, sustentado e reforçado pelo lodo de instituições arcaicas. Um destemido escritor brasileiro de origem nordestina, Franklin de Oliveira, andou colhendo essas cifras e apresentando-as em um trabalho que comoveu a Nação. Eis as mais contundentes: a ancilostomose castiga 23 milhões de brasileiros; o bócio endêmico, 18 milhões e meio; a maleita, oito milhões; a esquistossomose, quatro milhões; o tracoma, um milhão; o mal de Chagas, outro milhão; a boubá, 600.000; a lepra, 64.000, e as enfermidades mentais, 43.000. Nada menos de 100.000 pessoas morrem anualmente de tuberculose. Em 42 segundos, desaparece uma criança, o que corresponde a 85 por hora e 2.040 por dia. A cada 10 anos, seis milhões de brasileiros até 16 anos de idade são levados para o cemitério. De cada 1.000 crianças nascidas vivas, 350 e até 400 morrem antes de atingir um ano de idade. A média de vida humana no Nordeste é de 27 anos! Mais de trinta milhões de brasileiros não calçam sapatos e centenas de milhares deles vivem despidos, em choças infectas, como animais. Mais de 90% das prostitutas são de origem camponesa e analfabetas.

É nesse cenário de doença, de morte e de prostituição, nesse imenso hospital que vamos surpreender o camponês, como a sua vítima por excelência, sobretudo no Nordeste, que acumula uma população superior a 25 milhões de almas cujos dois terços vivem no campo. Não há, portanto,

qualquer exagero em dizer-se do Nordeste o que González Prada disse da sua Pátria: "O Peru é um organismo doente: onde se põe o dedo brota pus".

Nenhum homem de pensamento – escritor, economista, sociólogo ou jornalista –, do País ou do estrangeiro, e que se tenha demorado a percorrer, a estudar, a sentir o Nordeste, consegue abafar um grito de espanto ou de revolta diante desse campo de concentração em que se estiolam, torturados pela fome, quase 60 milhões de criaturas humanas. Divergem, é certo, na aplicação dos remédios para curar aquela doença crônica, pois enquanto os cautelosos, os tímidos e os comprometidos com o *status quo* sugerem reformas superficiais, apelando para o sentimento cristão e um vago humanismo liberal, outros, mais consequentes e realistas, afrontando a ira dos potentados e a indiferença dos neutros, propugnam pela extinção pura e simples do latifúndio com todas as suas sobrevivências feudais. Em suma, por uma revolução agrária. Entre esses extremos, surgem, como sempre, os defensores de uma solução intermediária, na tentativa de conjugar a reforma com a revolução ou de confundir as duas coisas. Tudo isso, que antes do movimento camponês era um assunto fechado, esotérico, misterioso, adstrito aos técnicos, exigindo um tratamento cuidadoso, que não afetasse, mesmo de leve, a sensibilidade dos donos dos currais eleitorais, dos fazedores de presidentes, de governadores, de deputados e senadores, passou depois, a ser objeto de polêmicas apaixonadas, de debates candentes entre todas as camadas da sociedade abalada pelo advento da Liga Camponesa.

O Nordeste atraía, assim, a atenção do resto do País, e logo depois, do mundo, despertando entusiasmo e temores. Era sua destinação histórica. Objeto da cobiça do europeu faminto da cana-de-açúcar, que, em suas várzeas de massapê, se adaptara extraordinariamente, torna-se, agora, depois de quatrocentos anos, fonte de inquietação, zona explosiva, área problema.

É que aqui a terra se concentra, de modo sistemático e rígido, nas mãos de um grupo que, de geração em geração, se reduz e se fecha cada vez mais, ávido de lucro, e quanto mais se concentra, mais se empobrece, pelo tratamento que recebe. E o massapê bem cuidado pelas enxurradas infalíveis dos pequenos rios, numa combinação perfeita, no casamento mais feliz que na região se celebrava todos os anos, perdeu sua força, como resultado da exploração contínua, do desgaste permanente durante séculos.

Esse massapê, milagre das várzeas do Nordeste, outrora gordo, e hoje um esqueleto triste, do mesmo modo que os rios, de leitos profundos e bem sombreados pelas ingazeiras e os umarizeiros, com as suas traíras e os seus pitus bem nutridos e saborosos, já não existem, pois com a devastação das matas e a erosão das terras, foram ficando rasos, até que os seus leitos se nivelaram às margens. A fuga do massapê, ou antes, o seu roubo escandaloso, para ser reduzido a suco de cana, a melaço e a açúcar, e esse nivelamento dos rios agravam rapidamente a tragédia do camponês pobre do Nordeste e das populações ribeirinhas, surpreendidas e devastadas pelas chuvas repentinas, de fúria descontrolada, como se não bastasse a servidão. E o xistossomo. A natureza vingou-se, assim, do homem, do

homem-lagarta, do homem-saúva, que devastou as matas e sangrou a terra, nada devolvendo a esta, nem sequer o repouso para fechar as cicatrizes e recuperar-se lentamente. Hoje, quem nasce sobre aquela terra já nasce doente, e quem logra viver dela vive como uma planta carnívora, se é latifundiário, e se, camponês, como a xerófila. No latifundiário, a moléstia endurece o coração, o faz de pedra, tornando-o resistente e impenetrável aos apelos mais veementes no sentido de harmonizar as suas relações com o servo. Neste, o mal corrói o corpo, elimina as energias, e como ele não tem consciência exata de sua desgraça e de sua humilhação, espera pelo tempo e por um milagre, mas o tempo, para ele, passa depressa e o milagre não chega para salvá-lo da pior de todas as mortes, sob o mais bárbaro dos suplícios, o suplício da fome, fome crônica desde que se gera no ventre paradoxalmente fecundo da mãe camponesa e, vez por outra, se escasseia a chuva ou se delonga a estiagem, fome aguda, sem disfarce.

Uma pergunta ocorre, de imediato, a quem esboçamos esse quadro: por que, então, precisamente no Nordeste nasceu a Liga Camponesa? A resposta é simples e lógica. O Nordeste é onde se concentra a população campesina mais densa do País. Refiro-me à faixa litorânea, avassalada pelos canaviais. Portugal começou a sangrar o Brasil pelo Nordeste. Pernambuco foi o seu primeiro filão de ouro. O açúcar era esse filão: tinha a sua cor e o seu valor. Quando os outros povos passaram a explorar, sobretudo no Caribe, o mesmo produto, ele deixou de ser ouro para Portugal, mas ainda assim, os engenhos não mudaram de ritmo. A cana-de-açúcar, a exemplo de outras lavouras, como o ca-

cau, no sul da Bahia, e o café no Estado do Rio, depois em São Paulo, e, finalmente, no Paraná, monocultivados em imensos latifúndios, as famosas plantações tropicais, tornou-se o eixo da economia nordestina, particularmente de três estados (Alagoas, Pernambuco e Paraíba) desde que formaram uma das Capitânicas Hereditárias. Esse sistema de concentração de terras e monoculturas, onde quer que ele tenha surgido e predominado, é o responsável pelo rápido empobrecimento do solo, o advento da escravidão e da servidão, com o seu cortejo trágico: a ignorância, o atraso, a fome, a doença, a miséria e o crime. No Nordeste, ele deu ensejo a rebeliões e à formação de grupos de resistência. O mais famoso desses grupos, o Quilombo dos Palmares, no Estado de Alagoas, chegou a congregar 20.000 negros em torno do seu chefe, Zumbi, que se atirou de um penhasco para não sucumbir nas mãos do inimigo. A fim de desbaratar esse quilombo – república dos negros fugidos da escravidão –, somaram-se as forças de repressão regionais, tanto do Governo como dos grandes senhores de terra, às tropas bem equipadas sob o comando do experimentado bandeirante paulista Domingos Jorge Velho.

A tradição popular guarda a lembrança dessas remotas lutas dos escravos, a que se veio juntar a narrativa feita pelos violeiros e cantadores em trovas admiravelmente improvisadas, das façanhas mais recentes dos jagunços e cangaceiros, vítimas, todos eles, do sistema de posse da terra e exploração do seu trabalho.

A Liga Camponesa não é mais do que a expressão de todo esse passado, com a vantagem, porém, de haver surgido em um momento histórico mais propício para o seu

desenvolvimento. Ela nasce, ou melhor, renasce das cinzas apagadas de mil e uma fogueiras. O material de que se compõe é o mesmo: o camponês sem terra. O inimigo que busca derrotar é também o mesmo: o latifúndio. A diferença entre a Liga e o Quilombo é que este forma um quisto, uma poça d'água, ao passo que a Liga é um movimento, um rio que se desloca. Também difere do cangaço porque este é inconsequente e desordenado, cego e sem objetivo, ao passo que a Liga tem um programa claro e definido, que é o de dar consciência política às massas camponesas, unificando-as para que tomem parte ativa na luta pela reforma agrária radical, e conseqüentemente, a libertação econômica do País.

3.2 A LIGA E A MORTE

Embora date de janeiro de 1955 e tenha se originado em Pernambuco, em um engenho de fogo morto, o Engenho Galileia, no município de Vitória de Santo Antão, a 60 quilômetros do Recife, que se vence em 40 minutos por uma excelente estrada pavimentada entre canaviais, costumamos dizer que a Liga veio de longe, de muitos anos antes, e até séculos. O latifúndio forma, no Nordeste, como por toda parte, um pântano. Nesse pântano nasce uma flor, grande e bela, como a vitória-régia da Amazônia: A LIGA. Desenvolve-se rapidamente. É a chama na palha seca, chama que se alastra, sobretudo depois que começou a soprar o vento forte que vem de Cuba.

É que o campo fora preparado pelo colonizador português. Seus descendentes, mesmo depois da abolição da

escravatura e da substituição da almanjarra pela caldeira de fogo central, se ergueram do tombo sem demora, ajudados por outro braço, o do servo, sujeito às condições feudais de renda da terra, e o do assalariado, condiceiro ou eiteiro, equiparado à besta de carga, com a existência mais precária, quase sempre, que a do próprio escravo.

O cenário fora, portanto, montado para que a Liga, afinal, pudesse desempenhar o seu papel com mais desenvoltura do que as outras ligas que lhe antecederam com os nomes mais variados: o quilombo, a balaiada, a cabanada, Canudos, o cangaço, movimentos circunstanciais, violentos, confusos, visionários, fanáticos, indefinidos, ou tudo isso junto.

Assim, quando um grupo de camponeses foi à minha casa, em Caxangá, subúrbio do Recife, pedir-me assistência jurídica para a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, imediatamente após a sua fundação, nem aquele grupo e tampouco eu, bem como os partidos políticos de esquerda e os líderes populares mais destacados, tínhamos a idéia exata do que viria a ser, dentro de poucos anos, a Liga Camponesa. Já, então, eu adquirira algum renome como advogado de camponeses, pois, a partir de 1940, comecei a defendê-los, sendo essa a razão por que um grupo deles me procurara.

Vale assinalar que acabara de conquistar a minha primeira cadeira de deputado estadual pelo Estado de Pernambuco.

A Sociedade Agrícola tinha objetivos modestos: formar um caixa entre os próprios associados para contratar uma

professora a fim de alfabetizar as crianças; constituir uma cooperativa de produtores de verdura, para o que era necessário obter crédito destinado à aquisição de sementes, adubo e instrumentos agrícolas; e, finalmente, pleitear junto às autoridades ou, mais precisamente, à Secretaria de Agricultura e ao Ministério do mesmo nome, os benefícios que a Constituição do Estado e a da República, ademais das leis ordinárias, ofereciam às cooperativas agrícolas e ao homem do campo.

Não se falava em reforma agrária, renda da terra, salário mínimo e outras coisas desse tipo, capazes de ferir a susceptibilidade dos latifundiários e usineiros, embora tudo isso já constasse de projetos de leis, mensagens presidenciais ou suscitasse debates técnicos, consumados a uma distância tão grande das massas camponesas, como a existente entre o nosso planeta e uma estrela.

O salário mínimo, por exemplo, fora decretado para o campo desde o dia 1º de maio de 1943, em plena vigência da ditadura de Vargas, mas não havia um único senhor de terras em todo o País que o pagasse. O pagamento desse salário mínimo, a rigor, só teve lugar a partir de 1963, na zona canavieira de Pernambuco, isto é, depois que Miguel Arraes de Alencar assume o governo do Estado com o apoio das forças populares e progressistas e do movimento camponês.

Queremos, de passagem, desfazer a noção de que a Sociedade Agrícola da Galileia, célula-mater da Liga Camponesa, tenha tido como principal finalidade formar entre os seus associados um fundo de reserva destinado a comprar

caixõezinhos para enterrar as crianças que, naquela região, morrem como moscas. É uma afirmação exagerada, embora, até certo ponto, válida. Serviu mais como pretexto do que propriamente como base real para a sua fundação.

É exagerada porque a morte de uma criança no Nordeste brasileiro, tão frequente como o seu nascimento, é recebida pelo camponês mais como uma graça do que como tragédia. Para enterrá-la, não há complicações nem solenidade, pois tanto faz levá-la à cidade ou ao povoado mais próximo, em um minúsculo caixão feito pelo próprio pai ou um vizinho mais habilidoso, como, na primeira encruzilhada do caminho, colocá-la numa cova e sobre esta, uma pedra para defender o tenro cadáver dos cachorros mais famintos.

Não é difícil surpreender o sorriso de uma camponesa apagando o vestígio da última lágrima de mãe diante do cadáver de um filho de seis meses ou de um ano. E é comum ouvir dela, dessa mãe anestesiada pelo sofrimento de gerações e gerações, frases como estas: "É um de menos para sofrer". "Se Deus o chamou é porque sabe o que faz". "Quem me dera que Jesus tivesse se lembrado de mim quando eu era inocente". E por aí. Uma dessas camponesas, mãe paciente e carinhosa, costumava acompanhar o enterro dos filhos que a gastrenterite assassinava, soltando foguetes como se fosse para uma procissão festiva, enquanto dizia, feliz na sua desgraça, olhando para o alto: "Lugar de anjo é no céu. Eu invejo a tua sorte. Que Deus me perdoe".

No Recife, cidade onde a miséria já não tem limites, sei de mais de uma pessoa que, viajando nos ônibus de

segunda classe e querendo aliviar a carga de uma passageira esmagada entre os que vão de pé, se encontrou, de repente, ao perdê-la de vista, em situação trágica, com uma caixa de papelão contendo, nada mais, nada menos, que o mirrado cadáver de uma criança destinada ao necrotério público.

Em relação, porém, aos adultos, é válida a afirmação de que a Sociedade Agrícola tinha um fundo destinado a enterrar de maneira menos humilhante os próprios sócios, já que as autoridades exigem que sejam conduzidos aos cemitérios.

Qualquer cidade nordestina, por mais pobre que seja, possui a sua sociedade funerária, exibida com orgulho pelos sócios, como se ali a morte merecesse mais cuidado que a vida.

E assim é. Desse modo, não surpreende a frase que o grande romancista brasileiro Guimarães Rosa recolhe como um estribilho da boca de um dos seus personagens, no "Grande Sertão: Veredas": "Viver é um negócio muito perigoso...". João Cabral de Melo Neto, uma das vozes mais altas e mais puras da atual poesia brasileira e nordestina, em um dos seus poemas, "Vida e Morte Severina", canta assim:

"Como aqui a morte é tanta,
Só é possível trabalhar
Nestas profissões que fazem
Da morte ofício ou bazar
Só os roçados da morte

Compensam aqui cultivar
Simples questão de plantar
Que a morte que aqui se morre
De velhice antes dos 30
De emboscada antes dos 20
De fome um pouco por dia..."

Não foi, no entanto, para debater com os camponeses da Galileia o problema da morte, mas da vida, que me vi entre eles, naquele princípio de ano de 1955, e dali por diante, até o mês de março de 1964, quando estivemos juntos pela última vez.

Falamos da unidade e da terra, da liberdade e da fatura, da madrugada e do futuro...

Eram centenas entre homens, mulheres e crianças. Caras sérias, marcadas pelo sofrimento, olhos tranquilos, mãos caledadas e duras, gestos demorados, falas mansas, com as palavras bem medidas, monossilábicas, as frases cortadas...

Os foguetes espocavam no ar. Os vivos me envolviam. As pétalas de rosas, de margaridas, de cravos, choviam sobre minha cabeça.

Essa cena se repetiria sempre. Eu diria debaixo daquela chuva de flores coloridas e perfumadas: "Tudo farei para que nunca essas pétalas se transformem em pedras..."

Tenho convicção absolutamente tranquila de que assim fiz. Sabem os camponeses do Nordeste que a palavra empenhada foi cumprida. E os latifundiários também sabem.

Nada importa que tenha sido interrompida a marcha que rompemos juntos. A nossa separação não é definitiva. É momentânea e acidental. O nosso reencontro será inevitável porque, se, de um lado, se fortalece em nós a convicção de lutar pela sua liberdade, de outro lado, sei que milhares, dezenas e centenas de milhares deles já despertaram para a vida, uma vida nova, ainda que, para alcançá-la, tenhamos que começar tudo outra vez, por um outro caminho, mais duro e mais difícil.

Conhecendo, como conhecia, em todos os seus detalhes, as aspirações mais sentidas e imediatas das massas camponesas do litoral e do Agreste nordestinos, não tive dificuldades em me identificar com elas.

O segredo do nosso êxito junto àquelas massas consistiu apenas em conviver permanentemente com elas, sem enganá-las jamais com promessas que, de antemão, sabiam, porque sentiam na carne, que estavam longe de se realizar.

Cingi-me, por isso, desde o princípio e durante anos seguidos, à luta por duas reivindicações apenas: abolir o cambão e não pagar o aumento do foro.

A nossa luta permanente, sem tréguas, direta, foi toda no sentido de arrancar a massa camponesa do seu conformismo, produto das estratificações e mística incrustadas em sua consciência coletiva no curso de muitos séculos.

Partimos de premissas simples e claras, objetivas e bem definidas, como as que acabamos de mencionar, isto é, abolir o cambão e não pagar o aumento do foro, antes de falar em outras mais complexas e distantes, como a re-

forma agrária radical, o cooperativismo e a socialização da terra.

Tivemos de adotar o adágio em voga entre os próprios camponeses: “Devagar com o andor para o santo não cair”. Adágio místico, de fundo religioso, especificamente católico.

Por que começamos pelo cambão e o aumento do foro?

Em primeiro lugar, porque a Liga, tanto a da Galileia como as demais que se fundaram motivadas por ela, no Nordeste brasileiro, congregavam, sobretudo ou quase exclusivamente, o camponês que mantinha com o latifundiário relações de locação e não salariais.

Em segundo lugar, atentando para o legalismo do camponês, o seu respeito quase místico à lei, uma lei que não é dele, mas contra ele, imposta de cima para baixo, da cidade para o campo, de maneira sistemática, continuada, implacável e irredutível. De tanto ver passar o tempo sem que a sua vida se alterasse, a não ser para pior, pois, se por um lado, aumentava a população, por outro lado, diminuía o sítio e se empobrecia a terra, terminava por aceitar o mundo como recebera dos antepassados em que os pobres eram quase todos, poucos os remediados, e os ricos, ainda menos. Daí, o seu conformismo e a sua filosofia fatalista. “A pobreza tanto pode ser um castigo como a riqueza, uma cilada de Deus contra os homens”. “O caminho do céu tem muitos espinhos, é estreito e difícil. O do inferno é como uma estrada larga”. “É mais fácil um camelo...”. E por aí afora.

Um parente meu, rico senhor de terras, ao saber que alguns moradores seus tinham ingressado na Liga, mandou convocar todos eles – mais de uma centena, com as mulheres e os filhos – e organizou uma procissão com o santo de sua devoção, marchou à sua frente, desfiando um rosário e recitando em voz alta o “Padre Nosso” e a “Ave Maria”, até o pátio da casa-grande. Ali pediu, em nome de Cristo, que eles se ajoelhassem e fez um longo sermão, cuja tese central era a seguinte: “A terra em que vocês vivem, eu herdei de meu pai. E vocês, que herdaram? Nada. Portanto, nem eu tenho culpa de ser rico, nem vocês, de ser pobres. Tudo foi previsto por Deus. Ele sabe o que faz. Se a mim me deu terra e a vocês negou, todo aquele que não se conformar com isso, se rebela contra Deus. Essa rebelião é um pecado mortal. Que todos aceitem a decisão de Deus para não cair na sua ira e não perder a alma. Vocês terão de aceitar a pobreza na terra para ganhar a vida eterna no céu. O pobre já vive na graça de Deus. O rico, não. Desse modo, vocês são mais felizes do que eu, já que estão mais perto do céu. Então, por que vocês se desviam do caminho, se negam a pagar o cambão e o aumento do foro? Não é esse o nosso trato? Acaso eu inventei essas obrigações ou elas já existem desde que Adão e Eva foram expulsos do Paraíso? Ouçam o que eu digo e sigam o meu conselho: quem já entrou na Liga, saia dela. O mesmo demônio que tentou Cristo tenta o cristão. A Liga tem parte com o diabo porque está com o olho na terra que não é dela. Quer desviar o pobre do caminho que leva à salvação da alma...”.

Duas semanas depois, como nenhum dos moradores já inscritos na Liga se abalasse com o seu sermão, o meu paren-

te conseguiu que o delegado de polícia pusesse todos eles no xadrez... Tive de impetrar um *habeas corpus* para libertá-los.

Era o sinal evidente de que a fome de liberdade tem mais força do que um sermão, de que a Liga começava a ganhar corpo.

Falávamos sobre o legalismo do camponês. Esses legalismo deitou raízes tão profundas na sua alma que, para arrancá-lo, há que lhe dar prova concreta de que nenhum benefício ele obtêm com a sua aceitação.

Tivemos, antes de mais nada, que escolher na massa os foreiros menos inconformados, mostrar-lhes o texto da lei que pune com a prisão e multa a todo aquele que exige de outrem trabalho gratuito ou cambão, antes que os induzisse à resistência e à rebeldia.

Essa rebeldia não se fez de um momento para outro nem adquiriu a uniformidade e a velocidade de uma onda.

Ela nasceu primeiro nas terras dos latifundiários poderosos, quase sempre absenteístas, para, depois, envolver as dos senhores mais ricos e melhor organizados.

Proprietários houve que tomaram a iniciativa de extinguir o cambão antes que a Liga atingisse os seus domínios. Muitos deles lograram aumentar o preço do foro pago em dinheiro, como compensação, e outros, mais avisados, pressionaram no sentido de reduzir o foreiro a trabalhador de eito ou assalariado agrícola.

Então, a luta ganhou mais consistência porque a condição de assalariado em relação ao foreiro era um degrau abaixo, privado, como se via, da liberdade de trabalhar no seu próprio sítio.

Chegar perto de um camponês e dizer-lhe que o cambão era um delito cometido pelo dono da terra contra ele e que, por isso mesmo, devia se negar a dá-lo, não conduzia a nada. É que duas indagações nos fazia a massa camponesa sempre que lhe propúnhamos a questão e a convidávamos à desobediência.

Uma delas era a seguinte: "Se o cambão é um crime por que a justiça não pune o dono da terra?".

E a outra: "Como quebrar o trato feito com o patrão no momento de arrendar o sítio?".

Em verdade, reconhecíamos, jamais um senhor de terra fora parar no cárcere porque exigisse o cambão do seu morador, mas, por outro lado, nenhum juiz poderia forçar o foreiro a trabalhar gratuitamente. A coisa, porém, não era tão simples, porque de permeio havia o capanga, o soldado, o delegado, o promotor, o padre, todos eles empenhados na manutenção dos costumes, como condição indispensável ao equilíbrio da vida de cada comuna. Esse equilíbrio sempre se fez com o sacrifício da massa camponesa. Todas as medidas eram tomadas para que reinasse a paz nos campos, medidas que iam do despejo da terra à privação da liberdade física para os mais afoitos e renitentes, quando o sermão do padre e a advertência da autoridade incumbida de defender a ordem pública já não surtiam efeito.

Os primeiros rebelados, convencidos da justiça da pregação a que se vinha somar a posição firme por nós adotada na sua defesa junto às autoridades, contribuíram para sedimentar na consciência da massa a idéia de ingressar para a Liga, mas pagaram caro a sua audácia. Uns perde-

ram os sítios, bons sítios que edificaram durante anos, sem, em troca, receber a indenização das benfeitorias, enquanto outros, provocados pelos capangas, foram mortos ou tiveram que matar e ir para o cárcere, quando não logravam escapar ao cerco da polícia.

Pela primeira vez, o camponês tombava, não mais disputando com o vizinho um palmo de terra dos sítios, que nem sequer lhes pertenciam – nem a um nem ao outro – ou por causa de jogo, de cachaça ou de mulher, mas defendendo uma idéia, um princípio, uma convicção política encarnada na luta contra a opressão e a injustiça. Foi, sem dúvida, o exemplo dado por esses pioneiros, cuja memória nunca nos cansamos de reverenciar, a chama que alimentou o movimento e o projetou do campo para a cidade. A massa camponesa saía, assim, do seu mutismo, do imenso pântano silencioso para ganhar outra dimensão, a dimensão política. Perdia a condição de gado humano, de tranquila paisagem folclórica, quebrando, finalmente, o feitiço secular da servidão. Tudo isso se processaria por entre avanços e paradas, heroísmos, capitulações e traições. Como a vida tem mais força do que a morte, nascia a esperança onde antes não existia nada.

3.3 A LIGA E A LEI

Tornou-se regra entre os povos que se libertavam politicamente das metrópoles européias, mas permaneciam economicamente vinculadas a elas, adotar constituições avançadas para a época, com os seus princípios básicos

inspirados no liberalismo burguês. O Brasil, apesar de não ter seguido o republicanismo de Bolívar, mas o monarquismo de Bonifácio, não fugiu a essa regra. Sua primeira Constituição, promulgada em 1824, pelo próprio Imperador Pedro I, já não era tão liberal como as demais do Continente. Acontece, porém, que essa Constituição não refletia a realidade do País. Este não passava, e não passa, de um imenso latifúndio sustentado, a princípio, pelo braço do escravo, e depois da Abolição, pelo do assalariado e o do camponês sem terra. Todas as demais constituições e leis que foram promulgadas como consequência de mudanças de governo e de regime, mantinham, na essência, os princípios já consagrados nos anteriores, mas aqui e ali, introduziam inovações audaciosas sobre a função social da propriedade e a proteção do trabalho. Quem iria aplicar essas inovações? Os juizes, sem dúvida. Entre enunciar um princípio e adotá-lo na prática, as distâncias são imensas, e os obstáculos, de toda sorte. Sempre que se trata de reafirmar uma regra legal contra o menos protegido, isto é, o que não tem fortuna nem privilégio, nada mais fácil e rápido. Se, porém, se invertem os termos da questão, ou seja, se o menos protegido é o que invoca a regra legal em seu favor, a justiça não somente cega e emudece de uma vez, como passa a caminhar com os pés de chumbo. Com raras exceções. É que a regra quem a manobra é gente de carne e osso, com os princípios voltados para o estável, o permanente, o intocável, e o compromisso solene de não transigir, de não ceder, de jamais pactuar fora desses princípios.

Descemos aos exemplos. “Todos são iguais perante a lei”, reza o Código Civil, reza a Constituição, rezam todos

os códigos e constituições liberais burguesas. Com o Código Civil nas mãos, apontávamos a regra, mencionando o número do artigo, de maneira a não pairar a mínima dúvida no espírito da massa para quem falava. E argumentávamos:

“A lei diz todos, não diz alguns. Se ela diz todos, então não distingue o pobre do rico nem o camponês do latifundiário. Mas isso se cumpre? O tratamento que a lei dá ao rico é igual ao que reserva para o pobre? A autoridade nomeada para cumprir a lei se comporta diante do latifundiário exatamente, igualmente como face ao camponês?”.

Resposta inevitável da massa: “Não”.

É que o camponês sente na carne essa diferença de tratamento. Prosseguíamos, então: “Que lei é essa que, embora diga que todos são iguais perante ela, não é capaz de impor essa igualdade? Certamente, porque essa lei ditada para todos só serve para alguns. E quem são esses alguns? Os pobres?”.

Resposta da massa: “Não”.

Ora, se esses alguns não são os pobres, só podem ser os ricos. E como entre os pobres, os mais pobres, estão os camponeses, a lei não está a seu favor, mas contra eles. Essa lei não é a sua, portanto, porque não lhes serve, não lhes socorre, não lhes defende. O que é preciso, então, fazer? Criar uma lei para os pobres, já que a que existe só beneficia os ricos.

E o que é necessário para criar a lei dos pobres? Unir os pobres. Lá está na *Carta de Alforria do Camponês*:

“Com um dedo tu não podes tomar a enxada, o machado, a foice ou o arado. Nem com a mão aberta porque os dedos estão separados. Tens de fechar a mão para que os dedos se unam. A Liga é a mão fechada porque é a união de todos os teus irmãos. Sozinho tu és um pingão d’água. Unido ao teu irmão, és uma cachoeira. A união faz a força. É o feixe de varas. É o rio crescendo. É o povo marchando. É o capanga fugindo. É a polícia apeada. É a justiça nascendo. É a liberdade chegando. Com a Liga nos braços. E o Sindicato nas mãos”.

Tomávamos o Código Penal e o abríamos na página onde há um artigo que manda punir com pena de prisão e de multa todo aquele que exige de outrem trabalho gratuito.

Que é o cambão?

Resposta da massa: “É trabalho de graça. É sujeição de escravo”.

Voltávamos à carga. Quem dá o cambão? É o camponês, o pobre. E a quem o dá? Ao latifundiário, o rico. Agora queremos saber quem tem notícia de um rico senhor de terras processado, preso ou multado por causa do cambão.

Resposta da massa: “Nunca houve. Não consta”.

Dedução nossa: O Código Penal também sustenta que “todos são iguais perante a lei”. Mas a autoridade encarregada de aplicar esse Código passa por cima daquele artigo. Faz pior ainda, quando ameaça o camponês se este ousa queixar-se por ser expulso da terra, perder o sítio, se não cumpre com o trato pactuado verbalmente com o latifundiário. Vai além ao advertir que essa recusa, essa de-

sobediência contra um costume antigo pode dar margem a um processo penal, como uma ameaça à tranquilidade e à ordem pública, como um desacato à lei e à autoridade.

As leis têm seu espírito. E o espírito das leis se encarna no juiz. Tão segura sente-se a sociedade de seus juízes, que ao promulgar as leis, as mais adiantadas, confia em que eles saberão interpretá-las e aplicá-las sempre sob a preservação do seu espírito.

E assim acontece.

Trabalhado há séculos por esse espírito, o camponês termina por se conformar com uma lei que está sempre prevenida contra ele.

Por isso silencia.

O seu legalismo é obra desse silêncio que o tempo vai acumulando dentro dele. É a consequência do medo de perder o resto de segurança, precária segurança que o prende à terra e o sujeita ao senhor de seu destino incerto, de seus braços, de seu fôlego, de sua vida.

Como fazer então para arrancá-lo desse silêncio e destruir-lhe o medo, se ele se sente como uma ilha, se para todos os lados que se volta, vê sempre o abismo diante dos seus pés?

Usar a própria lei como primeiro passo para ganhar a fé do camponês e poder, em seguida, levá-lo a uma posição mais audaciosa e consequente. Romper o legalismo com o legalismo.

Conhecendo por experiência própria o legalismo do camponês, isto é, o seu respeito à lei, bem como a sua

religiosidade, o seu misticismo ingênuo, dois fatores que contribuem decisivamente para imobilizá-lo e submetê-lo à ordem de coisas existentes, fizemos do Código Civil e da Bíblia instrumentos de trabalho e motores de ação.

Falando ou escrevendo, recorríamos a essas fontes, extraíndo delas a seiva necessária para matar a sua sede de justiça e legalidade. Então, aquilo que sempre fora usado contra ele, na delegacia de polícia, diante do juiz, no confessionário ou no púlpito das igrejas, aos poucos adquiria uma outra face, um outro colorido, uma outra dimensão, até passar por uma mudança radical e favorecer a sua causa.

Logo, todos não são iguais perante a lei, já que existe uma chocante discriminação ao aplicá-la.

Do argumento descíamos à prática. Um camponês de boa fibra, convencido de que era preciso oferecer o exemplo para que os outros seguissem, se negava a dar o cambão, invocando precisamente o argumento de que era trabalho de escravo, proibido pela lei.

O proprietário, em regra, reagia da seguinte maneira: primeiro, ameaçava o camponês de despejo violento e extrajudicial, queixando-se ao delegado de polícia e ao promotor. O delegado chegava, às vezes, ao extremo de encarcerar o camponês. A imediata intervenção do advogado da Liga o punha em liberdade. O promotor era mais cauteloso e inteligente: tentava convencer o camponês de que ele corria o risco de perder o sítio e a liberdade. Se não surtisse efeito essa primeira ofensiva, o proprietário recorria a outro processo: dispensar o cambão, mas aumentando o preço do arrendamento do sítio. Um ou outro lograva êxito. Muitos foram os

senhores de terra que, ao terem notícia da existência da Liga nos seus domínios, recorreram a essa medida e puderam viver em harmonia com os seus servos durante algum tempo. Se, no entanto, o camponês não aceitava a troca do cambão pelo aumento da renda, ou, por outro lado, o proprietário se sentia diminuído na sua autoridade e em seus antigos privilégios, surgia, então, a terceira e última saída: a luta judiciária. Aqui tinha início propriamente o processo legal. Quando o proprietário recorria a um advogado escrupuloso, *avis rara*, este se restringia à letra estrita da lei. Manda a lei que, na hipótese de não querer mais continuar com a locação, deve o locatário ser notificado pelo prazo de 6 meses para entregar o sítio, abstendo-se de nele plantar ou edificar, a partir da data em que receber a notificação, sob pena de perder as benfeitorias.

Sabendo de antemão que a luta judiciária duraria o prazo mínimo de dois anos, por causa das audiências sujeitas a adiamento em virtude de interposição dos recursos, aconselhávamos o rendeiro a plantar as lavouras necessárias à sua subsistência, como a mandioca, o milho, o feijão e outras de ciclo vegetativo mais curto. Esse fato, por si só, concorria para radicalizar a luta. É que o proprietário não se conformava em ter as terras em litígio cultivadas pelo rendeiro. Este, por sua vez, atraía ainda mais a admiração dos seus companheiros que ainda permaneciam como espectadores da batalha. Muitos deles, ao serem convidados para ingressar na Liga, impunham uma condição: a vitória do morador. Tínhamos que assumir esse risco, risco certo porque, ao fim de tudo, a sentença de despejo era inevitável, ainda que sustentássemos com a argumentação mais

cerrada a ausência de justa causa ou capricho do senhor de terras, em sua demanda.

Acontece, no entanto, que, no decurso da luta, muitas coisas ocorriam: a intimação do proprietário para prestar depoimento perante o juiz, sob pena de revelia, ou a ausência do seu defensor, hipótese em que se decretava a absolvição de instância, que só podia ser renovada com o pagamento das custas e dos honorários do advogado da parte contrária. Só a circunstância da presença do dono de terras no fórum para responder às perguntas que lhe formulava o defensor do rendeiro, sob a vista deste, das suas testemunhas e de outros moradores, era um impacto favorável à Liga. A ira do proprietário recaía contra as testemunhas, seus moradores, e se de um proprietário vizinho, seu aliado natural, surgia, em regra, a pressão deste para não comparecerem ante o juiz, ou, em comparecendo, deporem contra o companheiro. Muitas vezes nos vimos diante desses obstáculos. Para vencê-los, tínhamos, em primeiro lugar, de escolher testemunhas dignas, corajosas, fiéis, o que, no começo da luta, não era uma tarefa fácil, como sempre acontece com todo e qualquer movimento destinado a combater uma tirania, um regime cruel, uma instituição injusta, ostensiva ou disfarçada, mas tolerada. O latifúndio consegue ser tudo isto: tirânico, cruel, injusto, ostensivo, disfarçado e tolerado.

Quando a testemunha reunia essas qualidades – coragem, dignidade e fidelidade –, adotávamos um duplo expediente – legal, legalíssimo – na tentativa, quase sempre frustrada, de poupá-la da ira do seu senhor. Primeiro, requeríamos ao juiz que a testemunha fosse intimada a com-

parecer à audiência sob pena de vir debaixo de vara, como se diz na técnica processual, e, em segundo lugar, na hora de tomar o seu depoimento, reforçávamos a advertência do juiz, de só dizer a verdade, uma vez que o falso testemunho seria punido com a prisão. Mesmo sabendo disso, o senhor de terra exigia da testemunha que se negasse a dar o seu depoimento, alegando, por exemplo, inimizade capital entre ela ou qualquer uma das partes, ou que respondesse a todas as perguntas sempre com a mesma negativa: “Nada sei”.

Quantos foram capazes de resistir à ameaça de seguir a mesma *via crucis* do companheiro em favor de quem comparecia à justiça simplesmente para declarar a verdade? Os processos estão cheios de capitulações, recuos, fugas para outras regiões, sob o pretexto de buscar outro trabalho e outros expedientes parecidos, não raro entre testemunhas que vieram ao nosso encontro, movidas pelo sentimento de justiça e o amor à verdade. Nem sempre esses sentimentos de justiça e de amor à verdade puderam ser mantidos entre o momento em que a testemunha era arrolada e aquele em que tinha de prestar o seu depoimento, o que ocorria como decorrência de pressões, de ameaças ou de promessas que vinham ao encontro de uma necessidade extrema ou de uma situação menos insegura. Coisas da natureza humana, das contingências da vida, das incertezas do passo a ser dado, da ausência de convicção, da falta de princípios, do personalismo, do imediatismo, que, no camponês, se revela sempre muito presente e bastante forte.

Ainda assim, porfiávamos e lográvamos ganhar a estima e a confiança dos camponeses. Mesmo perdendo a causa. A nossa vitória era de outro tipo. Ela consistia em mostrar

ao camponês que a balança da justiça jamais se inclinava para o seu lado, simplesmente porque no prato que lhe tocava só havia miséria, fome, desamparo, fraqueza, falta de união, abandono, ignorância, atraso, ao passo que no outro, no do poderoso, sobravam o ouro, a abundância, a força, a astúcia, o egoísmo, a insensibilidade e o desprezo.

Perguntávamos: Quem move o braço dessa balança? É um poder invisível? É uma força estranha, acima do bem e do mal? E respondíamos: Quem move o braço dessa balança é o braço do poderoso, de carne e osso. E quem manda nesse braço de carne e osso é a vontade. E quem manda nessa vontade é o interesse. Logo, a justiça de que se trata serve a um interesse, o interesse do que tem contra o do que não tem, isto é, o interesse do que está com o poder.

Quando sucede que não só as testemunhas do proprietário como as do rendeiro coincidem, mais ou menos, em seus depoimentos, e estes favorecem à causa do rendeiro, parecendo assim, que a vitória se torna mais segura para o último, vale-se o proprietário do último expediente “legal”, dessa vez infalível: a prova técnica. Essa prova é sistematicamente requerida por uma ou outra parte, ou pelo próprio juiz. Consiste na nomeação de perito para avaliar as benfeitorias. Cada parte indica o seu. O juiz escolhe o desempatador. É a lei. Feitos os laudos, que guardam uma grande distância entre si, o desempatador, em regra um pacato funcionário do fórum, desempata em favor do perito do senhor de terras. Essa é a norma. Ou oferece um outro lado, como quem adota uma posição serena, de independência, mas que se aproxima tanto do laudo do perito do senhor de terras que bem pouco resta para se confundir com ele.

O juiz, por sua vez, pode desprezar os três laudos e decidir de acordo com a própria convicção. Assim lhe facultada a lei. Durante toda a nossa longa vida de advogado de camponês, nunca tivemos um só caso desses. O juiz prefere descansar a sua convicção nas provas recolhidas. Entre a prova testemunhal e a técnica, decide-se por esta. E com uma constância invariável, louva-se na opinião do "seu" perito, o perito da justiça, o desempatador, que adota uma "posição de equidistância" entre as partes. O que devia ser a isenção, o equilíbrio, a serenidade, não passa de uma comédia, uma farsa, uma burla, já que esse funcionário, pessimamente remunerado, presa fácil da corrupção, não resiste à tentação de uma gorda propina, muitas e muitas vezes superior aos magros proventos de seu ofício, além de permanecer e de crescer nas graças do senhor de terras, correligionário, quase sempre, do chefe político local. O juiz pode entrever tudo isso, mas é preciso que seja um magistrado de grande compostura e indiscutível dignidade e zelo pela sua função para não se omitir e lavar as mãos na bacia de Pilatos. Como essa não é a regra, mas a exceção, segue-se que, ao cabo de tudo, triunfa sempre o mais forte. Resultado: benfeitorias que valem X são indenizadas por Y, admitindo-se que Y corresponde a um terço, a um quinto ou a um décimo do valor real, corrente, justo. Há mais. Desde o momento em que a sentença passa em julgado, isto é, quando adquire força de lei, a sua execução se opera de maneira fulminante, mediante o simples depósito da indenização em juízo. Feito isso, expede-se em favor do proprietário "derrotado", já que o juiz o obriga a "indenizar" o foreiro, um mandado de emissão de posse, que se cumpre dentro de um prazo exíguo, de 48 horas.

Como essa batalha pode durar dois, três e mais anos, buscamos ganhar com ela a revolta do camponês, à sua adesão mais firme, a sua consciência para uma luta de outro tipo, que não seja meramente judiciária: a luta política e ideológica, pela reforma agrária radical, por um sistema político e uma legislação social que lhe assegure a posse definitiva da terra, com extinção, também definitiva, de todas as formas de exploração do seu trabalho.

Muitos camponeses foram ganhos no curso dessa batalha, mas alguns se perderam, trabalhando por outras forças contrárias e também pelas naturais debilidades latentes na consciência da massa camponesa.

Referiremos, no capítulo seguinte, alguns casos de resistência heróica, resistência individual e também coletiva.

Mencionaremos agora a maneira como advogados mais ladinos e menos escrupulosos agem para encurtar a batalha judiciária travada entre seus constituintes, os senhores de terra e os camponeses, seus rendeiros.

É costume antigo, prática usual no Brasil, o proprietário que arrende um sítio não expedir o recibo comprobatório, no fim de cada ano, do pagamento da renda. O foreiro não ousa pedi-lo porque isso seria uma ofensa à palavra do senhor. É uma velha herança medieval. Antecede à escravatura. E a sucede. É servidão pura.

Pois bem, valendo-se disso, o advogado, ao invés de notificar o rendeiro para desocupar o sítio, findo o prazo de seis meses, sob pena de propor, então, a ação de despejo, alega simplesmente, em sua petição, que o morador deve, por exemplo, três ou cinco anos de foros. Mas não fica nis-

so. Imagina um foro arbitrário. Se o foreiro, até a data em que ajuíza a ação, vinha pagando uma renda anual de X, sustenta que a renda é de cinco ou de dez vezes X. Citado, o camponês só tem 24 horas para depositar a totalidade da renda reclamada ou comprovar de maneira indubitável que nada deve. Se não o faz, incorre em revelia e confissão. O juiz, satisfeitas as exigências processuais, decreta o despejo. Da sentença cabe o recurso de apelação para a instância superior, mas esse recurso não tem efeito suspensivo.

Como procedíamos nesses casos? Tínhamos pela frente muitas ciladas e obstáculos. Vejamos. Às vezes, os oficiais de justiça traíam, mediante uma gorda propina ou a promessa de outras vantagens, a sua fé de ofício, atestando que fizeram a citação e que entregaram ao citado a contrafé, isto é, a cópia autenticada do teor da petição, com o despacho do juiz, sem que absolutamente tivessem cumprido essa formalidade essencial exigida pela lei. Outras vezes, diziam ao camponês que dispunha ele de tantos dias, cinco ou dez, para procurar o seu defensor, quando, na verdade, o prazo não excedia 24 horas.

O camponês, na sua boa fé, só nos procurava depois desse prazo. Na hipótese, porém, de chegar a tempo, o que era algo assim como um milagre, não trazia consigo nem a soma para depositar, dado o fato de não dever nada, e muito menos, o recibo comprobatório de pagamento da renda. Só restava um caminho: contestar a ação dentro do prazo exíguo para fazer o depósito, alegando a liquidez da dívida e a inexistência de recibo por ser praxe antiga, corriqueira e usual, como se comprovaria mediante testemunhas. Também se negava a existência do foro elevado à segunda ou

à terceira potência. Vinha o indispensável pedido de avaliação das benfeitorias. Ganhava-se tempo e buscava-se apontar o senhor de terras como ladrão e mentiroso, desde que cobrava o que já fora pago e exigia mais do que o foro convencional. Essa ação fulminante e única excitava a massa camponesa, levando-a para um ou outro extremo: a covardia de uns ante a possibilidade de sofrer idêntica represália e a revolta de outros, movidos pela mesma razão. Separávamos, então, o joio do trigo. E mostrávamos que o caminho de um era o de todos, a unidade, sob a alegação de que é preferível cair lutando, com a possibilidade, ainda que distante, de uma vitória, a se deixar vencer sem glória. A Liga vingava, apesar de tudo, como consequência desses e outros feitos semelhantes. É que não nos limitávamos simplesmente à letra fria do Código, aos artifícios do processo, à estratégia e à tática judiciais, mas dentro e fora do âmbito da justiça, esgrimíamos outra arma, a política, para denunciar a injustiça social, a calamidade das instituições e a monstruosidade do latifúndio. Assim, ganhávamos adeptos entre os camponeses e outras camadas pobres da sociedade, mesmo quando perdíamos as questões e assistíamos ao despejo de um camponês radicado há dezenas de anos no seu sítio. Se um ou outro juiz mais reacionário nos increpava de agitador, nunca deixávamos fugir a oportunidade de contra-atacar, mostrando com dados exatos que se não existissem a injustiça social e o latifúndio, a agitação resultaria sem eco. Assim, arrastávamos o próprio juiz para o debate, fora de sua arena – a judiciária – e dentro da nossa – a política. Outros juízes mais sagazes e inteligentes, percebendo o rumor distante da massa camponesa que co-

meçava a despertar, confessavam em suas sentenças que a lei não se ajustava à realidade social, precisando, por isso, ser reformada, tarefa que não lhes cabia. Embora consternados, não tinham outro caminho a não ser aplicar a lei que estava em vigor. Havia sinceridade nesses juízes.

3.4 O COMEÇO DA RESISTÊNCIA

Vimos, na segunda parte deste livro, onde avançávamos algumas definições sobre o camponês de modo geral e o do Nordeste brasileiro, em particular, que ele sempre aparece como o ser social mais enganado, desprotegido e explorado. Adiantamos, não obstante, que, uma vez que adquira alguma consciência política, por pequena que seja, é capaz de reações surpreendentes. Então, o que antes era imobilidade, anestesia e impotência, transfigura-se em energia, movimento e ação.

Os exemplos que passamos a oferecer, escolhidos ao acaso entre dezenas que testemunhamos desde os primeiros tempos de existência da Liga, atestam que os recursos usados para manter o camponês jungido ao latifúndio deixam de surtir efeito a partir do momento em que a besta de carga de todos os impérios e das suas instituições, as mais cruéis, começa a pensar na sua própria sorte e a sentir o seu destino como ser humano, como animal político. Assim vejamos. Lao era um camponês pálido e franzino, silencioso e desnutrido, de numerosa prole, que dava ao patrão dois dias de eito por semana, sem remuneração,

como pagamento da renda do sítio, um miserável sítio de terras gastas, onde mal podia colher um pouco de mandioca para a indispensável farinha. Certo dia, é convocado para tomar parte em um mutirão², e quando este termina, assiste, pela primeira vez, a uma reunião da Liga, ouve explicações sobre as formas de locação da terra, sobre o salário e outros direitos. Indaga se todas essas coisas estão na lei, e ao saber que sim, volta para casa pensativo e ainda mais silencioso. Leva dois dias refletindo sobre o que fazer para não se deixar mais roubar pelo patrão dali por diante. Toma, afinal, uma resolução: não pagar mais com dias de trabalho a renda do sítio. Chega a segunda-feira e não aparece no eito. O patrão manda chamá-lo na terça para que dê uma explicação. Sua resposta é fulminante: “Diga ao *major* que eu só irei falar com ele para ajustar o foro”. O *major* se ofende com o recado e comenta: “Pelo visto, Lao está na Liga”. Deixa passar uns dias e manda outro recado: “Diga a Lao que venha ajustar o foro”. Lao concorda. E vai. O *major* começa, manso, o diálogo com ele:

- Qual foi o nosso trato, Lao?
- Eu dar, toda semana, dois dias de eito pelo sítio...
- E então?
- Então, já não dou mais.

2 Mobilização coletiva para auxílio mútuo de caráter gratuito, esp. entre trabalhadores do campo, por ocasião de roçada, colheita, etc.; serviço sem ônus prestado pelos membros de uma comunidade etc. (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 1ª. Edição, Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2001). N.E.

– Mas isso é quebrar o trato...

– Não é, patrão.

– Por que não é?

– Porque não está na lei.

– A lei é o trato.

– Não, *major*. A lei é a lei.

– Você ouviu isso onde?

– Na Liga.

– Mas a Liga não é a lei.

– Mas ensina o caminho. Não é a lei, mas é luz.

– Pois olhe, Lao, você vai se queimar nessa luz como uma mariposa. Quer um conselho meu? Toma quem quer.

– Diga, *major*.

– Você está cego.

– Eu estava. De repente, vi tudo. Como um clarão. Faz dias que não durmo. Só pensando.

– Bem, é um direito seu deixar o eito. Mas há outra coisa que você deve deixar também: o sítio.

– Eu sei, *major*. Tinha certeza disso. Esperava já por essa proposta. Mas eu não quero morar de graça nas suas terras. Por isso vim. O senhor mandou que eu viesse para ajustar o foro.

– Pois é. O foro, aqui, é em dias de eito. Não aceito outro.

– Mas isso não é foro. É sujeição. É trabalho de escravo. É cambão.

– Pois se é tudo isso, Lao, me entregue o sítio. Não falta quem queira. Tem gente na fila.

– Aí é onde está o engano. Outro que venha vai sofrer o que eu sofro, o que já sofre tanta gente aqui e noutras terras. Por ignorância da lei. Por não conhecer a justiça.

– Muito bem, Lao. Já vi que você não quer mais cumprir o trato.

– Não sou eu, *major*. É a lei. Eu sigo a lei. Se ela diz que eu não cumpra, não vou cumprir. Mesmo que o senhor me mate. Eu estava cego...

– Então, Lao, se suma da minha vista. E espere pela lei. Um dia ela chegará à sua porta.

– Ela já chegou, *major*.

– Chegou a Liga, que é a lei do Cão. Você espere pela outra.

– Para o rico, a Liga é a lei do Cão. Para o pobre, não, senhor. É a lei divina. Afinal, Deus está se lembrando da gente.

– Pois se suma, Lao! Não quero mais vê-lo!

– Mando-me às ordens, *major*.

Voltou Lao para casa. Pela sua porta, todas as manhãs, via passar os vizinhos, de enxada ao ombro, para o eito do *major*, e à noitinha, voltarem. Lao cortava-lhes o passo e dizia para cada um deles: “Não se sujeite a isso, companheiro. Esse trato com o *major* não é da lei. É escravidão. E a escravidão se foi”. Uns não davam resposta. Outros se limitavam a dizer: “Fiz um trato com o *major*. Bom ou ruim,

não posso quebrar. Mais pra frente...". Lao repetia, palavra por palavra, todo o seu diálogo com o major. Não esquecia uma vírgula. Quinze dias depois desse diálogo, "riscou" no seu terreiro, bem vestido e bem montado, um capanga com o revólver de cano niquelado à mostra. Chamou por ele com arrogância. Lao pôs a cabeça na porta e ouviu tranquilamente as ameaças de guerra, de cacarecos na estrada, de cadeia e de morte. Ao final, respondeu com tanta calma e voz tão firme que desorientou o capanga:

"Tudo isso o *major* pode mandar fazer, mas há uma coisa que o major não pode. Nem ele nem você, nem homem nenhum: é obrigar este amarelo (e batia com a mão no peito) a dar o cambão". Foi-se o capanga. Daí por diante, começaram a aparecer mal assombrados: tiros de rifle e de pistola durante a noite, nos fundos e nos oitões da casa de Lao, lavoura pisada à pata de cavalo, mandioca nova arrancada, uma cria de terreiro morta... A tudo Lao resistia com estoicismo e sem se queixar. Seus encontros com a Liga se tornaram mais frequentes. Muitos companheiros já tinham vergonha de passar pela sua porta. Outros falavam com ele às escondidas. E lhe diziam todos: "A gente está esperando que você vença o *major*. Se você ganhar, a gente segue atrás. E entra na Liga. Lao, então, perdia a serenidade. "Mas isso é covardia. Se fico só, sou derrotado. Se vocês ficam comigo, a gente ganha".

Quando o major percebeu, afinal, que Lao não temia ameaças e que à sua casa começavam a afluir camponeses vindos de longe para alentá-lo, resolveu recorrer à justiça. Antes, porém, houve um incidente entre Lao e um sobrinho do *major* – um bacharel – que ganhou repercus-

são. Lao fora assistir a uma missa em uma fazenda vizinha à do *major*. Ali, depois da cerimônia religiosa, quando o vigário, o fazendeiro e os moradores ainda se encontravam reunidos em frente à casa-grande, o bacharel, informado da presença de Lao, aproximou-se dele para agredi-lo com palavras e desferir-lhe, de repente, uma bofetada com a mão que levava o rubi bem engastado no anel de ouro, que simboliza, no Brasil, quem se forma em Direito e presta o solene juramento de defender a justiça. Correm todos para conter o agressor. O padre entre eles. "Mas Ênio, você acaba de assistir à Santa Missa..." Ênio, riço de compleição, o punho cerrado, se deixa conduzir pelo vigário.

– Só quis dar um exemplo.

Lao tombara no solo. E ao se levantar, estonteado, com a mão no rosto ferido, de sua boca só saiu esta palavra:

– Covarde!

Depois marchou para casa. Alguns companheiros o seguiram.

Quando lhe disseram que Lao sangrava, Ênio perguntou:

– E aquele amarelo ainda tem sangue?

Olhou para o anel e lhe veio o primeiro sorriso enquanto comentava:

– Afinal, para que diabo carrego este chuveiro?

A frase ganhou fama. Correu mundo.

Lao foi ter com a Liga. Rumou para o Recife.

Esteve na Assembleia de Deputados. Trazia a ferida exposta e o sangue coalhado no rosto. Houve denúncia. Fez-se o inquérito policial clássico, e tudo acabou em nada porque o padre pediu “pelas chagas de Cristo” para não depor. Lao continuou firme. Resistindo. A Justiça o arrancou violentamente do seu sítio porque o cambão, sentenciava o juiz, é uma das modalidades de contrato de arrendamento. Consagrada pela praxe. E continua resistindo. Lao é um símbolo. O Brasil tem muitos Laos...

Contarei agora a história do velho Mata, sem precisar de uma gota de imaginação. História crua, dura, absolutamente real, que um Guimarães Rosa ou um Juan Rulfo poderiam, com a linguagem que inventaram, transformar numa de suas obras primas.

O velho Mata, Antônio da Mata, era um foreiro do engenho Califórnia, um dos muitos que, no Nordeste, pejaram para sempre. Seu sítio, grande, de boas terras, fora todo edificado pelas suas mãos, palmo a palmo. De tudo tinha. Todas as fruteiras da região, boa casa de farinha, muita roça, fumo, um pequeno curral, umas cabeças de gado, dois cavalos, criação de porcos, o terreiro enfeitado de perus, de guinés e de galinhas. Um patriarca era o velho Mata, com muitos filhos e netos. A casa crescendo para acomodar a prole, e uma outra casinha nascendo no canto do sítio para outro filho, casado, que já não cabia na sua. Pontualíssimo no foro, respeitado por todos, bom chefe de família, sem vícios, ia o velho Mata desfiando a vida, um ano atrás do outro, crente de que, dali, só sairia morto, para o cemitério da vila mais próxima. Teve, porém, de sair vivo, com a morte na alma.

Foi assim. O *major* Edson, o senhor do Califórnia, colocou o velho Mata diante de um dilema: medir o sítio e pagar o foro por hectare, mediante uma tabela nova, ou concordar com a sua divisão em dois ou mais sítios, para serem arrendados a terceiros. O velho Mata resistiu de pés juntos. Tudo o que existia ali nascera de suas mãos. Não podia perder, depois de velho, tanto trabalho. Além disso, não devia pagar uma renda arbitrária pelo que já lhe pertencia, isto é, as benfeitorias por ele edificadas. Argumento do *major*:

– Sem a terra o sítio não existe. Logo, o que nela nasce a ela pertence.

Resposta do velho Mata:

– Quem dá valor à terra é o trabalho, *major*. E o trabalho é do homem.

Impasse. Primeiras ameaças. O velho Mata descobre, então, a existência da Liga. Vale-se dela. E encontra apoio. E começa a sua *via crucis*.

O velho Mata tinha dois filhos casados. Um dentro de casa, Manuel, com seis filhos. E o outro, José, no recanto do sítio, com sete. O mais velho dos netos ainda não completara oito anos.

Um dia, o *major* ameaçou:

– Arrendei sítio a você, não aos seus filhos. Você levantou uma casa para um deles. Não é do trato. Exijo que esse seu filho largue o sítio e que a casa seja derrubada. Tem uma semana pra isso...

– *Major*...

– Passada uma semana, a casa cairá por cima de quem estiver em baixo.

– *Major*, esse filho é aleijado...

José era hemiplégico. Arrastava uma perna e tinha um braço morto.

– Que culpa tenho eu?

O velho Mata conseguiu, a uma meia légua do seu sítio, arrendar outro. Era de um modesto proprietário, seu compadre. Sítio pequeno, sem nada. Edificou da noite para o dia uma choça, quatro palhas, como se diz na região, e José foi para dentro com a mulher e os filhos.

– Bem, José, você vem buscar, duas vezes por semana, o que dá de comer aos seus filhos, até que tenha com que sustentá-los.

José vinha arrastando a perna com um saco às costas. E voltava com ele na cabeça. Diziam-lhe que de muito caminhar a pé e de muito carregar peso, ficaria bom do aleijão. Mas durou pouco a sua caminhada. Como tinha que passar fatalmente (fatalmente é o termo) pelas terras do *major* para atingir o sítio do pai, recebeu uma advertência do vigia:

– O *major* não quer mais que você ande em suas terras...

– Mas eu venho pelo caminho. Todo o mundo vem e vai por ele. E não passo da casa do meu pai.

– O caminho está fechado pra você.

– Venho só pela comida dos filhos.

– Já lhe avisei, José. E quem me avisa meu amigo é.

O velho Mata ficou preocupado.

– Isso não é coisa do *major*, é do “Seu” Clélio.

De fato. O *major*, já então, vivia mais no Recife do que no Califórnia, tratando-se de uma moléstia grave de que viria a morrer. Não pôde deter a fúria de Clélio, o filho que tomara o seu lugar na administração do engenho, do mesmo modo que a fome de José, da mulher e dos filhos não se conteve diante do vigia.

José veio outra vez pela comida. E nunca mais voltou.

Clélio e dois capangas, montados a cavalo, cada qual empunhando um rifle, decidiram fazer uma caçada. José era a caça. Como errassem a primeira descarga, José pôde escapar com uma perna arrastando a outra, pelo mato adentro, mato ralo, rasteiro, que não bastava para ocultá-lo. Os caçadores formaram um triângulo. Cada um ocupou uma ponta e José ficou no centro. Traçaram em seguida uma linha reta convergindo sobre o centro. E aí, ajoelhado, de mãos postas, invocando a Mãe Santíssima, a Virgem da Conceição e as Chagas de Cristo, José foi abatido friamente, como se abate um cão danado. O rifle de um dos vigias engasgara. Depois se soube, porque esse mesmo vigia confidenciara antes de sumir, que fizera de propósito para não atirar em um aleijado de mãos postas, chamando pela Virgem e pelo Cristo.

Espalhou-se a notícia. O velho Mata correu com toda a família para o lugar do sacrifício, mas não encontrou o corpo de José. Clélio tomara o cadáver e o atirara no cana-

vial de um engenho vizinho. Esse álibi grosseiro serviu para agravar a sua culpa, pois o vizinho, seu parente, estremeceu de medo e revelou:

– Quem matou o aleijado foi Clélio.

Lá estava o mato acamado, a marca de patas dos cavalos, as cascas de bala e o sangue de José bem no coração do Califórnia. Tudo isso, porém, não bastou para que o clã de Clélio o entregasse à justiça. É que do outro lado estava a Liga. E o ódio desse clã e de todos os clãs latifundiários contra o camponês que se rebela é capaz de apagar qualquer escrúpulo.

Esse crime, como outros, permanece impune.

Fez-se o enterro de José. O velho Mata, homem simples e piedoso, talhou com as próprias mãos, de um galho de pau cortado do seu sítio, uma tosca cruz e fincou-a no lugar onde o filho tombara. E como, daí por diante, dera para ir, com a família e um ou outro compadre, enfeitar a cruz de flores e ali rezar pelo descanso de José, foi colhido, numa dessas vezes, pela ausência da cruz e a presença de um capanga. E este recado:

– “Seu” Clélio mandou dizer pra acabar com essa ro-maria...

– Aqui o meu filho caiu morto.

– É! Mas o corpo está no cemitério.

– E a cruz? O que fizeram com ela?

– Ali está.

A dois passos estava o que fora a cruz: um pequeno monte de achas. O velho Mata tomou as achas, ajudado

pela mulher, como se tomasse os membros do filho mutilado, e disse ao capanga:

– Deus está vendo tudo.

Deu as costas para sair, mas o capanga o deteve:

– Escute o resto. Não venha mais aqui nem mande ninguém da sua casa. E estranho, muito menos, senão...

– Senão o quê?

– Quem vier vai se dar mal. Fica como ficou o aleijado.

– Eu não duvido, mas quem matou José, terá, um dia, o castigo. A mão de Deus é grande.

E foi-se abraçado com os pedaços da cruz.

Daí por diante, raro era o amigo que tinha coragem de ir à casa do velho Mata. Quanto a ser testemunha do assassinato de José, ninguém se oferecera. E se alguém era abordado dizia:

– Me tire disso. José já estava, a bem dizer, morto quando aquilo aconteceu.

Confiado na impunidade, Clélio deu novos passos para arrancar o velho Mata de seu sítio. Ele mesmo invadiu, com homens de sua confiança, o sítio daquele camponês para colher as laranjas e os cachos de banana. Proibia que qualquer morador o visitasse. E se era gente de fora, mandava buscar, escoltado por dois capangas, para interrogar, insultar e ameaçar.

Iniciou-se a ação de despejo contra o velho Mata. O processo civil serviu de pretexto para aguçar ainda mais a ira dos assassinos de José. O juiz tentava por todos os meios evi-

tar que se tocasse nessa ferida aberta. Qualquer alusão ao fato era rechaçada como impertinente e estranha à causa.

Por essa época, há um incidente entre um senhor de terras vizinho ao Califórnia e uma família de camponeses que acabava de entrar para a Liga. A polícia, comandada por um sargento, comparece ao local, mas não fica nisso. Açulada pelo clã do *major*, desloca-se de *jeep* para o sítio do velho Mata, que nenhuma relação, nem mesmo remota, tem com o caso, entra pelo oitão, viola a camarinha, joga os trastes de pernas para o ar, quebra os potes e as panelas de barro a coronhadas, criva as portas e as paredes de balas de fuzil, interroga, aterroriza, espanca, mata as crias miúdas do terreiro. Vai além. Agarra um dos filhos do velho, Manoel, passa-lhe pela cintura um laço de corda de agave e o prende à traseira do *jeep* que se põe em marcha. A velha mãe de Manoel, neta de índio, de caboclo do mato, paciente, estoica, habituada ao sofrimento, precipita-se atrás do filho, pede, grita, implora, tenta segurá-lo, mas nunca o alcança porque o *jeep* aumenta à marcha cada vez mais, até que ela perde as forças e se deixa ficar de joelhos, com as mãos para o alto, clamando pela Virgem. Manoel tem de aumentar o passo, de correr, de pular, equilibrando-se para não cair, mas finalmente cai, e é arrastado por cima de pau e pedra. A roupa se rasga, a pele se esfolia, o sangue começa a minar das pernas, dos braços, do peito, do rosto, mas da sua garganta não sai uma palavra, não se ouve um gemido. Nada. O sargento, o cabo e os soldados se divertem com a carreira, os saltos e os tombos de Manoel, que não resiste mais e perde os sentidos. Não passa, agora, de uma posta de sangue que rola desgovernada

por baixo da poeira que o *jeep* vai levantando de caminho afora. Três quilômetros durou o suplício de Manoel.

Um soldado, a mando do sargento, cortou de facão a corda, e o *jeep* disparou para a cidade. A missão fora cumprida.

Quem iria queixar-se ao delegado se o delegado era o sargento?

Veio o velho Mata com os filhos e levaram Manoel numa rede para casa. Quando voltou a si, estava deitado sobre um leito de folhas verdes de bananeira e trazia as feridas curadas com leite de mangará, que estanca rapidamente o sangue. Mas daí por diante, Manoel deixara de ser o mesmo homem. Sararam as feridas, e adoeceu a mente.

Mais uma denúncia. Mais um inquérito. O retrato do velho Mata e da família na imprensa. Como sempre, na crônica policial, que é a página social do camponês. E tudo acaba em nada.

Pela primeira vez, tenho diante de mim a velha Maria da Mata, como um bronze vivo, que diz tudo pelos olhos e quase nada pela boca.

– Vim pedir que o senhor retire a gente de lá.

O velho Mata atalha:

– Não é medo. É falta de sossego. Dia e noite. A gente sabe que a razão está com a Liga, mas não dão razão a gente.

Concordei com a proposta. O velho Mata mudou-se. E levou tudo o que pôde. Sem desistir da questão. Queria ver o fim. Fosse como fosse.

Manoel, porém, não viu nascer o sétimo filho, que tomou seu nome. A Liga levantou uma casa para ele noutras terras. Mas no dia em que teve a família agasalhada, foi até o local que dava para a estrada, onde a Liga se reunia, sentou-se, tomou a peixeira e, de repente, abriu a barriga de um lado a outro, tirou de dentro os intestinos e cortou em pedaços que atirava para longe, até cair sem dar um gemido. Conduzido às pressas para um hospital, o coração de Manoel deixou de bater na sala de cirurgia.

O velho Mata ainda está vivo para contar a sua história. E os netos, que são muitos, estão crescendo...

3.5 A RESISTÊNCIA COLETIVA

Foi somando a resistência de um e de outro camponês, aqui e ali – hoje Lao, amanhã o velho Mata –, que a Liga cresceu e se multiplicou, com tanta rapidez que surpreende e assusta, como observa Nelson Werneck Sodré. O camponês, antes da criação da Liga, lutava por instinto, se assim se pode dizer, porque não havia adquirido consciência política. Essas lutas se perderam no anonimato por falta de condições mínimas para repercutir fora do âmbito estreito e fechado do latifúndio, mas deixaram, não obstante, as suas marcas. A Liga veio dar sentido político à resistência do campesinato, tanto que dos exemplos individuais, isolados, passou-se aos coletivos, de ação coordenada, ganhando mais consciência e mais audácia.

Ilustraremos com três casos apenas, para não fatigar o leitor, colhidos, o primeiro, ao longo do movimento; o segundo, nos primeiros tempos; e o último, na etapa mais avançada, quando a sua detenção já consegue uma pressão mais forte, como acontece com as águas de uma represa.

No Nordeste, toda vez que um senhor de terras entendia de mudar um ramo de exploração por outro – por exemplo, a cana pelo gado, ou o foro pelo eito –, não encontrava, da parte do campesinato, nada além de uma ou outra desobediência, que facilmente se anulava. Intimidado verbalmente para deixar a terra ou trocar de condição, a regra era o cumprimento, no prazo estipulado, da ordem recebida. Com a consolidação da Liga, a coisa tomou rumo diferente. Começaram as lutas das formas já descritas no capítulo anterior.

A dos camponeses do engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, principiou pouco depois da fundação da primeira Liga e durou oito anos, servindo de exemplo para sensibilizar os moradores vizinhos, depois, os mais distantes, e finalmente, os que viviam nos confins do País. É o caso, para citar apenas um exemplo, da fundação da Liga Camponesa do Acre, no extremo noroeste do País, que limita com o Peru e a Bolívia. Em pouco tempo, aquela Liga, inspirada na da Galileia, já congregava nada menos que 3.000 sócios, numa região de muito pouca gente, quase toda ela dedicada à única atividade de real importância: a extração da borracha. Essa Liga é o esforço tenaz dos irmãos Borborema, cujo pai, nordestino da Paraíba, atraído pela febre da borracha, chegou àqueles confins, mas em

lugar da faca do seringueiro, empunhou o fuzil do guerrilheiro para bater-se, sob o comando do gaúcho Plácido de Castro, pela conquista do Acre.

A Galileia, em si, pouco significa. Trata-se de um velho engenho de açúcar de terras esgotadas, ladeirasas e com muito lajedo. Nos seus 500 hectares agasalha 140 famílias, a maioria das quais vivendo na miséria extrema, em um ou dois hectares. Ali iniciamos a nossa pregação aos primeiros camponeses congregados em uma Liga. Uma boa parte daquela gente tinha título de eleitor, o que lhes dava certa imunidade perante os chefes políticos locais. O proprietário, um absenteísta, só ia à Galileia no fim de cada ano, para receber os foros, tanto que o perigo da Liga em seus domínios foi denunciado pelos latifundiários vizinhos, e não por ele.

Iniciou-se, então, a luta no âmbito judiciário, com a notificação em massa dos camponeses para abandonarem os sítios, decorrido o prazo de seis meses. Aí estava a declaração legal da existência de arrendamento, que nos daria margem para conduzir o conflito por vários anos.

Mas não ficamos apenas nisso. Fizemos convergir para a Galileia a atenção não só dos camponeses que vinham de longas distâncias participar de suas Assembleias, mas a de todas as outras camadas populares. Desde o momento em que passou para o âmbito judicial e começaram a surgir as primeiras reportagens de jornalistas locais e do sul do País sobre os galileus de Pernambuco, a sua causa ganhou consistência. O esforço da reação latifundiária para fazer da Galileia “um caso de polícia” não vingou, mas vingou a nos-

sa tese de exibi-la com um caso de justiça. Aos poucos, a imprensa conservadora começou a perceber que ali se instalara, finalmente, o gérmen de um movimento capaz de despertar a consciência nacional para uma campanha em favor de uma reforma agrária sem convulsão social, sem violência, ou seja, uma reforma agrária superficial, em que o sagrado princípio da propriedade da terra não sofresse um arranhão. Desde que se pagasse em dinheiro e no ato da desapropriação das terras a serem revendidas aos camponeses a justa indenização pelo seu valor, real e atualizado – e nunca o histórico ou declarado para efeito de imposto –, nada mais humano, legítimo, digno e cristão. Por esse processo fácil de fazer passar para o bolso dos senhores das terras, exauridas ou mal utilizadas, o dinheiro do Tesouro, extorquido do povo, não tardaria a Liga, se tomasse esse caminho falso, a contar com o aplauso unânime da camada mais reacionária do País: os latifundiários. Tínhamos que resistir a essa manobra que acabaria por transformar a Liga em uma arma voltada, comodamente, contra os próprios camponeses. E resistimos. A tarefa não foi fácil, tendo em conta a inclinação natural do próprio camponês a possuir, a qualquer preço, o seu pedaço de terra, porque, para ele, isso representa a liberdade. Galileia serviu de caminho para forjar, na consciência dos camponeses da região, a idéia de que a reforma agrária não consiste na pura e simples desapropriação da terra, mas na sua entrega a quem nela trabalha sem outro ônus que não seja o de seguir cultivando-a com as próprias mãos. De tanto falar e escrever sobre isso, logramos, senão na prática, porque as condições subjetivas predominantes ainda não o permitiam, mas, em princípio, convencer a maioria do cam-

pesinato a não se deixar iludir pela promessa de obter um pedaço de terra contra o pagamento de um preço absurdo, com os juros inclusos, sob amortização parcelada, sujeitando-se ainda às exigências que não só lhe tiravam a liberdade de dispor da terra sem qualquer restrição, como também lhe impunham diversas sanções, suficientes para perdê-la, afora o trabalho, se uma dessas sanções não se cumpria. É preferível ser foreiro a vida toda a ser proprietário por pouco tempo. Foi com base nesse princípio, o da expropriação, que conseguimos impedir por quatro anos, o pagamento do foro dos galileus, e depois que as terras passaram ao poder da Companhia de Colonização, organizada pelo governo do Estado para administrar e redistribuir as terras que ia comprando nas áreas de maior tensão social, prolongar por outros quatro anos, a batalha judiciária, até que um outro mandatário, de mentalidade popular, sensível à luta dos humildes, simplesmente concordasse com a entrega das terras aos seus antigos e resistentes foreiros. A Galileia tornou-se, assim, conhecida, em todo o País, como o embrião da reforma agrária. Das terras, pobres e ladeirosas, e daqueles camponeses, unidos em torno da primeira Liga verdadeiramente filha de sua vontade, colhemos a chispa para alastrar o movimento pelo Nordeste. Com essa chispa iluminamos a consciência de milhares de camponeses. Se fôssemos reunir as reportagens e os artigos publicados sobre a Galileia e sua projeção no dramático cenário da Região, teríamos matéria para um grosso volume. Travaram-se debates acalorados no longo curso da luta dos galileus pela sua fixação definitiva nas terras onde viviam como foreiros. Para os reacionários, esse precedente era perigoso e nocivo à paz social uma vez

que os extremistas da esquerda poderiam, partindo dele, ganhar a confiança dos trabalhadores do campo e multiplicar por 10, por 100 e por 1.000 aquele núcleo, transformando todo o Nordeste em uma só Galileia, convulsionada e incontrolável. Para os reformistas, a Galileia refletia um estado de espírito semelhante ao que se formara, no século passado, corporificando-se, a partir de sua segunda metade, no movimento pela abolição da escravatura negra, com seu desfecho em 1888. Esse novo estado de espírito, à medida que se definisse e ganhasse impulso, levaria, inevitavelmente, o governo a promulgar, antes que o povo se levantasse, a reforma agrária pacífica, com flores, como ocorrera por ocasião da assinatura da Lei Áurea, que emancipara os negros. Para os revolucionários, a Galileia era nada mais do que o sinal de partida de uma longa e dura caminhada do campesinato brasileiro e seus aliados mais próximos e fiéis, os operários, além dos estudantes e intelectuais de esquerda, com o objetivo – inequívoco, bem definido e firme – de alcançar a reforma agrária radical, somente possível com a extinção do latifúndio e a entrega das terras aos camponeses.

A Galileia transformou-se, assim, em fonte de preocupação para os poderosos, mas em raio de esperança para os camponeses. O governo, precisando de se equilibrar entre as forças reacionárias, as reformistas e as revolucionárias, dosava a violência da polícia, quando já não era mais possível silenciar, ao mesmo tempo em que acenava com medidas demagógicas, como o plano de colonização agrícola, de revenda de terras e distribuição de sementes.

Para que se tenha uma idéia da importância adquirida pela Galileia, basta mencionar a visita que lhe fez Robert

Kennedy, quando esteve no Nordeste, em 1962, como Secretário de Justiça do Governo norte-americano. Ocorreu, na ocasião, um fato a que a grande imprensa deu ampla publicidade, colocando o governador do Estado, o usineiro Cid Sampaio, que se elegera com o voto das forças progressistas e de esquerda, em posição incômoda. Bob explicava ao velho Zezé, presidente da Liga local, que sua visita à Galileia fora uma sugestão do Presidente Kennedy, seu irmão, o qual gostaria de oferecer um presente aos galileus, numa demonstração de amizade. Chegou mesmo a lembrar:

– Um gerador de eletricidade, por exemplo.

O velho Zezé, sereno como sempre, correu a vista pela comitiva de que fazia parte o governador Cid Sampaio, e surpreendeu Bob com esta resposta:

– Se o motor vier, será bem recebido, mas o que a gente quer é que o Presidente dê ordem ao Dr. Cid para tirar a polícia da Galileia...

É que o governador, rompendo o pacto solene que fizera, durante a sua campanha eleitoral, de não permitir que a polícia fosse à porta do camponês para dirimir questões de competência da justiça, pacto em virtude do qual arrebatara a votação dos foreiros, pequenos proprietários e assalariados agrícolas do Estado, mandara abrir, na própria Galileia, um Comissariado de Polícia, usando o prédio da antiga casa-grande, onde já funcionava uma escola primária. Os galileus reagiram retirando os filhos da escola e isolando os soldados de tal forma que estes, também filhos de camponeses, se sentiam envergonhados. Essa decisão

daquele governador “progressista” fora tomada em represália à resistência dos galileus contra o seu demagógico plano de colonização, que visava dispersar os camponeses mais atuantes, a fim de amortecer o movimento e extinguir a Liga. A Galileia, de pés juntos como um só homem, repudiou o plano e intensificou a sua ação para alertar o campesinato contra essa manobra liquidacionista do governador. Houve dirigentes camponeses que se deixaram conduzir por esse canto de sereia, mas a massa se comportou com tanta firmeza que, em pouco tempo, desmascarava o chefe do Governo e os mencionados dirigentes.

Não tardou, assim, que a Galileia voltasse, mais uma vez, à página policial dos jornais, como foco de agitação, de desordem e de perigo para a democracia dos usineiros e latifundiários do Nordeste. Sobreveio, porém, em 1962, a eleição do novo governador, Miguel Arraes de Alencar, que contou com a aprovação dos galileus, dessa vez dispersos, em comandos bem organizados, por toda a zona canavieira do Estado e pelo Agreste, à cata de votos para esse candidato popular. Eleito, Miguel Arraes não só cumpriu ao pé da letra a promessa de afastar a polícia da casa do camponês como deu impulso ao movimento de politização intensiva e organização massiva dos foreiros e assalariados. Esse noivado durou apenas um ano, desfeito, como foi, pelo golpe militar de abril de 1964, que forçou o Presidente João Goulart a fugir para o Uruguai e fez o governador Miguel Arraes prisioneiro no solitário arquipélago de Fernando de Noronha.

Pelo que acabamos de ver, a luta dos galileus para não deixar as terras onde tinham raízes, decorreu sem os

extremos de violência que outros camponeses tiveram de enfrentar na mesma região.

Merece registro, por exemplo, o caso do engenho Prata Grande, no município de Amaraji, vizinho ao de Vitória de Santo Antão, onde, como já mencionamos, fica a Galileia. Ali pelo ano de 1956, as 60 famílias que ocupavam aquele engenho como arrendatárias foram notificadas pelos proprietários de que deveriam deixar os sítios. É que os donos daquelas terras, entre os quais, um agrônomo, todos eles absentéistas, estremeciam de pavor ouvindo a simples menção das palavras reforma agrária e Liga Camponesa. Imediatamente, os camponeses se socorreram da Liga. Inicia-se uma batalha judiciária que deveria durar vários anos, como a dos galileus, com a vantagem sobre estes de que aqueles tinham bons sítios e muitas fruteiras. Cientes de que as benfeitorias, por si sós, valiam mais do que as terras onde foram edificadas, os proprietários trataram de vendê-las juntamente com os camponeses de outros dois engenhos, à Usina Nossa Senhora do Carmo, sua vizinha. O usineiro, homem frio e sem escrúpulos, para comprar pela metade do preço os três engenhos, fez chegar ao conhecimento dos proprietários que estava inclinado a auxiliar os camponeses na sua luta, como única saída para ganhar a sua simpatia e impedir que o movimento da Liga se alastrasse por todo o município.

Uma vez logrado o seu intento, restava à Usina Nossa Senhora do Carmo expulsar os camponeses antes que a avaliação das benfeitorias fosse feita, e o juiz da causa, por sorte, um magistrado íntegro e sensível, desse o justo valor a essas benfeitorias. Assim é que, firmada no tabelião a

escritura de compra e venda, pago o preço e assegurada a posse, ordenou o usineiro que três vigias bem armados se deslocassem para o Prata Grande, foco da resistência, a fim de intimidar o cabeça principal dos camponeses. Como este fosse homem de brio, reagiu à afronta junto com outros companheiros, armados de espingardas e foices, travando-se, ali mesmo, no seu terreiro, uma luta encarniçada, em que tombaram um camponês e um vigia, enquanto os dois outros vigias desertaram, abandonando as armas, um deles com o braço decepado por uma foçada. Armara-se o pretexto para a ofensiva geral contra os camponeses. O usineiro, imediatamente, se entende com o governador do Estado, seu amigo íntimo e comensal, o general Cordeiro de Farias, que lhe fornece trinta "praças" bem equipadas de fuzil e metralhadora, sob o comando do tenente Sabino, já, naquele tempo, famoso como delegado de polícia pela violência e as atrocidades cometidas contra os inimigos da situação dominante. Com esse bando reforçado por outros capangas da Nossa Senhora do Carmo, Prata Grande é invadida. Sem experiência nem armas, os camponeses são surpreendidos, escapando, os que puderam, mato adentro, sumindo-se da vista de seus algozes pelas grotas fundas. Os que não têm tempo para fugir, são presos e torturados. Mulheres abortam com as surras de sabre e as coronhadas de fuzil. Nem os velhos nem as crianças são poupados. É então que chegam os tratores para arrancar as fruteiras e esmagar os casebres e lavouras, revolvendo a terra, destruindo qualquer vestígio de benfeitoria. Quando a noite tomba, Prata Grande é um deserto. Permanecem ali somente os soldados e os capangas fartando-se com as

crias abatidas, as frutas, o feijão e a farinha abandonados pelos camponeses. E dali só se afastam quando não resta mais uma só fruteira, um casebre ou uma cerca para destruir. Quem, algumas semanas depois, passasse pela Prata Grande se espantaria com o milagre da Nossa Senhora do Carmo: os vales, os sopês de ladeira e os cocurutos dos morros, tudo o que, pouco antes, eram ilhas risonhas de bananeiras e laranjais, de jaqueiras e cafezais, de extensas latadas de chuchu e de maracujá, não passava, agora, de um tapete verde formado pelos brotos vigorosos de cana que a terra fecunda alimentava. Os pobres emudeciam de tristeza e de amargura, vendo aquele tapete que deveria tingir-se com a cor do seu sangue, mas ao usineiro só faltava se esbojar por cima dele, de feliz e contente.

A causa dos camponeses da Prata Grande ficou perdida. É que a prova principal, a avaliação das benfeitorias, não podia mais ser feita. O crime cometido contra eles permanece impune. A imprensa refletiu como um eco distante o grito daqueles miseráveis que se dispersaram por toda parte como um punhado de pó atirado ao vento.

Alguns anos depois, precisamente, em 1962, participava eu, ao lado de Elisabete Teixeira, viúva de João Pedro Teixeira, o padre Alípio de Freitas, a advogada Ofélia Amorim e outros, de uma concentração de massas na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, quando se aproxima de mim um homem baixo, forte, de tez clara e olhos tranqüilos, e me pergunta:

– Ainda se lembra de mim?

Reconheci-o imediatamente.

– Se me lembro? Você foi da Prata Grande.

– Sim. Fui eu que terei o braço do vigia da Nossa Senhora do Carmo.

– E veio parar tão longe?

– O senhor sabe que o coronel João Pessoa de Queiroz é dono de Pernambuco. Se me apanha lá, me manda cortar os dois braços e as duas pernas. Eu ficaria como um toro de pau.

– E o que faz por aqui?

– Quando cheguei, era mudo como um toco. Não enfeitava serviço. Pensei que tudo tivesse se acabado na Prata Grande. Que essa história de Liga tivesse morrido naquele dia da invasão da polícia de Pernambuco e dos capangas da usina. Mas, passados os tempos, descobro Liga por toda parte. A Paraíba também está infestada. Campina Grande, Sapé, Santa Rita, Mamanguape, Ingá do Bacamarte, Itabaiana, Pedra de Fogo... Eu pertencço à daqui, a Liga da Dra. Ofélia.

– E os outros companheiros?

– Muitos vivem aqui. A desgraça reuniu a gente mais do que antes...

– O prejuízo de vocês foi muito grande. Desanimou muita gente.

– A gente fraca, sem-vergonha, que a de vergonha é forte e não desiste nunca. Estou na Liga por causa da vergonha.

– E da barriga.

– É! A barriga dá vergonha, mas também tira...

Como esse camponês de boa têmpera, há milhões no Brasil e na América Latina, esperando pelo dia em que se unirão para romper a grande marcha. O Nordeste, como já fizemos ver, reúne condições para se por na cabeça da coluna. Pernambuco e Paraíba, unidos pelas fronteiras, como irmãos gêmeos, pelo mesmo clima, a mesma geografia, o mesmo destino histórico, a mesma cultura, tinham que forjar, como forjaram, um tipo de homem que se assemelha em tudo: nos costumes, nos hábitos, nas aspirações, na resistência. Como a massa camponesa representa a maioria de sua gente, e é nela que iremos encontrar não só em quantidade, mas também em qualidade, os homens mais bem talhados para as lutas de libertação que, cedo ou tarde, romperão, aqui e ali, como consequência de um processo inevitável.

Exemplifiquemos, antes de encerrar este capítulo, com um episódio ocorrido na Paraíba, suficiente, por si mesmo, para demonstrar que a famosa índole pacífica, que os historiadores burgueses e reacionários costumam atribuir ao povo brasileiro, é uma inverdade e uma ofensa aos brios e à dignidade de nossa gente. O pacifismo não pode existir para os povos que sofrem toda sorte de injustiças e ainda morrem de fome.

Os camponeses paraibanos, animados pelo exemplo dos seus companheiros de Pernambuco, resolveram dar o grito de guerra contra o cambão. Para tanto, organizavam grandes concentrações e marchavam sobre os engenhos e fazendas conduzindo seus instrumentos de trabalho e cartazes alusivos à luta pela reforma agrária radical.

Essas marchas foram cobrando força e crescendo com tanta rapidez que, em pouco tempo, atraíram a atenção das grandes cidades do Estado e de seus setores mais progressistas, com os estudantes na vanguarda. Os latifundiários viam-se, assim, cada dia mais isolados. Porém, como eram a força econômica predominante, trataram de romper o cerco e paralisar a avalanche que crescia contra eles.

O pretexto, como sempre, foi fácil de encontrar.

Vejamo-lo.

Alguém, entre os camponeses, teve a idéia de pendurar um chocalho no pescoço do capataz de uma fazenda e fazê-lo caminhar à frente da multidão. Isso foi o suficiente para estremecer os vigias e capangas das várzeas do rio Paraíba. O chocalho no pescoço era a morte moral do capanguismo a serviço das usinas e fazendas. Essa idéia alastrou-se como um fogo de rastilho, atraindo as massas camponesas para as marchas contra o cambão. É que nunca faltava um pescoço de vigia para o chocalho que tilintava pelas estradas. Sem dúvida, esse processo, originalíssimo, fora mais feliz do que aquele que já vinham empregando os camponeses de Pernambuco na sua arrancada contra o latifúndio: fazer o vigia descer do cavalo, desarmá-lo e, depois de obrigá-lo a dar vivas à Liga e à reforma agrária radical, conduzi-lo à cidade e entregá-lo à autoridade, sob a acusação de portar, ilegalmente, uma arma de fogo. Os latifundiários sentiram que, ao vingar aquela idéia de pendurar o chocalho no pescoço dos seus capangas, terminariam eles próprios submetidos ao mesmo “suplício”. E reagiram. Coube a iniciati-

va aos Ribeiro Coutinho, os mais poderosos e influentes latifundiários da região, donos, praticamente, dos mais extensos canaviais plantados nas várzeas do Paraíba. Fernando Gouveia, gerente das usinas Santa Helena e São José, cumprindo determinação de Renato, chefe incontestável da família Ribeiro Coutinho, com o voto contrário – e único – de seu irmão Odilon, reuniu algumas dezenas de soldados e capangas, além de dois sargentos da Força Pública destacada no município de Santa Rita, um dos fortes redutos da Liga, e, à frente desse grupo bem armado de metralhadoras, fuzis e mosquetões, marchou para Miri, onde uma propriedade de terras abandonadas pelo seu dono estava sendo cultivada pelos camponeses. Levava consigo um chocalho com o propósito de pendurá-lo no pescoço de Antônio Galdino, sócio da Liga e presidente do Sindicato, antes de surrá-lo e expulsá-lo, assim como os demais camponeses daquelas terras. Antônio Galdino se opõe à humilhação e é abatido a tiros. Trava-se, então, uma batalha feroz e desigual, de foice, de enxada e de faca contra metralhadora, mosquetão e fuzil. Um camponês consegue silenciar a metralhadora de um dos sargentos jogando-se contra ele de faca em punho. Morto o sargento, a metralhadora passa para as mãos do camponês que, inutilmente, tenta manejá-la. Superiores em homens, mas inferiores em armas, os camponeses preferem o corpo-a-corpo, e assim levam vantagem. Tanto que a polícia e a capangagem terminam por fugir do local depois de um tiroteio que durou 40 minutos, deixando sem vida o gerente Gouveia, os dois sargentos, um soldado e um vigia. Do lado dos camponeses também caíram cinco.

Os feridos, ao todo, eram quinze. Na fuga precipitada, os atacantes abandonaram as armas e as viaturas. Os camponeses se apoderaram das armas e sumiram com elas, mas antes destroçam e incendiam os carros.

O governador do Estado, Pedro Gondim, aliado dos Ribeiro Coutinho, faz descer da capital para a região, sob o comando do coronel Luis de Barros, já célebre pelas suas atrocidades, nada menos de 200 “praças”, para assegurar a ordem e a lei dos usineiros.

O Comandante do Quarto Exército, General Justino Alves Bastos, que viria a se transformar, três meses depois, no carcereiro do governador Miguel Arraes de Alencar, fala à imprensa sobre os acontecimentos de Miri, pondo as forças sob a sua jurisdição de sobreaviso e prontas para intervir.

Os camponeses, porém, não se intimidam. Nada menos de 5.000 se reúnem na pequena cidade de Miri, para enterrar seus mortos queridos e gloriosamente sacrificados.

3.6 A LIGA E O EXÉRCITO

Aludimos, no final do capítulo anterior, ao Exército, posto de sobreaviso por ocasião do choque de Miri, interior da Paraíba, entre camponeses, de um lado, e soldados e capangas, do outro.

Quando se verificou esse sangrento encontro, em que a responsabilidade, como sempre acontece por toda parte, cabe à reação, sobretudo onde o latifúndio é a força pre-

dominante, as relações entre o movimento camponês e o Exército eram bastante delicadas.

No começo, porém, não foi assim. Como já referimos, a Liga Camponesa surgiu em janeiro de 1955, em Pernambuco, sob a nossa orientação política e ideológica, precisamente quando as forças reacionárias dirigidas pelo Partido Social Democrático e a União Democrática Nacional impuseram, uma vez mais, o candidato da sua preferência para governar o Estado, o general Cordeiro de Farias, ex-tenente da famosa Coluna Prestes, depois, interventor federal no Rio Grande do Sul, durante a ditadura de Getúlio Vargas, e por último, Comandante do IV Exército.

Esse militar de punhos de renda e voz suave, fundador da Escola Superior de Guerra e seu ideólogo principal, tornou-se conhecido como um hábil conspirador e inimigo intransigente dos movimentos democráticos e populares.

Não tardou que a Liga caísse no seu índice. Para desbaratá-la, nomeou como delegado de polícia de Vitória de Santo Antão, sede da Liga da Galileia, um dos mais arbitrários e violentos oficiais da Força Policial do Estado, o capitão Jesus Jardim de Sá, cuja ação não se fez esperar.

Em um dia de sábado, em 1956, depois de haver cortado os fios telefônicos entre Vitória e o Recife, imobilizado todos os carros de aluguel e feito o juiz sair da cidade, o capitão Jesus, com um cabo e onze soldados, toma de assalto a sede da Liga onde me encontro com alguns camponeses.

Expulsos estes a coronhadas, desafia-me ele a trocar tiros. Não tenho outro recurso a não ser aceitar o desafio, mas o que se segue é um rápido corpo a corpo em que

acabo sendo subjugado, metido a muque em uma viatura que ruma para o Recife. Arma-se o escândalo porque, como deputado estadual, eu gozava de imunidades. O Chefe de Polícia me põe em liberdade imediatamente, mas a Assembleia Legislativa se sente atingida, exige o afastamento do Capitão do seu posto e a abertura de um inquérito. O Governador não encontra saída. Faz-se o inquérito, presidido por um juiz, exigência também da Assembleia. É apurada a responsabilidade do Capitão, mas o juiz Luis Regueira Carneiro da Cunha, de integridade a toda prova, atrai sobre si o ódio dos mandões, e cai, pouco depois, barbaramente assassinado por Aníbal Varejão, prefeito de Jaboatão, advogado de latifundiários e ardoroso partidário do Governador.

Já o outro juiz, o de Vitória de Santo Antão, Nelson Pereira de Arruda, o mesmo que abandonara a cidade horas antes do meu sequestro, e sob cuja jurisdição deveria ser processado e julgado o Capitão Jesus, é chamado a Palácio e negocia com o Governador o arquivamento do inquérito mediante sua promoção e transferência imediata para a capital, preterindo outros colegas. Hoje é desembargador...

No sábado seguinte ao meu sequestro, voltei a Vitória para um ato de desagravo em companhia de dois deputados estaduais – dois dos oito que se comprometeram a ir, mas não foram. À caravana incorporaram-se também o General Viriato de Medeiros e o Tenente-Coronel Nadir Toledo Cabral, ambos do Exército Brasileiro, além de meus parentes mais próximos, amigos e partidários do movimento camponês. A cidade estava em pé de guerra. Nada menos de 250 “praças”, sob o comando de um oficial da Polícia

Militar, o Capitão Prazeres, e 50 capangas chefiados por Alarico Bezerra, o latifundiário mais temido do município, se dispuseram em torno da sede da Liga para aterrorizar os camponeses e o povo, interessado em tomar parte na manifestação. Esta se fez em ambiente de forte tensão. Um incidente provocado pelo soba Alarico deveria ser o sinal para o massacre da caravana, massacre que não se consumou graças à serenidade de um dos deputados, Miguel Arraes de Alencar, e à energia do outro, Veneziano Vital, que teve a audácia de atrair e prender no interior da sede da Liga o Capitão da tropa, quando o militar ordenava aos soldados que se preparassem para o fogo.

Na época em que esses fatos ocorreram, era Ministro da Guerra o General Henrique Teixeira Lott, que conquistara, um ano depois, grande prestígio popular, ao sair às ruas da capital da República à frente das tropas de sua confiança para sufocar o golpe que os setores mais reacionários das Forças Armadas, conjuradas com as cúpulas dos partidos derrotados, articulavam contra a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, recém-eleitos Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente.

Tornara-se, por isso, o general Lott, dentro do Exército, o chefe incontestável da legalidade constitucional contra o golpe que vingou, finalmente, em 1964, sob a orientação e a ajuda do Departamento de Estado norte-americano e da poderosa Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos.

Procurei, então, testar o legalismo do Ministro da Guerra em relação à Liga. Fui ao Rio de Janeiro. Conservei na

memória o diálogo que mantivemos no seu gabinete, em cuja mesa de trabalho havia a miniatura de uma torre de petróleo, símbolo, no Brasil, de nacionalismo econômico. Sabia que entre o Ministro Lott e o governador Cordeiro de Farias, as divergências sobre a política econômica do País eram profundas, pois enquanto o Ministro se batia pelo desenvolvimento independente do Brasil, o Governador adotava o princípio da sua submissão ao Fundo Monetário Internacional. Como consequência desse choque, que deveria acentuar-se cada vez mais, o general Lott, apesar de católico convicto e avesso ao comunismo, sofria, orientada por Carlos Lacerda, deputado federal e diretor do jornal Tribuna da Imprensa, uma campanha sistemática, que o colocava no mesmo nível dos marxistas em geral. Por isso, quando, no início do nosso diálogo, o general me observou que, pelo que sabia, eu era tido e havido, no Nordeste, como comunista, limitei-me a responder-lhe:

– Estou em muito boa companhia, Ministro.

Um leve sorriso iluminou-lhe o rosto muito corado. Quis saber o que era a Liga Camponesa e o que pretendia eu com esse movimento. Depois de ouvir-me em silêncio, comentou:

– Eu sei o que é não ter um pedaço de terra e ser expulso dele. Quando eu era criança, vi a minha mãe passar por esse transe. Nunca o esqueço. Compreendo, por isso, as suas intenções.

Depois de uma pausa para o café que acabava de chegar, perguntou-me de súbito:

– Sua Liga tem registro?

– Tem. É legalíssima. Está conforme a Constituição, o Código Civil e a lei de Registro Público. O juiz que despachou o processo chama-se Rodolfo Aureliano. É um católico intransigente e conservador...

Passei para as suas mãos o Diário Oficial com o resumo do Estatuto da Liga e o despacho do juiz. Olhou-o, devolveu-me e disse-me:

– Bem, a Liga tem tanto direito de existir como o Clube Militar. Que desejo o senhor do Ministro da Guerra?

– Já que o senhor fala no Clube Militar, o que desejo é que o Exército se comporte em relação aos camponeses do mesmo modo que o fez em relação aos escravos negros, quando se negou a ser capitão-do-mato dos latifundiários e escravocratas. Nada mais. E que o Governador do Estado de Pernambuco saiba disso.

– Se é apenas isso que o senhor pede, pode voltar em paz. O Exército respeitará a Liga. Quanto ao Governador do Estado, ele tem a sua política. Goza de autonomia.

Assim nos despedimos.

O Ministro cumpriu ao pé da letra com a palavra empenhada.

Desde então, comecei a marchar à frente dos camponeses sobre a cidade do Recife, com o duplo objetivo de ampliar a visão do mundo em que viviam e de atrair para eles a atenção, a simpatia e a solidariedade dos trabalhadores da capital, dos estudantes, dos intelectuais. Em síntese, de todos os setores mais avançados da sociedade.

A primeira dessas marchas, com cerca de 600 camponeses, teve como motivo a comemoração do Dia do Trabalho. Isso foi em 1957. Os camponeses confraternizaram com os operários, comeram com eles, assistiram a uma partida de futebol e a um espetáculo teatral.

Nunca tinham participado das festas do Primeiro de Maio.

A notícia espalhou-se pelos campos. A imprensa registrou o fato. Muitos dos camponeses integrantes da marcha ficaram marcados pelos donos das terras onde viviam, e sofreram punições de toda sorte. Isso não impediu que, no ano seguinte, se realizasse no Recife o 1º Congresso Estadual dos Camponeses de Pernambuco, com uma marcha, dessa vez, de 3.000 foreiros pelas ruas principais da capital e uma concentração na Assembleia Legislativa, que leva o nome de Casa de Joaquim Nabuco, em memória do grande abolicionista. Era o dia 13 de maio, data que marca a emancipação oficial da escravatura negra no Brasil. Daí por diante, essas marchas se tornaram frequentes, não só sobre o Recife, mas pelas cidades do interior onde a Liga já possuía núcleos mais fortes, sempre para comemorar uma data histórica e manifestar apoio a um acontecimento regional, nacional ou internacional.

Em 1960, a Liga ofereceu um espetáculo até então inédito no País: os camponeses, já bastante sensibilizados pelo trabalho de agitação política, decidiram, após as convenções de cada núcleo, adotar como candidato à Presidência da República o nome do general Henrique Teixeira Lott, autor daquelas palavras que divulgamos por

toda parte: "A Liga tem tanto direito de existir como o Clube Militar".

Sendo Pernambuco o berço da Liga, e o Recife, sua capital, a cidade mais importante do Norte e Nordeste do País, como centro político e industrial, nada mais justo do que a sua escolha para o teatro da concentração que ali se realizou naquele ano. Assim é que fizemos convergir sobre o Recife, procedentes do interior da Paraíba e de Pernambuco, nada menos de 10.000 camponeses, viajando, em sua maioria, de trem, enquanto outros 10.000 se apinhavam nas estações e pelas estradas, disputando um lugar. A Liga era pobre. Não dispunha de recursos suficientes para deslocar de uma só vez tanta gente a uma distância que variava entre 50 e 300 quilômetros. O espetáculo que o Recife assistiu foi dos mais empolgantes. Para representar o general Lott, à frente da grande marcha pelas ruas da capital pernambucana, veio do Rio Grande do Sul, o seu Governador, Leonel Brizola, que precisamente um ano mais tarde, viria a conquistar grande e merecida fama no episódio da renúncia de Jânio Quadros e da posse do seu substituto legal, João Goulart. Essa concentração, em que os camponeses foram reforçados pelos operários e os estudantes do Recife, tanto serviu para mostrar a vitalidade e o impulso do movimento camponês no Nordeste como para advertir a burguesia reacionária de que o latifúndio estaria com seus dias contados. Não estava. Nunca alimentamos ilusão a esse respeito. Foi com base naquela marcha de camponeses, conduzindo grandes cartazes alusivos à reforma agrária radical e gigantescos retratos das figuras, naquele momento, de maior significação política para o

Nordeste, o Brasil e a América Latina, que o governador do Estado, Cid Sampaio, partidário ardente da candidatura Jânio Quadros, convocou os usineiros, os comerciantes, os banqueiros mais reacionários e lhes arrancou quanto quis em dinheiro para derrotar o candidato da Liga e do Partido Comunista, como se passou a crismar o general Lott. Vencido este por uma margem de votos muito larga, não faltou quem atribuisse, como fatores essenciais de sua derrota, a tolerância do general para com a Liga, o seu anti-latifundismo, a sua intransigência com os barões do café de São Paulo e do Paraná, e a indiscutível simpatia, demonstrada em palavras e atos, pela sorte dos posseiros, dos camponeses e dos assalariados agrícolas, defendendo sem rodeios a permanência deles na terra, a existência de suas organizações e o voto para os analfabetos, ciente e consciente de que entre 80 e 90% dos que vivem nos campos do Brasil não sabem ler nem escrever.

Vitorioso Jânio, não tardou a revanche contra a Liga. Seu Ministro do Interior, precisamente, o general Cordeiro de Farias, incumbiu-se de executá-la. Começam, então, as batidas do Exército pelas choças dos camponeses, tanto na Paraíba como em Pernambuco, sob o pretexto de descobrir metralhadoras, fuzis e outras armas proibidas. Essas batidas se tornaram frequentes, não obstante jamais ter o Exército encontrado uma única arma de seu uso exclusivo, mas uma ou outra espingarda pica-pau, de caçar passarinho, além da foice, do facão ou da enxada, indispensáveis a quem lida com a terra. Não ficou nisso. O Exército passou também a prender os líderes camponeses mais ativos e a cerrar os olhos ante as arbitrariedades da polícia e da ca-

pangagem, reativadas em todo o País, bem como ao contrabando de armas, feito às claras, no Sul, Centro e Nordeste, pelas associações, federações e confederações de grandes senhores de terra. Os protestos dos camponeses perseguidos morriam como um eco nas portas dos quartéis e nos umbrais do Palácio do Governo.

Com a renúncia de Jânio, sobe Goulart. Há um desafogo para a Liga. É no início do seu governo que se realiza, em Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, o 1º Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, com a presença de 1.600 delegados, de nada menos de 20 Estados da Federação. Esse Congresso serviu para trazer à tona as forças que, antes, se batiam em surdina, polarizando-se e exigindo uma definição de cada cidadão brasileiro residente nos grandes centros. Os ânimos se exacerbaram daí por diante. Desencadeia-se a luta pela sindicalização rural no País, com a participação ostensiva e corajosa de grandes figuras nacionais, entre elas, a do Padre Francisco Lage, defensor dos favelados de Belo Horizonte; a do padre Arquimedes Bruno, do Ceará; a do deputado federal e famoso tribuno rio-grandense do sul, Rui Ramos, inspirador e dirigente máximo do Máster; e a do governador gaúcho, Leonel Brizola, que, desde aquele momento, se empolgaria cada vez mais pela campanha em favor dos camponeses sem terra, como já vinha fazendo na defesa da economia nacional, violentamente agredida pelo imperialismo norte-americano. Como consequência dessa definição e da polarização de forças, as contradições entre o latifúndio e o campesinato se aguçam, os choques se generalizam por todo o País e os conflitos sangrentos se

amiúdam. Ganha fama o Padre Vidigal, deputado federal e representante do setor mais reacionário do clero brasileiro, quando, em pleno Congresso Nacional, converteu com o acréscimo apenas de um “r”, a sentença de Cristo, a mais pacífica de todas elas, em um grito de guerra, para ser adotado pelos latifundiários do País, sem vacilação nem perda de tempo: “Armai-vos uns aos outros”.

Eles já estavam armados. E se armaram ainda mais. Como consequência disso, aumenta a violência contra os camponeses. Em abril de 1962, é abatido a tiros, numa emboscada, João Pedro Teixeira, o presidente da maior Liga do Brasil, a Liga de Sapé, no Estado da Paraíba.

Esse crime, como todos os outros cometidos contra o camponês, desafia a Justiça. Uma campanha se desencadeou por todo o País, exigindo a prisão e o julgamento dos assassinos. Elisabete Teixeira, a viúva do mártir que tombara abraçado aos livros e cadernos escolares destinados aos filhos pequenos (nada menos que uma dezena), saiu de Sapé e foi ao Rio de Janeiro clamar em nome de todos os camponeses oprimidos, de suas mulheres e de seus filhos, contra essas emboscadas frias, à luz do dia, sob o olhar indiferente – mais do que isso, conivente – da oligarquia sedenta de sangue dos humildes. Um dos filhos de João Pedro Teixeira, menor de nove anos, porque falou em vingar o assassinato do pai quando crescesse, recebeu uma descarga de chumbo no rosto e salvou-se depois de permanecer em um hospital, durante semanas, entre a vida e a morte. A filha mais velha do mártir camponês, uma jovem de 15 anos, esperou silenciosamente que a justiça se fizesse, e como a justiça não se fez, suicidou-se. Era Mi-

nistro da Guerra de Jango o general Segadas Viana, que se deslocara, logo depois desse bárbaro crime, para o cenário dos acontecimentos. Os latifundiários, não contentes com esse e outros crimes, foram pedir, como se não já estivessem armados até os dentes, a intervenção do Exército contra a Liga. É, então, que dou publicidade a uma carta àquele Ministro da Guerra. Transcrevo-a, nada mais, para que se faça uma idéia do que aspirávamos, na ocasião, e tínhamos o direito de esperar de um Exército que sempre se ufanou de suas raízes populares, do sangue dos índios, dos escravos e dos mestiços pobres vertido durante a guerra contra os holandeses.

Ei-la:

“Rio de Janeiro, 9 de abril de 1962.

Exmo. Sr. Ministro da Guerra:

Quando V. Exa. esteve, recentemente, na Paraíba, os jornais noticiaram com destaque que um grupo de grandes senhores de terra daquele Estado procurara V. Exa. e pediu a interferência do Exército contra as Ligas Camponesas, recebendo, como era de se esperar, a resposta de que a questão não podia ser colocada nesses termos. Acrescentam os jornais que V. Exa. foi além, ao declarar que o que se impunha era a reforma agrária, já tão reclamada pela Nação.

A resposta lembra-me o Marechal Lott, quando Ministro da Guerra, colocando-se ao lado dos posseiros contra os grileiros e a favor das Ligas Camponesas, porque no seu modo de ver, estando legalmente constituídas, valem tanto

quanto o sindicato operário, a associação de funcionários, o centro de indústrias ou o clube de oficiais.

Embora as nossas Constituições, desde a Primeira República, que Floriano, glória do Exército, consolidou, digam que todos são iguais perante a lei, isso não corresponde à verdade, Exa., pois, para os camponeses de nossa Pátria, não há lei, não há justiça, não há proteção, não há nada. Sempre foram tratados como párias, escravos, alimárias, impiedosamente espoliados, vendidos, expulsos da terra, que é o seu sonho, quando não são assassinados impunemente. O Código Civil faz da propriedade privada um tabu, um monumento erigido em favor do poderoso tubarão da terra. O Código Penal só existe, na prática, para o miserável. Há um conluio infame contra o camponês. Esse camponês sem terra ou de pouca terra, que forma a grande maioria da nossa gente, tem a Pátria como uma galé, como um tronco, como uma corrente presa ao pé, como um fardo sobre os ombros, de que só se liberta quando morre. É a sua aposentadoria. Dá o soldado para defender a Pátria. E vive na choupana, de tanga, como um índio. Dá a filha para o prostíbulo. E a cidade se diverte com essa pobre flor que nasce sobre o lodo – o latifúndio. Vai em massa para a Igreja. E a Igreja lhe oferece a outra vida como consolo. Planta para alimentar o soldado e o marechal, o vigário e o cardeal, o amanuense e o primeiro ministro, mas morre de fome. A fome nasce com ele, mas não morre com ele. Por quê? Porque a fome é a única herança que ele deixa para os filhos. Toda vez que se levanta, é Zumbi, é Balaio, é Cabano, é Antônio Conselheiro, é Felipe dos Santos, é Antonio Silvino, é Lampião. Bandidos ou fanáticos para o

latifúndio, para a família “cristã”, a lei, a ordem, tudo isso que está aí, apodrecido, arruinado, mas cada um deles é raio de esperança, vingança contra todos os delitos de que é vítima, desde os dias de embrião no ventre da mãe, dessa pobre mãe que aos trinta anos já é velha, sem esperança de mais nada.

Não satisfeito em escravizar esses quarenta milhões de irmãos nossos, o latifúndio abrevia o seu sofrimento arregimentando capangas para matá-los. Isso sempre se fez. Agora, porém, Exa., trata-se de organizar a capangagem sob os mais variados pretextos, todos com o mesmo objetivo, que é a defesa e manutenção do latifúndio. Dizem que a civilização “cristã” está ameaçada, que a lei e a ordem estão sendo abaladas, que a “democracia” corre risco, como se cristianismo fosse isso que está aí – o lucro de cinco mil por cento, a infância sem futuro, a velhice sem passado, a jogatina, o prostíbulo, o roubo de tudo, até da consciência. Como se “democracia” fosse essa farsa contra a economia do povo, essa ditadura disfarçada de legalidade, esse carnaval sem máscara, com o pobre catando no lixo os restos de comida que sempre sobram da mesa da família “cristã”.

Organizam-se as Farsul, as Fareng, as Frentes Agrárias, visando à proteção da propriedade privada da terra, isto é, do latifúndio, para que dois por cento dos brasileiros permaneçam na posse das terras cultiváveis do País, e somente dez por cento dessas terras sejam utilizadas, enquanto seus donos vão para o Senado, para a Câmara, para as Assembleias, para as páginas dos grandes jornais, para os extensos programas de televisão, para as missas em ação de graças e para as festas de caridade, atirar Cris-

to contra Marx. O certo é que nenhum deles tem Cristo no coração nem Marx na consciência, porque para cada um deles, o próximo de que falava Cristo é ele mesmo, e Marx é a ralé, é a canalha, é um caso de polícia que um Borer ou um Ardovino qualquer sabe como tratar.

Imaginam guerrilhas, e vão, sob a alegação de defender a ordem constituída, a ordem deles; o primado da lei, da lei deles; a civilização “cristã”, a civilização deles; buscar a proteção do Exército de Floriano para que lhes sirva de capitão-do-mato, enquanto intensificam a perseguição e a violência contra a massa camponesa. Já agora, no auge da sua crueldade, chamando não Cristo, que eles expõem em casa para ludibriar a boa-fé dos humildes e dos mansos de coração, mas o capanga, organizam sindicatos sob os títulos mais disfarçados, fazem caixinhas, adquirem armas de uso exclusivo do Exército, que o serviço secreto não pode ignorar sem reconhecer a sua falência, e assassinam os líderes camponeses que mais se destacam na luta pela sua bravura, senso de organização, patriotismo e solidariedade.

É o que está acontecendo com mais frequência na Paraíba. Em curto espaço de tempo, foram feridos vários líderes camponeses, e dois deles acabam de ser ceifados – um em Mamanguape, outro em Sapé. José Martins e João Pedro Teixeira são os mártires da luta pela reforma agrária. Sabe-se quem são os mandantes e mandatários. Exibem metralhadoras e mosquetões, portam armas de calibre .45, passeiam por toda parte enquanto se toma a espingarda pica-pau de cano de chapéu de sol, que o camponês carrega pela boca com um dedo de pólvora e cinco caroços de

chumbo. Breve tomar-lhe-ão até as foices e enxadas e arrancar-lhe-ão as unhas para que ele não tenha mais nada com que cavar a terra.

Isso está certo, Senhor Ministro? Se o Exército não desarma o latifúndio nem põe fora da lei o capanga sob a alegação de que lhe cumpre manter a propriedade privada da terra, estruturada de maneira feudal com todas as injustiças e crueldades, não tem direito de impedir que os camponeses também se armem para defender a vida e a liberdade, que são bens mais sagrados do que a terra. É o direito de legítima defesa, que se reconhece até para os animais. Se o Exército silencia diante disso, compactua. Se a Igreja silencia, compactua. Se a Justiça silencia, compactua. E o princípio constitucional de que são todos iguais perante a lei deve ser declarado letra morta. Volta-se, então, à pena do Talião – olho por olho, dente por dente. Ou ao conselho de Vargas – fazer justiça com as próprias mãos. Posta, nestes termos, a questão, Senhor Ministro, solicito a V. Exa. um pronunciamento franco à Nação antes que as massas desesperadas se lancem numa insurreição sem rumo, cumprindo a profecia de Thomas Jefferson: “É preciso, de vez em quando, regar a liberdade com o sangue dos tiranos”.

Ponha V. Exa. a mão na consciência de patriota e observe, Senhor Ministro, que a História não está com o latifúndio, mas com o camponês. Nossa Pátria nunca será livre, soberana e próspera enquanto houver um camponês sem justiça, sem liberdade.

Tome V. Exa. os termos desta carta não como uma ameaça, mas como uma denúncia.

Seu patricio humilde:

(ass.) Francisco Julião”.

Precisamente dois anos depois, na mesma data e mês, 9 de abril, outro Ministro da Guerra, o General Costa e Silva, respondia a nossa carta com o Ato Institucional número 1, em que se dá a razão e o triunfo ao latifúndio. O camponesinato perdia outra batalha e aprendia mais uma lição. Talvez a última...

3.7 A LIGA E A IGREJA

Com a igreja verificou-se precisamente o oposto do que se passou com o Exército.

De começo, a Liga contou com a sua resistência e o seu combate sistemático.

Conhecendo o arraigado sentimento religioso do camponês e o trabalho permanente desenvolvido pelas paróquias no sentido de amortecer a rebeldia das massas trabalhadoras, a Liga sempre evitou a luta aberta contra a Igreja. É que a Liga teria sido facilmente sufocada se tentasse o enfrentamento com uma Igreja ainda reacionária e insensível à sorte do camponês, uma vez que suas vinculações eram mais com o latifúndio, como outrora tinham sido com os escravocratas. Eu atentava para a queixa de Joaquim Nabuco, católico e liberal, quando, no século passado, estando acesa a campanha pela abolição da escravatura

negra no Brasil, assim se pronunciara: "Entre nós, o movimento abolicionista nada deve, infelizmente, à Igreja do Estado; pelo contrário, a posse de homens e de mulheres pelos conventos e por todo o clero secular desmoralizou inteiramente o sentimento religioso dos senhores de escravos. Nenhum padre tentou nunca impedir um leilão de escravos, nem condenou o regime religioso da senzala".

Não quero dizer com isso que todo o clero tinha os ouvidos tapados ao clamor dos camponeses sem terra, como também não é verdade que, na luta pela Abolição, um ou outro padre não tenha levantado a sua voz, até mesmo do púlpito, contra aquela mancha vergonhosa.

A máquina fora bem montada, e tinha tanto poder que facilmente reduzia ao silêncio o jovem pároco, com seu romantismo cristão, ou o velho vigário, de consciência ferida pelo remorso de tantos anos de omissão.

Não é fácil a um homem que levou 10 anos em um seminário, submetido à mais rígida disciplina, rebelar-se contra as regras, depois de haver jurado solenemente submeter-se a elas, de maneira total, absoluta; assim como é difícil, dificílimo, para um militar de carreira romper a hierarquia dos quartéis e vir colocar-se ao lado da rebelião popular contra a ditadura que se apóia exclusivamente na força das armas e só defende os privilégios da minoria.

Compreende-se, portanto, o porquê de os círculos operários católicos, orientados por párocos de mentalidade acanhada, se oporem, de começo, à Liga. O círculo formava um movimento restrito, sem vitalidade, que não transpunha os limites estreitos da paróquia. O padre temia o

choque com os terratenentes, que dominavam a vida do município, de modo que o círculo se movia dentro de um outro, rígido e inflexível: o do latifúndio.

Com o ímpeto adquirido pelo movimento camponês comandado pela Liga, a cidade foi invadida por uma massa que já não vinha somente à feira, à missa ou ao cemitério, mas ao juiz e ao prefeito, reclamar direitos ou desfilar pelas ruas com cartazes alusivos à reforma agrária, às grandes datas cívicas e aos acontecimentos de destaque, nacionais e mundiais. O resultado disso é que a Igreja, preocupada com o que se passava, agora, no campo, tomou a resolução de ampliar a sua ação, dividindo-se os padres e os bispos em duas correntes bem nítidas: uma reacionária, que tentava sufocar a Liga, denunciando sua ação como subversiva, perigosa, e a outra, simpática ao movimento, adotando, assim, uma posição inteligente, corajosa e progressista. Entre essas duas correntes, não faltou o padre que acendia uma vela a Deus e outra ao Diabo, falando uma linguagem revolucionária e radical para o camponês, enquanto se compunha, secretamente, com o latifúndio e o aparelho de repressão policial do Estado, na tentativa de conciliar forças antagônicas ou de somar quantidades heterogêneas.

Antes, porém, que as coisas atingissem esse nível, teve a Liga que abrir picadas, enfrentando os riscos naturais e inevitáveis que lhe oferecia um inimigo esperto, frio e implacável: o latifúndio. Contou, justiça se lhes faça, no princípio dessas caminhadas, com o apoio resolutivo de alguns pastores protestantes, de mais de uma seita, que, de Bíblia nas mãos, pregavam sobre a terra, a semente, o arado, a

seara, a colheita, o trabalho, valendo-se de imagens, símbolos e passagens dos dois Testamentos para conquistar adeptos e ampliar o seu campo de ação. Nada mais natural que a religião oprimida buscasse os oprimidos. A Liga via com simpatia esses pregadores, mas sempre adotou a tática de jamais dar preferência a essa ou aquela seita como nunca discriminou entre padres católicos, pastores protestantes, pessoas espíritas ou materialistas. É que a Liga só tinha por objetivo ganhar a adesão de todos, gregos e turcos, para golpear o latifúndio. Não há dúvida de que esses pastores protestantes colheram muitos peixes em suas redes, principalmente naqueles lugares onde a Igreja Católica, mal servida por padres intolerantes, comprometidos com os grandes senhores de terra, se recusavam a casar, batizar e confessar os adeptos da Liga, por considerá-la invenção do Diabo e manifestação do Comunismo. João Pedro Teixeira, por exemplo, pastor protestante, dirigia, como um líder incontestável, a Liga de Sapé, cuja esmagadora maioria de adeptos era constituída de católicos. Joaquim Camilo e José Evangelista, ambos protestantes, comandaram a Liga de Jaboaão, em Pernambuco, uma das mais ativas do Estado. E já que menciono esse nome, Jaboaão, a única cidade que chegou a eleger um prefeito comunista no Brasil, o médico Rodrigues Calheiros, narro aqui um episódio, ocorrido entre um camponês protestante, sócio da Liga, e um vice-prefeito daquela cidade, um dono de terras, episódio que indica, por si só, o grau de politização e o senso agudo do camponês. Era costume, toda vez que se inaugurava a sede da Liga numa cidade ou povoado, convidar as autoridades locais para comparecerem ao ato.

Dava-se, assim, uma demonstração pública de que se tratava de uma associação legal. Algumas autoridades faziam ato de presença. Outras se desculpavam sob mil pretextos. E muitas se negavam, sustentando que a Liga era subversiva porque queria mudar o sistema de leis existente, agitando os camponeses para atirá-los contra os proprietários de terras. Convidado a assistir ao ato de fundação da Liga de Jaboaão, o vice-prefeito local negou-se a ir, alegando que a entidade era comunista. O camponês, então, contesta com veemência:

– A Liga está dentro da lei. Foi registrada. Tem estatuto. O senhor pode ver.

Mas o senhor de terras volta à carga:

– O Diabo sabe como se veste. Põe roupa de ermitão para enganar, mas a gente olha para os pés dele, descobre logo que são de cabra. O Comunismo é como o diabo.

– Ora, patrão, não repare na minha ignorância, mas eu noto toda vez que aparece uma coisa para beneficiar o pobre, se diz logo que é Comunismo. Desse jeito, estão chegando terra pro Comunismo. Ele termina vingando...

– Você sabe o que é Comunismo?

– Não sei. Minha lei é outra. Eu sou da lei de Nosso Senhor Jesus Cristo.

– Então, eu lhe explico. Comunismo é tomar o alheio, ofender a mulher e a filha dos outros e empatar nossa religião. É essa a lei do Comunismo.

O protestante pensa um pouco e dá esta resposta, que ainda hoje corre de boca em boca pelo Nordeste:

– Pois se essa é a lei do Comunismo, já estamos nela. O senhor veja: o pobre arrenda uma terra, levanta casa, faz barreiro, planta fruteiras e edifica outros benefícios. Um dia, o patrão se zanga com ele, bota, a pé, pra fora e não indeniza nada. Toma assim o alheio. Se o pobre tem uma filha jeitosa, não falta um capataz, um senhor de engenho, um rico pra ofendê-la. Queixa não adianta, que rico não casa com pobre. Fica por isso mesmo. Eu, por exemplo, sou protestante, e a dona da terra onde moro é católica. Não posso fazer o culto na minha casa nem cantar os hinos da minha seita porque ela não quer. Está empatando a minha religião... Aí está, meu patrão. A Liga veio pra acabar com essa lei que o senhor diz que é a lei do Comunismo e criar uma outra, uma lei justa, que proteja o pobre.

É possível que a adesão dos protestantes à Liga, a sua penetração fácil entre os foreiros naqueles lugares onde os padres eram mais intolerantes e abertamente contrários ao movimento dos camponeses sem terra, tenha contribuído para alertar a própria Igreja e convencer os bispos, sobretudo do Nordeste, a encarar com outra visão o problema agrário. É que a Igreja, ante um conflito tão agudo, como o que aflora entre os camponeses, que, afinal, começaram a despertar, e os senhores de terras, que estremeciam, uns de cólera, outros de medo, diante da agitação e rebeldia de seus servos, não podia permanecer indiferente, silenciosa e comprometida com o latifúndio, tal como, no século passado, se portara ante a luta pela Abolição da escravatura negra. Afinal, o mundo mudara muito nos últimos 50 anos, e as transformações foram tão radicais que uma atitude

passiva resultaria em um prejuízo irremediável e, mais do que isso, em um crime.

Pio XI já advertira que o maior escândalo do século XIX foi ter a Igreja perdido a classe operária. Com base nessa sentença, o Padre Francisco Lage observou que a Igreja se isolava dos movimentos populares da América Latina e se convertia, assim, em aliada das oligarquias e dos donos do mundo. E outro Papa, um dia, dirá algo similar, porém mais grave: “O maior escândalo do século XX é que a Igreja perdeu a América Latina”.

Ali pelo ano de 1960, um bispo nordestino, o da cidade de Pesqueira, Pernambuco, alarmado com o avanço do movimento camponês, fora ao sul do País denunciar a miséria reinante nos campos do Nordeste, mas, simultaneamente, queixar-se de que o autor vivia perturbando a paz desses campos, dando ensejo a que lhe escrevesse uma carta aberta, sem arrogância, em tom respeitoso e elevado, carta que nunca mereceu a honra de sua resposta. Segue apenas o trecho sobre a paz.

“Há paz nos campos, Excelência. Eu bem sei disso. Odeio essa paz com o mesmo ódio que dedico à escravidão, ao atraso, à fome, à miséria e ao latifúndio. De que é feita essa paz? Essa paz é feita do silêncio de milhões de anjinhos que, ao invés de se agasalharem em casas higiênicas, com o tecido cobrindo-lhes a nudez e o leite nutrido-lhes o estômago, vão pelos caminhos e veredas, estendidos em toscos caixõezinhos, em busca dos cemitérios das vilas e cidades, todos eles simplesmente aniquilados pela fome. Essa paz é feita do silêncio que a mulher camponesa,

envelhecida aos 30 anos, tece com as contas d'água que lhe saem dos olhos diante da procissão macabra dos seus anjinhos de mãos entrelaçadas e olhos fundos, que a morte, sem piedade, vai ceifando. Essa paz é feita do silêncio do camponês, expulso pelo capanga, pela polícia e pela justiça do pedaço de terra onde nasceu, e que é carne, sangue e osso de seu corpo esquelético, vida de sua vida perdida, porque levantou, um dia, a voz contra o cambão, o aumento do foro, o exagero da vara, o vale do barracão e mil outras formas cruéis de espoliação do seu trabalho. Sou contra essa paz. Por isso, tenho agitado os campos de Pernambuco na mais nobre das intenções. Escrevo, falo, doutrino. Leia, Vossa Reverendíssima, os meus escritos. Venha dar-me a honra de ouvir de perto a minha pregação. E se houver uma palavra que fira as escrituras sagradas, eu também entrarei em silêncio”.

Queixas amargas contra a Igreja se espalham entre aqueles seus seguidores que não se conformam em ver bispos e padres omissos, temendo os poderosos e com eles coniventes. É que não basta pregar dentro dos templos. Esses templos não devem servir de caixa de ressonância aos oradores sacros que vão, depois, para o seu palácio ou a sua casa paroquial com a ilusão da consciência apaziguada.

Essas queixas têm tanta repercussão que levam um homem como o Prof. Paul Tillich, um dos maiores teólogos protestantes dos Estados Unidos, em convenção realizada em Nova Iorque, e de que participaram representantes árabes, judeus, cristãos e não cristãos, a lamentar “que o espírito de amor cristão se encontre com maior frequência entre os não cristãos do que entre os que fingem defendê-lo”.

No Brasil, não só há leigos, mas até mesmo bispos que fingem defender esse espírito de amor cristão, como, por exemplo, aqueles que escreveram “Reforma Agrária: questão de consciência”, livro tão comprometido com os interesses da burguesia terra-tenentista reacionária que recebeu o anátema de Gustavo Corção, chefe da corrente católica mais intransigente o ortodoxa do País.

Foram esses mesmos bispos que reuniram em torno de si os grandes senhores de terra do Paraná, com os seus pistoleiros e capatazes, na vã tentativa de frustrar os dois primeiros congressos camponeses, ali, realizados: um em Londrina, em 1960, e o segundo, em Maringá, em 1962, ambos inspirados na Liga Camponesa do Nordeste e graças à dedicação e ao trabalho obstinado do advogado Manoel Silva e do líder operário e camponês José Rodrigues, entre outros.

Devo, por questão de justiça, salientar que esse e outros exemplos de bispos comprometidos com o latifúndio não refletem a orientação geral do episcopado brasileiro, principalmente depois que subiu ao trono de São Pedro o Papa João XXIII, tão corajoso, tão sereno e tão lúcido. O grande pontífice, com a sua larga visão de mundo, tomou o ponteiro grande do relógio que marca as horas da Igreja e deu as voltas que a sua mão trêmula pode dar no sentido da História.

Ele quis que a Igreja trocasse definitivamente o silêncio dos claustros pela incerteza dos caminhos ásperos, como fez São Paulo, buscando, assim, anular a distância entre ela e seus fiéis mais humildes.

Eis por que na América Latina, mais do que no resto do mundo, a encíclica "Paz na Terra" fez estremecer profundamente a consciência dos cristãos e ruborizar a face de padres e bispos acomodados. Buscou-se, sem dúvida, torcer para um lado ou para o outro, o pensamento de João XXIII, mas a essência de sua mensagem permanece límpida, ardendo como a sarça de Moisés.

O que tem que fazer a Igreja, daqui por diante, para ajudar a construir um mundo sem a angústia da bomba atômica nem a humilhação das desigualdades sociais? Sabe-o qualquer padre ou bispo de uma única batina e pouco pão na mesa, depois do último Concílio Ecumênico: simplificar a liturgia, reduzir os sermões e desfechar, com todo o peso da sua autoridade, uma ofensiva radical contra os sistemas e instituições que mantêm os homens e os povos nos extremos da riqueza e da miséria. Já não é mera questão de consciência, mas de ação concreta na defesa intransigente dos humildes. Cabe-lhe, assim, aconselhar ao fiel que se omite, advertir o que foge e inclusive resistir à violência contra aquele que se nega a pôr em prática os princípios em que se assenta a sua razão de ser e pelos quais se imolou o próprio Cristo: dar sem pedir nada, renunciar sem amargura e confraternizar com alegria.

3.8 A LIGA E O SINDICATO

Quem, um dia, com a paciência de um Pereira da Costa, mestre no seu ofício, se der ao trabalho de pesquisar nos

arquivos da imprensa tudo o que sobre a Liga veio a lume, desde que nasceu, terá, forçosamente, de concluir que ela era assim como a ressurreição das pragas do Egito. O escândalo que se levantou contra a Liga nas páginas policiais, onde se detrata e se marginaliza a vida; depois, na crônica política; e, afinal, na do noticiário sobre o mundo, confirma que, ontem, como hoje e como sempre, ninguém move uma pedra dos limites de uma sociedade sem o risco de esmagar os dedos. A Liga passou a ser o saco de pancadas e o bode expiatório dos latifundiários de Pernambuco e de todo o Nordeste. Nada sucedia de mais grave no campo, como um incêndio de canavial ou um crime de morte que não se buscasse responsabilizá-la pelo acontecido, embora longe de aparecer um só de seus membros como implicado, direta ou indiretamente, no fato.

A primeira acusação séria contra a Liga, com o objetivo de varrê-la da cena nordestina, foi a de responsabilizá-la pelos incêndios de canaviais. Isso, já em 1955.

Para desmoralizar essa manobra, tomei a iniciativa de solicitar junto à Assembleia Legislativa de Pernambuco a constituição de uma comissão interparlamentar, assistida por técnicos da própria Secretaria de Segurança Pública, a fim de apurar as causas desses incêndios e apontar os responsáveis. Essa comissão nunca se reuniu. Daí por diante, todas as vezes que a acusação se repetia, eu não tinha mais que restaurar o pedido e insistir por uma nova comissão. A imprensa abria manchetes, sempre ruidosas, sobre esses incêndios, mas nunca tinha espaço para encampar a iniciativa de uma investigação completa a respeito de suas causas.

Por quê? Expliquemos.

Palha seca de cana é como pólvora. Basta a ponta descuidada de um cigarro, uma bucha fumegante de espingarda ou as fagulhas de uma locomotiva para inflamá-la.

Mas o verdadeiro incendiário de canaviais, o clássico, não é outro senão o usineiro ou o próprio senhor de engenho. João Fernandes Vieira tocou fogo nos seus canaviais das várzeas do Engenho do Meio, no Recife, para não entregar toda aquela cobiçada riqueza aos holandeses. Isso, há mais de trezentos anos. Em nossos dias, o usineiro nordestino incendeia seus partidos de cana para facilitar o corte das socas e ressocas onde não se faz a última limpa. E o senhor de engenho? Com o golpe que a usina lhe deu, bem mais rude que o da Abolição da escravatura negra, esse senhor entrou em acelerada decadência, como já acentuamos em outra parte deste livro. Ei-lo transformado em simples fornecedor de cana da grande central, de chapéu de Panamá na mão e até sem chapéu, nas antessalas da Delegacia do Instituto do Açúcar e do Alcool, choramingando por uma quota, ou no escritório do usineiro pedindo humildemente para moer sua cana. Cada safra é, para ele, um rosário de lamentações. Premido pela necessidade de saldar os compromissos dos fins de ano, as taxas escolares, as promissórias com os juros inclusos de 10% ao mês, muitos lançam mão como recurso extremo, do incêndio dos canaviais, para forçar o corte e receber antecipadamente o seu quinhão.

Numa daquelas ocasiões em que a Liga aparecia, em grandes títulos, como o fantasma que fazia arder os cana-

viais, narrou-me um deputado, líder da oposição na Assembleia Legislativa de Pernambuco, que, uma noite, viajando pelo interior, parara o seu automóvel para contemplar, maravilhado, um desses incêndios, com o espetáculo das chamas querendo lambar o céu. Como tivera a sua curiosidade despertada por um homem de chapéu de abas largas, montado a cavalo, e outros que, a pé, não desprestavam os olhos do incêndio, dirigiu-se para o cavaleiro e o interpelou sobre a cena.

Eis o diálogo:

- Estou fiscalizando o incêndio.
- Fiscalizando?
- Sim. Sou o chefe de campo da usina.

Tudo se passava por determinação da empresa.

Outro deputado estadual, usineiro e governista, sobrinho-neto de Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, que fora Ministro da Agricultura, no Império, e governador de Pernambuco em 1870, informava-me, quando crescia a ceuleuma sobre esses incêndios:

– Estou canso de tocar fogo em cana, para não perder tempo com o mato e a sapata.

O camponês, esse seria o último a incendiar um canavial. Sente-se injuriado se lhe atiram à face essa acusação. Mal remunerado, expulso da terra, surrado pelo capanga, comendo sardinha podre e farinha ordinária, ele recorre a esse tipo de vingança só se for um doente mental, um piromaníaco; e do piromaníaco nem Roma escapa. Isso é tão exato que, em dez anos seguidos de atividades legais, não

consta que um só filiado da Liga tenha sido processado ou condenado como responsável por tal delito. Agora, não sei. Os tempos mudaram. A Liga é, hoje, o que existe de mais subversivo no Brasil, tanto que foi a primeira organização de massas a ser posta fora da lei com o golpe militar de abril de 1964.

À margem dos incêndios, também se atirava sobre a Liga a responsabilidade pelos homicídios ocorridos no campo.

Certa vez, um senhor de engenho dos mais truculentos de Vitória de Santo Antão, berço da Liga, fora, em pessoa, ao mocambo de um dos seus eiteiros, intimá-lo a comparecer ao trabalho a que faltara durante dois dias seguidos.

Sai o miserável da choça com os seus trapos, a sua fome, a sua seza³ e uma quicé³ à cintura, como é de praxe. Do alto do seu cavalo, grita-lhe o senhor:

- Por que não veio mais ao eito?
- Doença, patrão. Muita doença...
- Doença? O que você é, é um cabra safado. Isso, sim!
- Safado, não, patrão. Eu sou casado e minha mulher me respeita.
- Você ainda me responde, cachorro?

Ato contínuo, açoita o rebenque e atinge o morador na face. O desgraçado, cego de ira, toma a quicé e investe contra o seu agressor, que saca o revólver e lhe dispara

3 Faca desgastada e inútil, às vezes com a lâmina partida ou sem cabo; canivete sem préstimo (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 1ª. Edição, Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2001). N.E.

toda a carga. Mas erra. A quicé é que acerta, uma só vez, na altura do umbigo do amo. Sentindo-se ferido e praticamente desarmado, o senhor tenta escapar, mas rola do cavalo e se ultima no terreiro do servo. Este foge, para maior desespero da mulher e dos filhos. A página policial da imprensa "sadia" abre manchete e "demonstra" que a Liga movera a mão do criminoso. Resultado: sou advertido por um promotor público de um município vizinho de que os parentes do senhor de engenho se reuniram em conselho de família e decretaram a minha morte, como cabeça da Liga, para resgatar o sangue de mais uma dessas "vítimas".

Tomo minhas medidas: um testamento político, uma apólice de seguro de vida e uma relação, feita a punho, dos nomes dos autores intelectuais do homicídio que não se consumou por motivos que até hoje ignoro. O morador desse senhor de engenho não era sequer sócio da Liga. Tratava-se de um eiteiro, e não de um foreiro, que formava o grosso do movimento.

Pouco depois, repete-se uma cena ainda mais brutal do que aquela. Em outro engenho, no mesmo município, um camponês fora receber do patrão o escasso e amargo fruto do seu trabalho de toda uma semana.

Os cálculos do senhor não se ajustaram aos do servo. Este, com palavras medidas e calmas, aponta o engano. O terratenente não se conforma e se sai com esta resposta:

- Pelo visto, você está me chamando de ladrão.
- Deus me livre, patrão. É que tenho a conta na cabeça.
- E eu, na ponta do lápis.

– Pois então, o senhor me desculpe, mas o seu lápis se enganou. Isso pode acontecer.

– Eu sei o que faço. Para isso fui à escola.

– É! Mas, patrão, quem sabe também erra.

– Certo ou errado, só pago pela minha conta.

– Sim, senhor. O patrão pode até deixar de me pagar.

– Não vivo de esmola.

– Reclamo o meu suor, patrão. Não é esmola.

Nessa altura, o terratenente atira o dinheiro que acabara de contar, segundo os seus cálculos, aos pés do morador. E grita-lhe cheio de cólera:

– Aí está o que lhe devo.

– Mas patrão, e o resto?

– Tome o resto.

Com essas palavras, levanta-se de súbito e esbofeteia o morador. Não fica nisso. Saca o revólver, que não chega a acionar porque o trabalhador lhe vibra, com uma peixeira, um golpe fulminante em pleno coração, e foge. Perseguido pelos vigias, é preso. Amarrado a um pau, espera que o levem à presença das autoridades ou que estas venham conduzi-lo. Não vêm as autoridades, mas dois irmãos da vítima, que o alvejam a tiros de revólver, assim manietado. Seguem os dois cadáveres para a cidade com a versão de que o senhor de engenho e o morador se mataram a duelo de revólver e peixeira.

Acontece, porém, que a notícia exata do fato transpira, mas é abafada pelas autoridades.

Um irmão do camponês assassinado, um artesão que vivia na sede do município, corre à minha casa, alta noite, para não ser visto, e me pede:

– Pelo amor de Deus, não diga nada. Fui ameaçado de morrer como o meu irmão, se abrir a boca. Ele deixou muitos filhos pequenos, que eu vou criar. Se me matam, não resta mais quem tome conta dos filhos dele nem dos meus.

E eu não falei.

Ainda hoje tenho a consciência pesada pelo silêncio que me foi imposto por aquele artesão, quando me repetia, angustiado:

– Não posso morrer agora!

Que faria o leitor no meu lugar?

O número de camponeses que buscavam a Liga crescia rapidamente. Todos tinham sede de justiça. Para a maioria deles, justiça era vingança, palavra que, para eles, variava de sentido. Uns se contentavam com o simples fato de forçar o senhor de terras a comparecer perante o juiz. Outros acreditavam que, cedo ou tarde, uma mão poderosa e implacável se abateria sobre aquele senhor. Os mais realistas, porém, confessavam que o sangue do inocente só se vinga com o sangue do culpado. Muitos destes vieram entregar-me a mulher e os filhos com este estribilho:

– Só me resta uma saída: matar o patrão e cair no oco do mundo.

É que o patrão, cego de ira contra o camponês que se guiava pela Liga, recorria às medidas mais drásticas, como destruir-lhe a casa e a lavoura, de modo que nada

mais restasse ao foreiro rebelado para agasalhar a família e sustentá-la.

Requeria tato e paciência demover de seus propósitos homicidas o camponês que se via, da noite para o dia, sem mais nada. Obter outro sítio ou comprar-lhe um pedaço de terra nem sempre bastava para aplacar-lhe a sede de vingança. A Liga tinha exata consciência de que o caminho mais seguro para atingir os seus objetivos não era uma linha reta, mas curva, com altos e baixos, marchas e contramarchas.

Essa conduta dava margem a toda sorte de especulações. Os donos de terra menos afortunados costumavam perguntar:

– Por que a Liga não ataca o usineiro?

Eis a resposta: em primeiro lugar, a Liga não é sindicato, e na usina não há foreiro, mas assalariado agrícola, a maioria instável, como ave de arribação que pousa, depois levanta vôo e some. Em segundo lugar, a usina é muito poderosa para ser atacada de frente. É como uma fortaleza bem vigiada. Há que preparar um cerco demorado antes de assaltá-la. O mesmo não acontece com o dono de terra que só tem foreiro ou mais foreiro do que eiteiro. Vive de renda dos sítios, não de uma indústria organizada, com capacidade para se defender e também atacar. O latifúndio do absenteísta, improdutivo, é um alvo seguro, vulnerável, com os flancos abertos. Devemos sempre começar por ele, como faria qualquer exército em face do inimigo concentrado. Esta é a estratégia mais correta. A usina se atinge na etapa mais avançada da luta, quando o movimento cam-

ponês, pelo seu crescimento irresistível, sensibiliza os setores mais ativos da cidade, como os operários, os estudantes e a intelectualidade, e os leva a também se interessar pela sindicalização rural. Aí, se assalta a fortaleza. A usina já não resiste. E cai. Isso ficou claramente demonstrado em Pernambuco, o único estado do País onde a sindicalização rural se fez tão rapidamente que colheu os usineiros de surpresa. Foi uma operação fulminante. A Liga, durante anos, preparara o terreno, politizando a massa camponesa e, junto com ela ou através dela, a dos assalariados agrícolas. O governo popular de Miguel Arraes deu mão forte à organização do sindicato rural. A ofensiva nesse sentido contou com o entusiasmo e a disputa entre a Liga, a Igreja e o Partido Comunista. Foi uma maratona sem obstáculos, pois onde quer que chegasse um dos três corredores, já encontrava os trabalhadores esperando como se se tratasse de uma festa. E era uma festa! Ninguém tentava deter a onda que crescia. Seria inútil. O interesse em sindicalizar esses trabalhadores chegou a ponto de suscitar choques entre a Liga, a Igreja e o Partido, choques curiosos, pois ocorria, às vezes, que dois processos de sindicalização referentes a um só município davam entrada quase ao mesmo tempo junto à Divisão do Ministério do Trabalho competente para recebê-lo.

Foi a partir desse momento que se levantou uma campanha, sem dúvida, com inteligência, visando à extinção da Liga. Argumentava-se que a Liga não tinha mais razão de ser, uma vez que o movimento de sindicalização rural fora, finalmente, desencadeado por todo o País com o apoio e o estímulo dos setores progressistas da Igreja e do

próprio governo de Goulart. O seu papel histórico consistia, segundo os liquidacionistas apressados, em despertar o campesinato para a sindicalização em massa. Foi assim que nos vimos, de repente, entre dois fogos: de um lado, o latifúndio, com o seu ódio secular contra o camponês que se organiza e toma o caminho da luta pela reforma agrária radical, isto é, pela passagem das terras para as suas mãos; e do outro, o reformista, que defende, em princípio, a extinção do latifúndio, mas, na realidade, se interessa e se bate, antes de tudo, pelo salário e todas as demais conquistas sociais trabalhistas, pondo, assim, em segundo plano a questão da posse da terra. A Liga lutava pelas duas coisas ao mesmo tempo – terra e salário –, mas sobrepondo a terra ao salário, de maneira a não criar no campesinato a ilusão de que todo aquele que tenha salário terá a terra. Os salaristas ou economistas levavam, sem dúvida, uma vantagem inicial sobre os revolucionários, os liguistas, pois tinham em seu favor uma poderosa máquina, a máquina do governo, conjugada com a larga experiência e a ação ininterrupta que, nesse terreno, lhes ofereciam os sindicatos operários das cidades. A Liga tinha razões para temer que a luta pura e simples pelo salário amortecesse ou anulasse o impulso do camponês no sentido de conquistar a terra, que é o objetivo fundamental.

Goulart, que presidira a sessão de encerramento do grande Congresso Nacional dos Camponeses, em Belo Horizonte, compreendeu que só havia uma maneira de frear o impulso do homem do campo: sindicalizá-lo para submetê-lo ao controle do próprio governo. Deu o passo definitivo nessa direção, criando, para tanto, um organismo, supervi-

sionado por políticos ambiciosos por aparecer como líderes dos trabalhadores do campo desde que não se desviassem dos limites por ele traçados. Exemplo perfeito desse tipo de liderança, pela sua docilidade ao Presidente e seu comportamento demagógico para com os camponeses, foi o do Superintendente da Supra⁴, João Pinheiro Neto.

A fim de alertar os camponeses e assalariados do Nordeste e do País sobre essa questão, evidentemente delicada, sobretudo para uma massa rural sem quase nenhuma tradição de luta pela terra e miseravelmente sacrificada em seus salários e outros direitos correlatos, redigimos o documento “**Bença, Mãe!**”, a que demos ampla publicidade, depois de lê-lo para uma multidão de 10.000 pessoas, cuja metade era composta de camponeses e assalariados, concentrada na Praça General Dantas Barreto, na cidade do Recife, precisamente no dia 2 de janeiro de 1964, ocasião em que se comemorou o 5º aniversário da vitória da Revolução Cubana.

Ei-lo, na íntegra:

“1 – Temos dito e repetido: quem for da Liga entre para o Sindicato, e quem entrar no Sindicato, fique na Liga. Não é de agora que falamos isso. É de longe. Está no “Guia

4 Até o golpe militar de 1964, o órgão responsável pela Reforma Agrária chamava-se Superintendência da Reforma Agrária (Supra). O recém-instalado regime militar, ainda em 1964, editou o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 1964), criando, no mesmo ato, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), em substituição à Supra. Dois anos depois, em 4.11.1966, o Decreto nº 59.456 instituiu o chamado Plano Nacional de Reforma Agrária, que nunca saiu do papel. N.E..

do Camponês”, no “ABC do Camponês”, na “Cartilha do Camponês”, na “Carta de Alforria do Camponês”. É só pegar e ler.

2 – A Liga é a mãe do Sindicato. Foi de suas entranhas que nasceu esse filho. Por isso, ela tem que cuidar dele, e ele, dela, como a mãe cuida do filho e o filho cuida da mãe. Têm que andar juntos. Sofrer juntos. Vencer juntos. A mãe que abandona o filho é desnaturada. E o filho que deixa a mãe é ingrato. Por isso, a Liga quer estar sempre perto do Sindicato. Para ensinar a ver o bom caminho. Para aconselhar quando ele estiver errado. Para tirá-lo do mau guia que bota na perdição. E o Sindicato, para mostrar que é bom filho, tem que lhe estender a mão todo santo dia, e dizer para ela: “Bença, Mãe!” E escutá-la com atenção. Sim. Porque assim como a mãe quer ver o filho forte e sadio, a Liga quer ver o Sindicato forte e sadio.

3 – Para que esse filho nascesse, a Liga sofreu muito. O parto foi doloroso. Ela teve que caminhar sozinha, partindo da Galileia para o Brasil. Mudando de nome. Perseguida. Faminta. Esfarrapada. Vendo tombar pelo caminho, nas emboscadas, os seus fiéis soldados. Como João Pedro Teixeira, de Sapé, e muitos outros. Fez passeatas. Entrou pelas Assembleias de deputados. Pelos palácios dos governos. Realizou Congressos, como o do Recife, em 1958, o de Londrina, em 60. Valeu-se do operário, do estudante, do jornalista, do escritor, de todo o mundo que tinha vergonha na cara e amor aos humildes. Foi a campeã no Congresso Nacional dos Camponeses de Belo Horizonte, em 1961, com delegações de vinte estados, mais de 1.600 delegados, do Norte, do Centro, do Sul, do Leste e do Oeste. O Presi-

dente da República esteve lá. Esteve o Primeiro Ministro. E o Governador de Minas. E o Prefeito de Belo Horizonte. E o Ministro Gabriel Passos, cuja morte a Nação ainda chora. Até o Santiago Dantas, que era também ministro, lá esteve. E mais de 30 deputados federais. E milhares de operários e estudantes. E o povo. A Liga, então, gritou nas barbas do Presidente, do Primeiro Ministro, do Governador de Minas, dos deputados, de todo o mundo: “Reforma Agrária Radical, na lei ou na marra!”. Um gaiato perguntou a um dos seus soldados, um camponês de Jabotão: “Você não acha que a gente deve fazer essa reforma agrária por etapas?” E o camponês, como um bom soldado da Liga, respondeu na bucha: “Só vai na tapa!”

4 – Vendo tudo aquilo, o Presidente, o Primeiro Ministro, os deputados, os mandões da república (com “r” pequeno, porque só será República com “R” grande, quando for popular, isto é, do Povo, da Liga, do Sindicato) cochicharam entre si: “É preciso acabar com essa agitação. Este Congresso de camponeses é uma séria advertência. É um convite à Revolução. Ou se dá um osso ao camponês ou ele se levanta e toma as terras. E tomando as terras, toma o poder. E adeus, sossego!”

Assim disseram os pais da Pátria, os donos das terras, das fábricas, dos bancos, do comércio por atacado. E ainda confabularam: “Já não se pode mais acabar com isso no pau. É muita gente. A maré encheu. A questão social não é mais caso de polícia. O problema camponês já não pode ser mais resolvido pelo capanga, pelo inspetor de quartirão, na boca da fornalha, no porão do açude, a coice de fuzil”.

5 – Foi, então, que a sindicalização saiu do papel, da lei morta, para ser uma coisa viva, controlada pelo Ministério do Trabalho, debaixo da asa da Igreja. O Ministro do Trabalho bate nos peitos e berra: “Eu sou o pai do Sindicato”. E diz para a Igreja: “E a senhora é a mãe!”. Mas é só na vontade. O Ministério pode ser o padrasto. E a Igreja, a madrinha. O pai verdadeiro é o Povo. Este sim, tem a consciência segura de que gerou tal filho. E a mãe, como já foi dito, é a Liga. Sem a união do Povo e da Liga não teria, jamais, nascido o Sindicato Rural. E se nascesse de outro pai ou de outra mãe, seria um aleijão, um aborto, um monstro que não se criaria.

6 – O Povo tem o dever de sustentar a Liga e de defender o Sindicato Rural. Os dois, a Liga e o Sindicato, seguirão unidos, cada qual levando o seu fardo, mas pelo mesmo caminho e para o mesmo destino.

7 – O Sindicato organizando, pedindo mais salário, décimo terceiro mês, férias, aposentadoria, indenização, escola, hospital, maternidade, casa decente. E uma volta, outra não, fazendo greve, para encostar o latifúndio no canto da cerca, acabar com a goga dessa gente. A greve tem gosto de fel para o patrão, mas para o proletário, é doce de coco. A greve não é invenção de rico. É invenção de pobre, de operário, de quem trabalha, de quem sua para ganhar o pão.

A LIGA, que não depende do Ministério do Trabalho, vai na frente abrindo o caminho, fazendo a picada, e gritando para o SINDICATO, para o latifúndio, para o governo, para todo o mundo: “O salário é bom, mas não

resolve. O décimo terceiro mês, também não. Tudo serve, mas não basta. É migalha. O que resolve é a terra. Isso sim! Enquanto houver camponês sem terra neste País, haverá LIGA. Porque terra é pão. E pão é paz. Para ter pão, é preciso ter terra. E para ter terra, é preciso fazer a reforma agrária radical. Vejam bem: A RADICAL! Não é qualquer reforma. Nem a de Jango. Nem a de Juscelino. Nem a de Lacerda. Somente a RADICAL. E esta Reforma, a única que serve ao camponês, não sai na lei. Só sai na marra. Somente a reforma agrária radical arrasta as outras atrás de si, como a locomotiva arrasta os vagões.

8 – Do jeito que o Sindicato luta pelo SALÁRIO, a LIGA luta pela TERRA. O SALÁRIO é como um copo d’água. A TERRA é como a fonte que enche o copo. O SALÁRIO é como uma xícara de café. A TERRA é como o cafezal. O SALÁRIO é como um raio de luz. A TERRA é como a madrugada. O SALÁRIO é como um torrão de açúcar. A TERRA é como o canavial. O SALÁRIO é como um ponto de partida. A TERRA é o fim da viagem. O SALÁRIO é a promessa. A TERRA é o milagre. O SALÁRIO é a esperança. A TERRA é a liberdade.

9 – Repetimos para que todo camponês grave bem na lembrança: quem for da Liga, entre para o Sindicato, e quem entrar no Sindicato, fique na Liga. É mais seguro andar com duas armas do que com uma só. A Liga é a foice. O SINDICATO é o bacamarte. O latifúndio é a onça que tem sede de sangue. Desde que o Brasil é Brasil, que ele devora camponês. E nunca mata a fome. Está ainda fornida, mas já acuada. Vamos acabar com ela. A Liga de

um lado. O Sindicato do outro. Se o bacamarte negar fogo é só pegar na foice. E a luta continua!

10– Para isso, é preciso que o camponês não se iluda com o salário, mas lute pela terra. Aquele que luta pela terra, luta pelo poder. Porque o poder vem da terra em forma de pão ou de petróleo. Pão quer dizer camponês. Petróleo quer dizer operário. Os dois unidos, o camponês e o operário, são a pólvora e a chama, o sol e a chuva, a bandeira e o hino, a PAZ e a LIBERDADE, a PÁTRIA e o FUTURO!

11– E para findar, uns conselhos:

a) Onde houver uma Liga, camponês, funda um Sindicato, e onde houver um Sindicato, funda uma Liga.

b) Dá também tua ajuda à Cooperativa, que tem um bom lema: “todos por um e um por todos”.

c) Comparece toda semana, quando fores à feira na cidade ou na vila, à sede da tua Liga, do teu Sindicato, da tua Cooperativa, para saber das novidades, ouvir teus dirigentes, fazer tuas queixas, reclamar teus direitos e cumprir com tuas obrigações.

d) Não te esqueças nunca de que teu maior amigo é o teu irmão de sofrimento, aquele que não tem terra ou tem pouca terra, e não sabe como vai ser o dia de amanhã para ele, a mulher e os filhos.

e) Não escutes a voz daquele que disser: “É preciso sofrer na Terra para alcançar a salvação no Céu”. Isso é mentira, porque quem assim fala, tem a barriga cheia e a vida folgada.

Nem daquele que falar assim: “O mundo está dividido entre ricos e pobres. É Deus quem quer”. Outra mentira. Quem quer isso é o latifúndio, é a burguesia, é o imperialismo, para viver montado no espinhaço do pobre, bebendo o seu sangue, como a onça ou o morcego, e só deixando os ossos.

f) Nunca digas: “É Deus no Céu e os homens ricos na Terra”. Isso é fraqueza, é atraso. Diz sempre: “É Deus no Céu e a união dos pobres na Terra”.

g) Quando o teu irmão estiver sendo atacado pelo latifúndio, pelo capanga ou pela polícia, a seu mando, vai em socorro dele, mesmo com o risco da tua vida. Isso é o que se chama solidariedade. É assim que se forja a união. É por caminhos duros que se conquistam a liberdade e a paz.

h) Prepara-te com os teus irmãos para invadir a terra desocupada porque a terra existe para ser cultivada. É assim que se mata a fome do povo. É assim que se faz a boa justiça.

i) Se o latifúndio derrubar a tua casa ou arrancar a tua lavoura, junta os teus irmãos e derruba a casa dele e arranca a lavoura dele, aplicando a lei de Moisés: “olho por olho, dente por dente”.

j) Se o latifúndio meter o gado no teu roçado contra a tua vontade, junta os teus irmãos, retira o gado e leva à Prefeitura a fim de tomar providências e punir o invasor do teu roçado. Se o latifundiário não for punido e invadir o teu roçado pela segunda vez, prende uma cabeça de gado, a mais gorda, abate no teu terreiro, faz uma festinha e vai com os teus companheiros buscar o latifundiário e a família dele para comer o churrasco. Não adianta procurar a

Justiça para te indenizar os prejuízos e meter o latifundiário no xadrez, porque não há justiça para o pobre nem latifundiário no xadrez.

k) Funda mais Liga e mais Sindicato e mais Cooperativa para acabar com o foro, a meia, a terça, o cambão, o capanga, o vale e outras correntes que te prendem ao latifúndio, porque a terra deve ser de quem trabalha nela.

l) Se um capanga matar um irmão teu, seja ele da Liga, do Sindicato ou da Cooperativa, podes matar o capanga, porque não é gente, é bicho.

m) Não esperes muita coisa da Justiça, porque a Justiça é de classe, há poucos juízes com os pobres, e muitos com os ricos, comendo do bom e do melhor e aplicando uma lei que não é a tua lei.

n) Mantém a tua foice sempre bem amolada atrás da porta para te defenderes da agressão do inimigo: o capanga e a polícia a serviço do latifúndio.

o) Faz economia, aperta mais o teu cinturão, compra uma "ferramenta" e esconde, para, um dia, ajustares contas com todos aqueles que mataram os teus pais, os teus avós, de fome, que ainda te perseguem e te humilham todo santo dia, usando até o nome de Jesus Cristo, que foi crucificado por eles.

p) Sempre que alguém chegar à tua porta e provar, com a carteirinha, que é da Liga ou do Sindicato, recebe essa pessoas como um irmão, e escuta o que ele tem para te dizer, seja de outro município ou de outro estado.

q) Respeita a mulher e as filhas dos teus companheiros como se fossem tuas irmãs e tuas filhas.

r) Se és delegado do Sindicato ou dirigente da Liga, não deves beber, nem jogar, nem freqüentar certos lugares, porque o inimigo não dorme, e está sempre alerta para te apanhar de surpresa, te vencer pelo vício e depois te desmoralizar aos olhos de teus próprios companheiros.

s) Se tu és devoto do Padre Cícero do Juazeiro ou de qualquer santo da Igreja, faz a tua peregrinação ou a tua oração indo ao Templo, mas nunca te esqueças de que, em primeiro lugar, vem a obrigação, depois a devoção, porque é mais fácil passar sem religião do que sem pão.

t) Nunca andes sozinho nem mal acompanhado.

u) Não deves destruir a propriedade de ninguém a não ser a do latifundiário que destruir a tua, para que ele sinta na carne a tua dor.

v) Defende com unhas e dentes os canaviais, os cafeeis, os cacauais, os arrozais e outras lavouras de largo cultivo, assim como as fábricas que transformam essas lavouras, porque todos esses bens foram edificados por ti, custaram muitos sacrifícios dos trabalhadores, e deverão um dia, quando o Brasil for um País Socialista, passar às tuas mãos, às mãos dos pobres, como ocorreu na União Soviética, na China, em Cuba e outros países.

x) Quando te chamarem de agitador, não te sintas envergonhado ou medroso porque sem agitação, o pobre não vai para a frente, do mesmo modo que sem o sangue

agitando as veias, não há vida, e sem o vento agitando as árvores não há fruto.

y) Se te chamarem de grevista, bate no peito e diz: "Sim, sou grevista, porque a greve não é invenção de rico, é invenção de pobre; é a arma da classe operária para se defender da ganância do patrão".

z) Finalmente, se te chamarem de comunista, bate no peito ainda com mais força e responde como aquele camponês de Surubim, Pernambuco, que tinha a Bíblia na ponta da língua: "Está me chamando de Jesus, de Moisés, de Amós, de Santo Antão, de tudo quanto é santo que passou por este mundo, e disse: 'A terra deve ser de todos, porque de todos é a luz, é o ar, é a água, que o homem já encontrou aqui para poder viver'".

Como não há mais letra no alfabeto para dar conselhos, aqui ficamos com a mão estendida para a LIGA a quem também pedimos:

"BENÇA, MÃE!"



O ENCONTRO COM A AMÉRICA

Os Estados Unidos parecem destinados
pela Providência a devastar a América
de miséria em nome da Liberdade.

BOLÍVAR

4.1 A IMAGEM E A PROJEÇÃO

Distante do trágico cenário da Região onde vivi uma experiência larga e dura, aprendendo, no dia a dia, com as massas camponesas miseráveis, uma lição que nunca poderia extrair de um compêndio de História, de um tratado de Sociologia ou de um manual de Economia, posso, agora, olhar para a linha do horizonte e abarcar suas perspectivas.

O tempo precipitou-se como as águas montanha abaixo. O que, antes, para mim, era o Nordeste Brasileiro, hoje, é a América Latina.

A realidade serviu-me de mestre e guia. Como mestre, ensinou-me a compreender que nada se edifica dentro de

cada um de nós, solidamente, se, antes, não formos capazes de perceber com interesse e emoção o que está por fora. Como guia, abriu-me veredas e me alargou caminhos na mesma direção, aquela que nos leva à humanidade. É essa a razão por que, hoje, distante da minha Região e dos sucessos que me chumbaram a ela definitivamente, sinto-a mais próxima e compreendo-a melhor do que antes, quando a tinha junto a mim e vivia a sua tragédia com mais intensidade.

Cada vez que escalo um degrau na ânsia de avistar mais horizonte, sempre constato uma impressionante identidade entre os dois cenários, o do Nordeste brasileiro e o da América Latina, que, em essência, não são mais do que um só e único cenário.

Variam as latitudes, mas o homem latino-americano é o mesmo Prometeu, acorrentado, e a quem um abutre, o imperialismo – o de ontem, o de hoje e o de sempre –, devora sem nunca saciar a fome.

A imagem que eu tinha deste Continente, na fase infantil do ufanismo, não era ainda a daquele Prometeu acorrentado, mas a da vastidão de suas florestas, do volume dos seus rios, da potencialidade de suas cataratas e de suas minas, dos seus pastos sem fim.

Tudo isso, porém, se desvaneceu como uma nuvem quando descobri em toda essa imensidão o homem sem esperança. A América Latina, então, se me afigurou como uma imensa cruz deitada, com a cabeça voltada para o Rio Grande, os pés mergulhados no Antártico, um braço estendido para o Atlântico e o outro na direção do Pacífi-

co, e sobre essa imensa cruz, de pés e mãos cravados, o homem, como escravo, como servo, como proletário, perseguido e humilhado, tanto mais perseguido e humilhado quanto mais se afasta da cidade e se prende ao latifúndio, como à galé perpétua de que fala Castro Alves.

Ainda jovem, eu senti a dor desse homem e verifiquei, assombrado, que ele pertencia a uma espécie à parte, constituindo mais da metade da população latino-americana. Já em minha região escutara, o seu gemido na canção magoada dos eiteiros, por entre o rumorejo dos canaviais, na bagaceira dos engenhos de açúcar, sob a canícula inclemente ou o silêncio das estrelas. Vi as suas mãos e toquei nelas, mãos descarnadas e tristes, cobertas de calos amarelos e redondos como moedas que tilintam, ironicamente, no bolso dos seus senhores. Foram essas mãos que me tocaram na consciência e me apontaram o caminho que conduz à humanidade.

Percebi que lutar por aquele homem equivale a lutar pela humanidade. Compreendi que a terra fora feita para ele, e que seus membros não deviam ter grilhões.

Então, parti, como um D. Quixote a mais ao seu encontro para lhe oferecer tudo o que de melhor possuía: o entusiasmo da mocidade, a liberdade e a paz. Foi por ele, ainda agora, já quando os meus cabelos se mesclam com fios brancos, que tive de trocar a Pátria pelo exílio, sem renunciar, um segundo sequer, ao direito e, mais do que ao direito, ao dever, de trocar o exílio pela Pátria.

Bem sei que não basta abarcar todo esse cenário, se a sua visão só desperta uma atitude crítica, de simples

denúncia, de puro verbalismo, em que a linguagem pode assumir as cores mais violentas, sem edificar, na prática, coisa alguma. A América Latina, do mesmo modo que o Nordeste brasileiro, estão fartos de denúncias, de geografias da fome, de análises sociológicas e econômicas, de conferências episcopais. Se essas geografias, análises e conferências não conduzem os seus autores a adotar medidas práticas, muito pouca distância os separa daqueles que simplesmente esperam que o "cadáver do imperialismo passe pela sua porta".

Na América Latina dos últimos 40 anos, precisamente quando as forças da opressão açoitam o Continente com uma violência sem limites, o número de homens que lograram ganhar a confiança das massas nunca foi tão elevado. A maioria, porém, desses homens traiçou essa confiança, entregando-se à reação, enquanto a minoria conseguiu sobreviver a duras penas, dando um passo à frente com o povo e o outro atrás com o antipovo. Deve-se esperar bem pouco dessa minoria, que tomba para o ocaso com a ilusão de que pode permanecer como uma estátua viva, sabendo, no entanto, que já não lhe sobra ânimo para acompanhar a História em marcha acelerada. Constatamos um fato que se repete com uma frequência e uma monotonia dolorosas. O que devia ser a exceção é a regra. Por isso mesmo, buscam as massas, cada vez mais, seguir os próprios passos, arrancando do seu seio os novos guias e comandantes das batalhas cruentas e desiguais, mas sempre gloriosas, que sustentam pela sua liberdade.

Agora, mais do que nunca, o que se acentua na América Latina é o temor das oligarquias e das castas militares

reacionárias de sucumbirem definitivamente ante o impulso dessas massas que despertam para uma nova vida, sem humilhações nem angústias.

Os teóricos dessas oligarquias e castas militares reacionárias, defensores empedernidos da ordem estabelecida, da imutabilidade dos valores e da essencialidade das categorias, já não sabem mais como extrair do seu casulo os fios com que tecer malhas engenhosas e manter prisioneiros os povos deste Continente, tocados pelo espírito da grande aventura, que, ontem, foi capaz de forjar a conspiração de Tiradentes, a rebeldia de Morelos, a glória de Bolívar e o sacrifício de Martí. É fácil compreender porque esses teóricos se vulgarizam com uma solenidade cômica, quando discorrem, exaustivamente, sobre a explosão demográfica, o controle da natalidade, a fronteira ideológica, a interdependência política, a integração econômica, o Mercado Comum ou a área-problema.

Enquanto tais defensores de uma ordem que envelhece, de uma imutabilidade que estala e de uma essencialidade que se esfuma, artificializam as suas teorias, os detentores do poder inventam novos esquemas, e, sempre sob o pretexto invariável de salvar a democracia, de barrar o passo à anarquia, à revolução, à guerra civil e ao comunismo, derrubam pelo golpe de Estado, à Bonaparte, com a ajuda externa mais ostensiva, os governos que se constituem sob a pressão popular, contra a sutileza do jurista, a violência do aparelho oficial de repressão e a corrupção do poder econômico.

Assim foi no Brasil de Goulart, na Bolívia de Estenssoro, na Guatemala de Arbenz, no Santo Domingo de Bosch,

na Argentina de Illia, para mencionar os países onde, nos últimos anos, as forças da reação não só derrubaram governos legitimados pelo voto popular como implantaram ditaduras militares, com alienação parcial ou total da própria soberania.

Quando não é o golpe militar que vem “salvar”, é a “eleição”, se possível, direta, ou, se periga o candidato, indireta, uma e outra sob a estrita vigilância e o controle do agente externo e da tropa de ocupação, desde que a autóctone não seja suficiente para assegurar o triunfo do candidato fiel aos interesses do sócio maior, o imperialismo ianque.

O México, é certo, merece uma ressalva nessa luta de vida e morte pela manutenção da soberania nacional e da independência política. País de grande extensão territorial, potencialmente rico e de população densa, forjou uma constituição política avançada, à raiz de uma revolução, a mais prolongada e violenta que o nosso Continente conhece, tanto que pôde distribuir terras, golpeando o latifúndio, estatizar riquezas básicas, contrariando os interesses do capital estrangeiro monopolista, e adotar uma política externa independente, de respeito à autodeterminação e à soberania de todos os povos.

Cuba tem uma posição singular no Continente. Rompeu definitivamente com a democracia capitalista clássica, alternada pela ditadura caribenha corrupta e sanguinária, fez o socialismo nascer em terras da América, inaugurando, assim, um estilo de governo totalmente voltado para as grandes massas, os trabalhadores dos campos e das cida-

des. Contou, para isso, com três fatores: o gênio político de Fidel Castro, a existência do mundo socialista e a intransigência do Departamento de Estado norte-americano.

Mas tanto o México como Cuba vivem o formidável drama da América Latina. São peças do mesmo tabuleiro de xadrez onde se joga, hoje, uma partida definitiva, que se apegue o México aos princípios de Benito Juárez, e tenha de retomar as armas para defendê-los, ou volte Cuba a pelear em Praia Girón ou na baía dos Porcos, pelo seu novo sistema de vida.

Sistema de vida que, mais cedo ou mais tarde, por uma necessidade histórica, vingará em toda a América Latina, o Continente da Esperança, dos sonhos generosos de Simón Bolívar.

4.2 UMA MIRADA PELO HORIZONTE

A complexidade crescente dos problemas econômicos e sociais acirra as crises entre os países capitalistas e neocolonialistas, e dentro de cada um deles, o antagonismo das classes se aguça. Há, de um lado, um permanente estado de desequilíbrio entre essas nações, e, de outro, uma radicalização crescente entre as classes, divididas por interesses irreconciliáveis, dando margem a que a liberdade, a igualdade, o direito e a justiça mudem de conceito, de significação e de conteúdo, na tentativa de alcançar aquilo que os engenheiros construtores denominam de acomodação de alicerces.

Essas crises e esses antagonismos se acentuaram com uma velocidade espantosa depois da Segunda Guerra Mundial, quando as nações vitoriosas, sem perda de tempo, se aglutinaram em volta dos dois eixos principais, o capitalista, centralizado pelos Estados Unidos, e o socialista, pela União Soviética. Esse dualismo ou bipartidarismo dá origem à guerra fria e faz emergir, como a Atlântida misteriosa, o Terceiro Mundo, representado pelos países que, na África, na Ásia e na América Latina, sacodem o velho jugo do imperialismo europeu esfacelado e se definem melhor, ampliando as suas relações com o bloco socialista.

Esse bloco, com a União Soviética à frente, dá-lhe ênfase, abrindo-se, assim, um campo vasto para a ampliação de sua influência política e a quebra do monopólio exercido pelos Estados Unidos e a Europa Ocidental.

É a fase das lutas de libertação nacional, das campanhas de emancipação econômica, das relações com todos os povos do mundo, da estatização das riquezas básicas, do controle das remessas de lucro, do progresso com inflação contra a austeridade do Fundo Monetário Internacional.

Os Estados Unidos não podem ver com bons olhos o fortalecimento político do Terceiro Mundo nem permitir que ele escape ao seu controle, não obstante a legitimidade dessas aspirações ou exatamente por isso, dado que essa legitimidade contraria os seus planos estratégicos e opõe obstáculos à sua expansão econômica, que toma caráter cada vez mais agressivo.

É que os Estados Unidos já não se contentam com a Doutrina Monroe, que ali pelo ano de 1895, isto é, três

quartos de século depois de enunciada pelo seu autor, expõe uma interpretação definitiva, realista, fria e cínica na comunicação feita por um dos seus legisladores mais destacados, Mr. Olney, a Lord Salisbury, quando sustenta: "Hoje, os Estados Unidos são de fato, os soberanos do Continente Americano, e sua vontade tem força de lei nas matérias em que julga oportuno intervir".

Assim como a Inglaterra fora, antes da Primeira Guerra Mundial, a rainha dos mares, os Estados Unidos querem ser, depois da Segunda, o senhor dos continentes. Desse modo, não vingaria a adoção de uma política liberal e flexível de revolução democrática e consentida, dentro do sonho fugaz da Carta das Nações Unidas, que tantas esperanças alentara entre os aliados da última guerra contra o nazifascismo. Uma tal política equivaleria à renúncia do controle sobre o Terceiro Mundo e sobre os países europeus avassalados pelo Plano Marshall.

Dois acontecimentos, sem dúvida, contribuíram para conduzir, cada vez mais para a extrema direita, a posição dos Estados Unidos e alterar radicalmente a estratégia concebida pelo novo tutor dos povos em seu trato amistoso, se por amistoso se entende o comportamento que o senhor dispensa ao servo acomodado: um desses acontecimentos foi o arremesso inesperado do primeiro *Sputnik* ao espaço, que vinha revelar ao mundo a potencialidade científica e o extraordinário avanço tecnológico dos soviéticos, pondo abaixo, de um golpe, tudo quanto a formidável máquina de propaganda ianque difundia contra a URSS e seu sistema de vida. O outro acontecimento foi a vitória de Fidel Castro sobre a ditadura sanguinária de Fulgencio Batista, osten-

sivamente protegido pelo Departamento de Estado norte-americano. Vitória de significação política tão importante para a América Latina e o Terceiro Mundo, como fora a façanha soviética, pouco mais de um ano antes, com relação à conquista do espaço.

Imediatamente, sentiram os ianques que a política de convivência pacífica preconizada por Moscou contribuía, sem nenhuma dúvida, para enfraquecer o seu predomínio sobre o Terceiro Mundo e os próprios aliados capitalistas da Europa; do mesmo modo que o nascimento de um país socialista a cento e oitenta quilômetros de suas costas, no coração, por assim dizer, do império intocável, a América Latina deveria, forçosamente, modificar a sua conduta no sentido de uma política mais “realista” e menos convencional.

Era preciso tentar, uma vez mais, deter o curso da História. Como Roma tentou com as suas legiões...

Já não bastavam as armas fabricadas pelas bolsas de valores, a diplomacia do dólar, o *dumping*, o acordo bilateral, a assistência técnica, o Fundo Monetário Internacional, a Aliança para o Progresso e a Organização dos Estados Americanos, esta última também conhecida como o Ministério de Colônia dos Estados Unidos, na feliz expressão de Raúl Roa.

A essas armas poderosíssimas deveriam vir juntar-se, como um complemento necessário, no gênero de política que, hoje, pratica a América do Norte, o pacto militar, o golpe de Estado e a intervenção armada, três quantidades homogêneas cujo resultado se pode chamar de FORÇA INTERAMERICANA DE POLÍCIA, sempre sob o pretexto de

defender o “mundo livre” contra a agressão comunista, e a “paz interna” contra a subversão.

Esse conceito de “mundo livre” se amplia e avança ve-loz do Ocidente para o Oriente, dando volta à Terra para se abater com todo o seu peso, o peso das armas mais potentes que jamais poderia sequer conceber a civilização, sobre um pequeno país, a Indochina do passado e o Vietnã de sempre, e contra todo um povo, massacrado por homens que se ajoelham diante de Cristo ou se inclinam para adorar Buda, antes e depois de apertar os botões automáticos das máquinas infernais e deixar chover, sem erro de cálculo, toneladas de bombas genocidas.

Ou seja, aquilo que poderia ser um fator de equilíbrio entre os dois blocos, de modo que o Terceiro Mundo emergisse, sem grandes convulsões, da situação trágica em que se encontra, deixa de existir a despeito das gestões e dos apelos conduzidos com tanta veemência por um De Gaulle, um U Thant ou um Paulo VI.

Face a essa realidade a que não pode escapar, a América Latina, sobretudo ela, torna-se ridícula – pela debilidade com que se comporta e pela nenhuma importância que tem hoje – a oposição do tipo clássico dentro de cada país, onde se restringem as liberdades, os partidos políticos são abolidos à medida que se distanciam da linha dura traçada pelas oligarquias militarizadas e dirigidas de fora para dentro; a justiça perde a isenção; o terrorismo impossibilita o diálogo. Numa palavra, o povo não dispõe dos instrumentos necessários para manifestar livremente a sua vontade, o seu descontentamento, a sua rebeldia, as suas aspirações.

Em tais circunstâncias, a criação de oposições coligadas ou de frentes amplas não passa de um balão de oxigênio destinado a prolongar a agonia de um doente sem cura.

As massas sabem disso melhor do que os revolucionários que se enganam a si mesmos ou os teóricos que se acomodam em suas cátedras e pregam para o futuro.

Evidentemente, não interessa aos Estados Unidos a existência de partidos políticos, em nosso Continente, capazes de pôr em risco os seus mecanismos de expansão e de dominação econômica, uma vez que para os monopólios ianques, não há mais que distinguir entre nacionalismo, socialismo e comunismo. Isso significa dizer que no momento em que a oposição se define pela estatização das riquezas básicas; pelo controle da remessa de lucros para o estrangeiro; pela política externa independente, de respeito intangível à soberania e à autodeterminação dos povos; pela transformação radical da estrutura agrária, que impede a participação das massas camponesas no processo político de democratização das instituições, aqueles monopólios interpretam e, mais do que isso, denunciam essas definições como táticas e manobras perigosas à existência do “mundo livre” e da “civilização ocidental e cristã”.

Já Lázaro Cárdenas, em pronunciamento memorável, assim se expressa: *“El mecanismo imperialista por el cual las demandas populares latinoamericanas tienden a convertirse en revoluciones, y éstas en conflictos bélicos, está integrado por un par de fuerzas, una tenaza de acción: el enlace de la política anticomunista con los programas de austeridad económica.*

La política anticomunista en Latinoamérica trata de presentar cómo luchar por su liberación; el deber de cada pueblo a la solidaridad con movimientos subversivos de inspiración comunista a toda lucha democrática, a todo intento de independencia económica y a todo afán de preservar la soberanía nacional, por cuanto estas tres corrientes se ven enfrentadas a los intereses del gran capital financiero.

La política de austeridad en América Latina sólo afecta a los trabajadores de la ciudad y del campo, mediante la congelación de sus salarios, y significa la explotación de sus fuerzas productivas en beneficio de los grandes consorcios internacionales”.

Como é inconcebível, face à realidade que estamos vivendo, a existência de oposição sem contrariar os interesses dos grandes consórcios internacionais, notadamente originários dos Estados Unidos, particularmente, na América Latina, dada a vinculação, dia a dia mais estreita, e a subordinação total das oligarquias e castas militares reacionárias àqueles consórcios; vinculação e subordinação batizadas pela Escola Superior de Guerra do Brasil de “política de interdependência”, segue-se, daí, que não resta aos povos outra saída afora a resistência a essa política, resistência ativa, patriótica e heroica, sem capitulação, o que, traduzido em outras palavras, quer dizer: luta pelo poder.

Assim, não há mais lugar para o partido de oposição clássica, tolerada, consentida, indecisa e frouxa, mas para o de base popular, em que a liderança se defina pela unidade monolítica entre as forças progressistas e revolucioná-

rias, dirigidas contra um objetivo definido, claro e preciso: a derrota do imperialismo ianque.

4.3 ONTEM E HOJE

Em sua longa e sangrenta marcha pela independência, os povos deste Continente se inspiraram nas idéias generosas que os primeiros libertadores foram colher na Europa ou dela receberam pelos mesmos navios que traziam os capitães-mores, os soldados e os canhões destinados a manter a conquista e a assegurar o saque.

A revolução do mundo americano, assinala Bernardo Monteagudo, em 1825, foi o resultado das idéias do século XVIII, mas os soldados que a fizeram, os do Centro e os de Sulamérica, aqui nasceram, de condição humilde, sendo, assim, gente do povo, da plebe, da canalha consagrada pela queda da Bastilha. A Europa e a América do Norte se mantiveram como imóveis espectadores da contenda, segundo o testemunho do próprio Libertador. Eis por que ao falar da Independência, Martí tem essa afirmação lapidar: "Nem de Rousseau nem de Washington vem a nossa América, mas de si mesma".

De si mesma, do seu sangue, sangue de negro escravo, de índio perseguido, de mestiço humilhado, de branco pobre, derramado no curso de um século nas batalhas sustentadas contra os exércitos colonizadores, sempre mais numerosos, melhor treinados, equipados, montados e armados do que os libertadores.

Foi com esse sangue que se fez a conspiração de Tiradentes, a rebelião de Morelos, a glória de Bolívar e o sacrifício de Martí, dando o testemunho mais puro da existência de uma incorruptível e esplêndida geração revolucionária, dessas que terminam por se cristalizar na consciência dos povos e se impor diante da história.

Pois bem, do mesmo modo que os pró-homens da Primeira Independência foram encontrar fora do nosso Continente as idéias exóticas, subversivas, perigosas e condenadas pela Metrópole e seus fiéis vassallos, a fim de robustecer seu pensamento e conduzir até a vitória os exércitos populares, os revolucionários e libertadores deste século podem seguir o mesmo roteiro no afã de ganhar a Segunda Independência.

Ontem foi a Revolução Burguesa, com o Contrato Social, de Rousseau, a fonte de inspiração. Hoje, é a Revolução Proletária, com O Capital, de Karl Marx.

Mas ontem, como hoje, o soldado será o mesmo: o latino-americano. No momento em que começa a luta pela liberdade, por uma nova vida, um outro destino, os povos têm de se costurar com as suas próprias linhas. Desgraçado de quem espera que a salvação venha de fora! Cada qual deve procurar dentro de si mesmo a força necessária para resistir à opressão, romper o círculo estreito de uma existência miserável, sem dignidade nem beleza, e tomar o único rumo que convém à condição humana – o rumo da liberdade.

O inimigo pode ser muitas vezes mais forte, mas não é invencível. Nunca falta uma funda para David.

Se a América Latina foi capaz de se levantar uma vez para atirar fora o jugo que a prendia, como um cambão, ao carro pesado do colonialismo ibérico, pode levantar-se agora e destroçar as correntes que a manietam ao imperialismo ianque.

Os herdeiros de Simón Bolívar não são os caudilhos e oligarcas que o atraíram e permitiram que ele morresse em plena solidão, mas os povos deste Continente, que jamais renegaram a sua memória nem os seus generosos sonhos de liberdade, de unidade e de independência.

Que se forje, como se forjou no passado, o novo soldado para as novas batalhas, as que serão definitivas. Esse soldado terá de ser bem melhor do que aquele que desbaratou os exércitos mercenários da colônia, mas sairá da mesma massa, do mesmo sangue de que se fez o outro. Ele já está sendo forjado até mesmo nas "entranhas do monstro". O negro norte-americano, o negro pobre, sem resgate, é um desses soldados, como o índio de quem se diferencia somente porque ele, o negro, foi trazido, sob ferros, do seu Continente, para servir como escravo no Continente do índio. A sua participação na luta por uma sociedade nova, a sociedade socialista, toma impulso e ganha substância na medida em que o problema da cor adquire outra configuração, passa a ser um problema de classe e radicaliza-se, separando o negro rico, que é mais branco do que o branco, como diz, muito bem, Frantz Fanon, do negro pobre, cada dia mais próximo dos seus irmãos latino-americanos. É que sob a pele de todo homem, negro pobre nos Estados Unidos ou latino-americano ainda mais pobre, o que existe é humilhação de sobra para gestar o inconformismo, a rebeldia e a revolução.

O soldado dessa Revolução só pode ser filho do povo. Sua academia está no campo, na selva, na savana, no pampa, no sertão, na montanha, na fábrica, na favela, no casebre, na *callampa*, na *barreada*, no mocambo, por toda parte onde o homem permanece sob a tirania e a servidão, sonhando com a liberdade e a justiça enquanto se escraviza pelo pão e morre de fome.

Sabem os opressores por que cresce e se fortalece a resistência. A resistência cresce e se fortalece porque os povos, dia após dia, adquirem mais consciência de sua força.

Assim, para manter a "ordem" e sustentar os privilégios, a reação só conta com uma saída: aumentar a violência contra os povos. Mas a violência dos opressores, quando endurece, endurece também a resistência dos povos e, desse modo, o mundo continua dividido em dois partidos, em dois campos que se definem com velocidade e nitidez. De um lado, permanecem os impérios econômicos, com as oligarquias que se militarizam e as forças ocultas que se revelam, e, do outro lado, cresce a rebelião dos povos, as revoluções sociais que se radicalizam e encontram ressonância mais profunda no coração das massas. Já não há lugar para o meio termo, a conciliação claudicante, a pausa que alimenta esperanças inúteis e falsas ilusões para os oprimidos desde que só beneficiam os donos do mundo.

Agora, como nunca, o que se acentua, é a defrontação entre a vitalidade e o medo, o heroísmo e o terror. Vitalidade e heroísmo que nascem e renascem no Vietnã, para mencionar o exemplo supremo. Medo e terror que encontram outro exemplo, também supremo, no imperialismo

ianque com a sua guerra sem limites nem escrúpulos, de uma solidão trágica, porque tem contra ela a consciência límpida de toda a humanidade.

Nessa luta de vida e morte, triunfará, finalmente, o Vietnã, triunfarão os povos oprimidos que juraram ódio eterno à tirania, triunfará a América de Bolívar e do Che.

4.4 CHE

Duro foi, duríssimo, para todos os revolucionários do mundo, do Terceiro Mundo, da América de Martí, da África de Lumumba, da Ásia de Van Troi, o seu sacrifício imenso, só comparável à agonia silenciosa dos milhões de oprimidos a quem amou como o eleito, por quem tomou as armas como libertador e a quem ofereceu o sangue como mártir.

Grande como ele, só o povo.

O que era lenda em vida, lenda permanece depois de morto, incorpora-se à História, entranha-se nela para lhe dar mais dinâmica e apontar novos caminhos.

Ele veio da montanha e foi tombar no vale, no Valle Grande, como o falcão do canto de Gorki, já de peito ferido, se arroja sobre o abismo e se deixa tragar pelo oceano na última tentativa de voar.

Não lhe bastou a Ilha sem fronteiras. Quis ter sob os seus olhos, risonho para os oprimidos, de ódio fulminante e eterno para os opressores, a América Latina. Agora tem mais do que um Continente. Tem o mundo.

A vida nele não se apaga, como não se apaga a chama da liberdade porque nasce e renasce na juventude mais pura e nos pobres sem justiça.

Sua queda em combate é o marco de fogo que define com precisão os limites entre a tirania e o povo. Seu heroico sacrifício mostra ao imperialismo que tipo de soldado já tem pela frente neste Continente da Esperança. Pela frente e pelos flancos. Visível e invisível. Como no Vietnã.

Por isso, o ianque treme. Treme diante da explosão demográfica da América Latina, onde mais da metade de seus habitantes tem menos de vinte anos. Treme diante do inconformismo que se organiza e da rebelião que se espalha. Treme até mesmo dentro de suas entranhas.

Que pode o monstro contra esses milhões de jovens que têm uma estrela para guiar seus passos no âmago da selva e na solidão da noite? Que pode, se esses jovens já elegeram o Comandante?

A morte não lhe cerrou os olhos. Nem lhe apagou a luz. Esses olhos já não viam, na hora extrema, o cano da arma que lhe apontaram contra o peito. Nem a mão do assassino. Viam além das paredes. Muito além. Viam a Ilha distante, formosa e liberta, que fez dele o soldado perfeito, o soldado do povo. Viam a América Latina. Viam a humanidade. Esses olhos sorriam sem escárnio nem amargura. E a boca também sorria. Sorria todo o seu rosto como só sabe sorrir a juventude.

A tirania se assombra com essa imagem porque a tirania é velha e estúpida. Busca, por isso, deformá-la. Tenta extingui-la. Na sua miopia, não percebe que essa imagem já não é de

um homem nem de um morto, mas de um símbolo, de uma idéia, de uma força, de um princípio, de uma consciência. Por isso, ela se estampa no coração do povo, ganha a confiança dos humildes, desce pelas minas, entra pelas fábricas, corre pelos campos, sobe pelas montanhas, mergulha pelas florestas e ilumina como o sol o rosto de cada jovem.

Que se lhe mutilo o corpo, como faz o assassino atormentado; que se lhe enterre a mil metros abaixo de uma mina, a Siglo XX ou Cataví, de sina triste, mas de eterna glória; que se lhe incinere e se dispersem as cinzas pela Amazônia sem fim; ou que se lhe remeta ao Panamá, sob os olhos da CIA, para mais uma chantagem. Uma palavra existe, uma única palavra, que define tudo isso: MEDO. Medo de um pensamento que nunca foi tão forte. Medo de uma idéia que nunca foi tão clara. Medo de uma sombra que nunca foi tão grande.

Por que todo esse medo? Porque sabe o imperialismo, como todos os tiranos e seus títeres mais vis, que *Valle Grande* é o *Moncada* da América Latina, e o 8 de outubro, o seu 26 de julho. Como sabe que o processo de Camirí, onde se julga uma idéia, e não o homem que a defende com a valentia de um maqui, é um processo contra a História. A História dos Povos Latino-americanos. História que testemunha o massacre do índio, a escravidão do negro, a servidão do pobre, sob a sucessão das tiranias. História por onde corre a torrente generosa do sangue derramado nas lutas pela independência que ainda não se fez.

Por isso, a rebeldia popular estala novamente e busca completar a obra gigantesca que Bolívar nos legou com aque-

la advertência que tem mais de um século e meio: "Quando os sucessos não estão assegurados, quando o Estado é débil, e quando as empresas são remotas, todos os homens vacilam, as opiniões se dividem, as paixões se agitam e os inimigos as animam para triunfar por esse fácil meio".

Vacilam, sim, se não sabem escolher seu Comandante. Se a causa que defendem não é a mesma que defendeu Emiliano Zapata, que defendeu Augusto César Sandino, que defendeu Camilo Torres e pela qual se imolou também, no coração da América, o maior de todos eles.

Aí estão o exemplo e o desafio. Exemplo para os povos, desafio às tiranias. Seguir o exemplo e manter o desafio é fazer a História. É vencer o pesadelo. É libertar um Continente. É forjar o Homem Novo. É colocar nos Andes o Guerrilheiro Andante para que ele possa contemplar de olhos risonhos a eterna primavera no florescer das fábricas e das searas.

A América não poderá permanecer de joelhos, submetida e saqueada. Foi pela América que ele tomou as armas e derramou seu sangue.

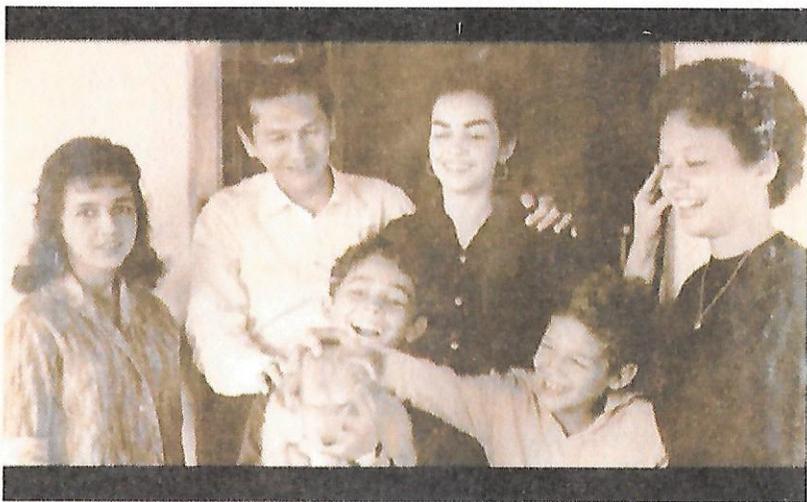
Pela América Livre!

A presente edição foi composta a partir do décimo terceiro volume da coleção CUADERNOS, publicado pelo CIDOC – *Centro Intercultural de Documentación* – Cuernavaca, Morelos, México, em 30 de janeiro de 1970.

**CADERNO
DE IMAGENS**



Francisco Julião. Bacharel em Direito em 16 de dezembro de 1939.



Família de Francisco Julião (Anatailde, Julião, Anatólio, Alexina, Anacleto e Anatile).



Francisco Julião. Jovem advogado de camponeses sem terra.



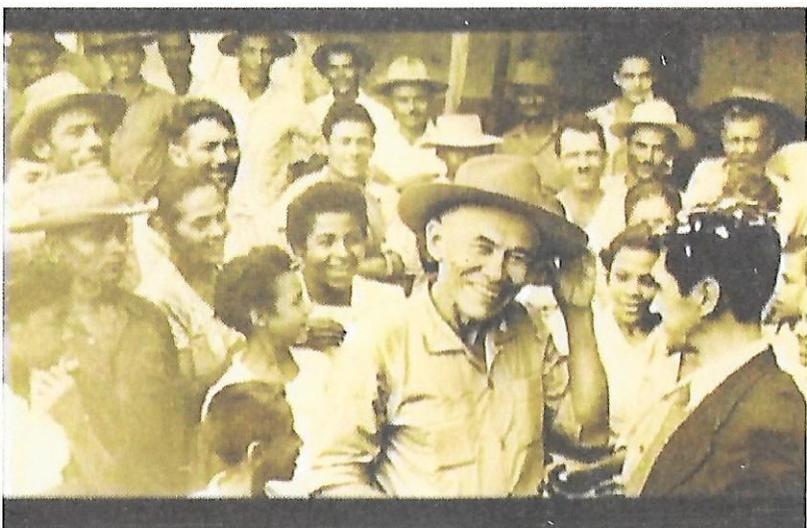
Francisco Julião. Advogado de camponeses I.



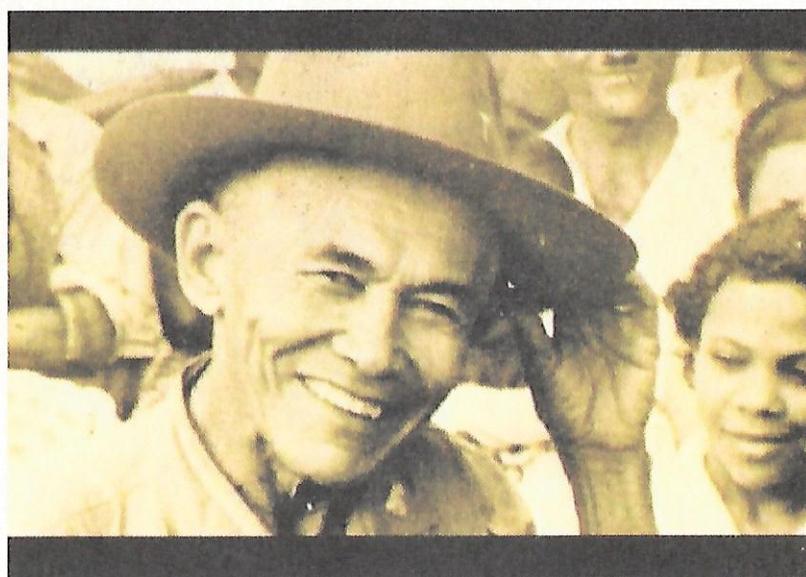
Francisco Julião. Advogado de camponeses II.



Camponeses sem terra.



Francisco Julião, "Seu" Zezé da Galileia e camponeses do Engenho Galileia.



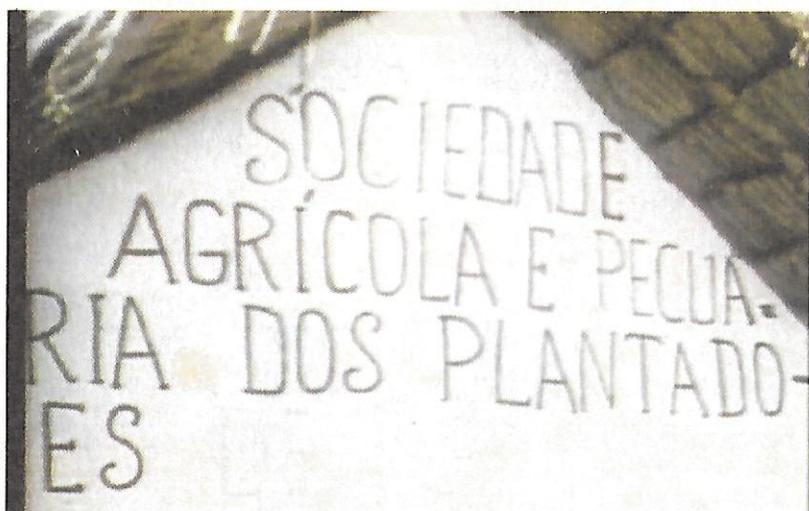
"Seu" Zezé da Galileia.



Camponeses do Engenho Galileia.



Casa de Farinha do Engenho Galileia, sede da primeira Liga Camponesa.



Frontal da Casa de Farinha do Engenho Galileia. A Liga Camponesa nasce com o nome de Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco – SAPP. Note-se que o nome está ainda incompleto.



"Seu" Zezé da Galileia e alguns galileus, à entrada da Casa de Farinha do Engenho Galileia.



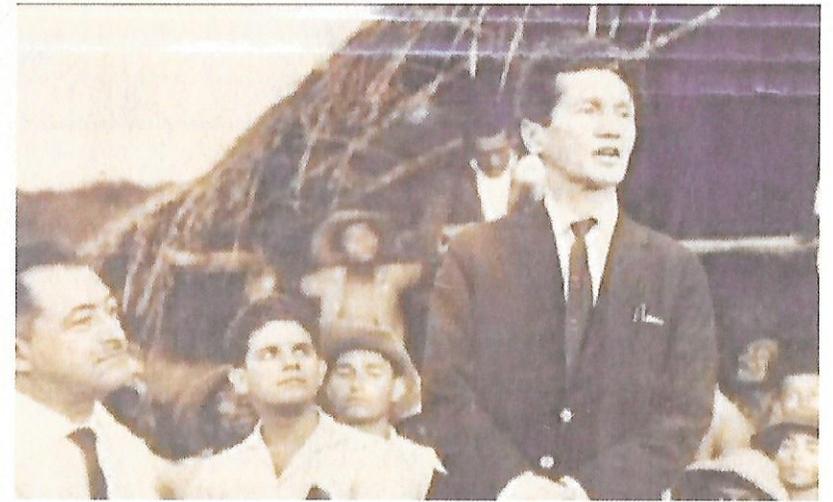
Francisco Julião sendo recebido por camponeses.



Francisco Julião dialoga com camponês.



Francisco Julião conversando com camponeses.



Francisco Julião fala aos camponeses. Ao seu lado o também deputado estadual, Dr. Miguel Arraes de Alencar.



As Ligas Camponesas ganham a imprensa nacional e internacional.



Primeira página do jornal Novos Rumos, do então Estado da Guanabara.



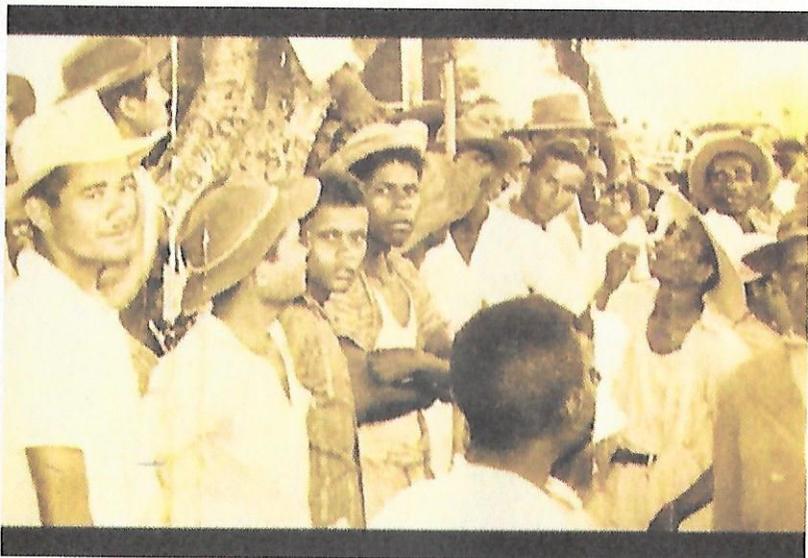
Passeata de camponeses no Recife.



Reforma Agrária Radical, Na Lei ou Na Marra!



Francisco Julião fala aos camponeses.



Camponeses na residência de Francisco Julião I.



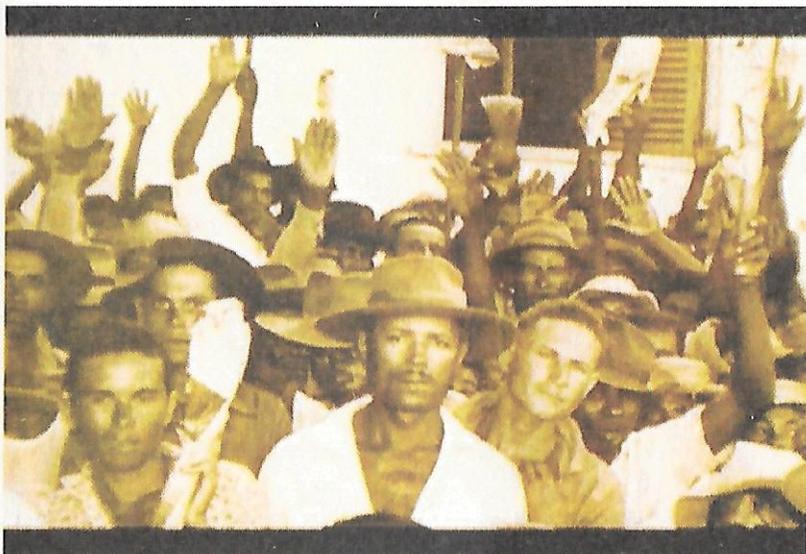
Camponeses na residência de Francisco Julião II.



Reunião das Ligas Camponesas.



Liguistas votando.



Assembleia de camponeses.



A Liga é a Delegacia do Camponês!



Francisco Julião na sede das Ligas Camponesas, à rua do Hospício. Ao fundo, alguns dos painéis pintados por Abelardo da Hora, usados como abre-alas na passeata, no Recife, de 10.000 camponeses, na campanha presidencial do Marechal Lott.



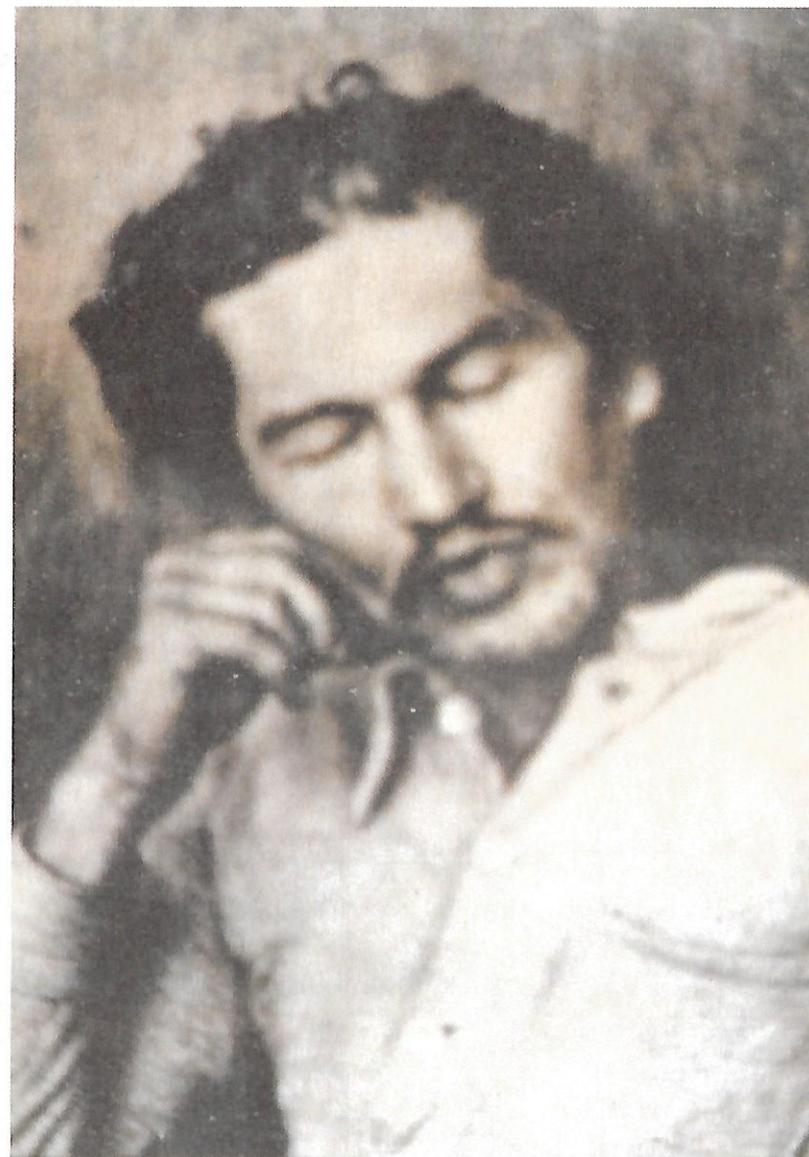
Visita do Che ao Brasil.



Francisco Julião embarca os filhos para Cuba.



Francisco Julião no dia de sua prisão, em Goiás (1964) I.



Francisco Julião no dia de sua prisão, em Goiás (1964) II.

Agitador, sim! Como é possível conceber a vida sem agitação? Porque o vento agita a planta, o pólen se une ao pólen, de onde nasce o fruto e se abotoa a espiga que amadurece nas searas. O gameto masculino busca o óvulo porque há uma cauda que o agita. Se o coração não se agita, o sangue não circula e a vida se apaga. Que dizer da bandeira que se hasteia ao mastro e não se agita? É uma bandeira morta. Qual é, por excelência, o mérito tão grande de Bartolomeu de las Casas? Haver agitado de maneira extraordinária o problema do índio durante sua longa e fecunda existência. É agitando que se transforma a vida, o homem, a sociedade, o mundo. Quem nega a agitação, nega as leis da natureza, a dialética, a ciência, a justiça, a verdade, a si próprio.